

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**CÂMPUS PATO BRANCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**MAMADI QUELUNTÃ INDJAI**

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL DA GUINÉ-BISSAU**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**PATO BRANCO**

**2014**

MAMADI QUELUNTÃ INDJAI

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL DA GUINÉ-BISSAU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona

Co-orientadora: Profa. Dra. Giovanna Pezarico

PATO BRANCO

2014

l39p

Indjai, Mamadi Queluntã.  
Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau / Mamadi Queluntã Indjai. -- Pato Branco: UTFPR, 2014.  
150 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Profa. Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona  
Coorientadora: Profa. Dra. Giovanna Pezarico  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2014.  
Bibliografia: f. 143 – 149.

1. Políticas públicas. 2. Desenvolvimento rural sustentável. 3. Guiné-Bissau. I. Corona, Hieda Maria Pagliosa, orient. II. Pezarico, Giovanna, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD 22. ed. 330

Ficha Catalográfica elaborada por  
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630  
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



## TERMO DE APROVAÇÃO Nº 50

### Título da Dissertação

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA  
GUINÁ-BISSAU**

### Autor

**Mamadi Queluntã Indjai**

Esta dissertação foi apresentada às 14 horas do dia 21 de fevereiro de 2014, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi arguido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Profª Dra Hieda Maria Pagliosa Corona - UTFPR  
Presidente

Profª Dr. João Alfredo Braida - UFFS  
Examinador

Profª Dra Giovana Pezarico – UFFS  
Examinador

Prof. Dra. Ivete Pastto – UTFPR  
Examinador

Visto da Coordenação

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi  
Coordenador do PPGDR

**O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.**

## AGRADECIMENTOS

Foi uma luta, desde sair da Guiné-Bissau, três vezes adiada viagem marcada, dois dias de viagem e com vinte e um meses de estudo, festas de confraternizações, viagens de estudos, até chegar com êxito ao meu objetivo, numa trajetória onde aprendi que a perseverança me faria chegar até aqui, e isso só foi possível porque acreditei no valor do estudo, da dedicação e no comprometimento com o ato de aprender.

Inicialmente e principalmente agradeço as professoras Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona, marido Dr. Luiz Corona e a Dra. Giovana Pezarico, respectivamente, orientadora e coorientadora desta pesquisa, pelo acolhimento, sensibilidade, habilidade humana e competência profissional. Com certeza aprendi não só sobre esta dissertação, mas como melhor mediar o processo de construção do conhecimento. Muito obrigado, professoras.

Meu profundo agradecimento ao Programa Estudante Convênio de Pós Graduação (PEC-PG) através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de minha tão sonhada bolsa de estudos de mestrado.

Aos meus pais, Alahadje Queluntam Indjai e Nhima Sani, meus primeiros orientadores, que me ensinaram o valor do respeito incondicional ao saber e cultura de todas as pessoas, lição que espero ter aprendido. À Allah por ter me acompanhado sempre em minhas andanças.

Aos meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, que depositaram sempre confiança em mim, mas em especial para Sacó Sani com quem aprendo o tempo todo a arte de paciência e de respeitar as diferenças, minha filha Laucia Binto Indjai, a mãe dela Fanta Sumaré, que preparou a minha mala na viagem de vinda para Brasil.

Aos meus amigos e amigas espalhados/as por toda Guiné-Bissau, na França, em Portugal aqui no Brasil, país sempre tão perto do meu coração – que me acolheu e apoiou incondicionalmente por tantos anos dos meus estudos aqui. Nomeio alguns deles/as correndo o risco de esquecer de alguém: André Luis Costenaro e a esposa Paulinha, Pablo Costenaro e a esposa Jaque, Lucas Costearo e a namorada Jenifer

Padilha e aos meus pais brasileiros Elpidio Costenaro e Ivanir Mininghine Costenaro, aos amigos especiais Vilton Zimmerman de Sousa, sua esposa Fabiane Baldissera de Sousa e suas famílias, principalmente Rui e Jussara Baldissera, também à minha querida Silvia Paula Kroth.

À amiga e professora Dr<sup>a</sup> Maria de Lourdes Bernartt do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR da UTFPR, Câmpus Pato Branco, que me sensibilizou com seu jeito cativante a pesquisar o mundo das famílias de multidisciplinaridade.

Ao professor Edival Sebastião Teixeira, então coordenador do PPGDR que me acolheu na UTFPR, Pato Branco.

Aos professores do PPGDR Miguel Ângelo Perondi, Norma, Marlize Robbins, Nilvania Aparecida de Melo, Wilson Itamar Godoy e esposa. Agradeço ainda à minha turma de mestrado 2012, com apreço especial para Simão Ternoski, que tive oportunidade partilhar mesma república nos dias que permanecia em Pato Branco, Mariza Biali Cora minha amiga e colega de batalha, que me ajudaram a não desistir em um momento em que me vi sem apoio e “sem rumo”.

À professora Tangriane ex – diretora da UTFPR, Câmpus Pato Branco com sua equipe que apoiou minha chegada. À atual direção chefiada por Idemir Citadin com toda sua equipe, que continue a apoiar alunos oriundos dos países.

Ao CNPq, que me proporcionou bolsa que cobriu a mensalidade do mestrado por dois anos de sua duração.

Aos professores Dr<sup>o</sup> João Afredo Braidá e Dr<sup>a</sup> Ivete Parizotto, membros da banca de exame de qualificação do projeto de mestrado, por suas importantíssimas reflexões e questionamentos sobre minha pesquisa, fundamentais para os rumos da mesma.

Aos colegas professores/as do Curso de Administração e Contabilidade da Escola Nacional de Administração - ENA, na Guiné-Bissau, em especial para Mário Matias Soares e o Diretor Geral na pessoa do meu tio Doutor Braima Sanha que, conscientes da falta recursos financeiros deu-me apoio institucional, compreendendo as minhas necessidades acadêmicas autorizou o pagamento da minha passagem aérea para o Brasil.

Aos meus antigos professores da graduação na UNOESC, Joaçaba-SC, Mestre Roni Edson Fabro, meu orientador, Mestre Tania dorigon, Doutora Tânia Nodaria e o marido Doutor Ricardo Nodari, Doutora Eliane Felipin, Professora Doutora Neusa Bordignon Secretária Acadêmica da UNOESC, junto com toda sua equipa, Mestre Eliandro Bortoluzzi e a esposa Caren, Mestre Anselmo de Oliveira, ao Reitor Doutor Aristides Cimadon e todo pessoal do seu gabinete em especial para Jesica Mota.

Aos meus amigos Mateus Santos Bruschi, Marina Bruschi, Julian Sabtos Bruschi, Roseli Aparecida Bruschi e Nelson Paulo Santos.

Às acadêmicas bolsistas, Dani e Josi que me acolherem e realizaram campanha de agasalho sob coordenação da professora Marlou.

Às auxiliares administrativas de DININT, que sempre disponibilizaram o apoio técnico institucional na regularização da nossa estadia junto à Polícia Federal em Guarapuava, principalmente ao meu amigo Cesar Santos coordenador de assuntos internacionais.

À coordenação do Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE), que me garantiu a bolsa de alimentação e ajuda de custo referente às despesas com ônibus e participação e eventos.

As professoras Marcele Dagio, Rosante Grassiani dos Santos Will e também ao professor Edilson Pontarollo pelo apoio moral que sempre me deu em nossas conversas nos momentos de refeições.

À bibliotecária e amiga professora Masc. Elda Lopes e o marido Dr. Antônio Cavalcante, Às minhas amigas Jaqueline Menegazzo Franceschetto, Francine Herpich, também ao meu primo Mamadú Sanhá e ao amigo Mamadú Djaló, PHD em Pedagogia Clínica. Aos meus colegas de república José Manuel Mesquita, Marcelino Armindo Monteiro, Manoel Adir Kischener e Quecoi Sani.

Enfim, meu mais sincero agradecimento a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram na efetivação desta pesquisa, e mais ainda, que oportunizaram a minha pessoa conhecer, conviver e compartilhar de momentos especiais num país tão distante, vocês fizeram diminuir as distâncias e cativaram meu coração e consideração eterna.

*Poucos anos depois da independência da Guiné-Bissau, vão se agravando os erros cometidos em matéria de estratégia para o desenvolvimento. Foram gastos milhões em barcos, caminhões modernos e carros para evacuar os produtos, mas poucas enxadas chegavam às mãos do agricultor para melhorar a sua capacidade de produção. (Handem In: Soranda, 1987)*



## RESUMO

INDJAI, Mamadi Queluntã. Políticas Públicas na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável da Guiné-Bissau. 2014. 150f Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal de Paraná. Pato Branco – PR, 2014.

A presente dissertação foi construída a partir da problemática de pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Pato Branco, acerca do contexto do desenvolvimento rural da Guiné-Bissau na perspectiva da sustentabilidade. O foco foi analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau, contendo a caracterização das condições sociais, econômicas e ambientais do país; a identificação das políticas públicas para seu desenvolvimento rural; o mapeamento dos conflitos sociais e a relação com a execução das políticas públicas para o desenvolvimento rural e, por fim, a identificação das possibilidades de acesso da população rural às políticas públicas. Para execução desse estudo a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória e descritiva, apoiada na revisão de literatura de livros e artigos de autores clássicos e contemporâneos e na pesquisa documental realizada a partir de documentos oficiais disponíveis em sites das instituições públicas nacionais, ONU e demais organismos oficiais e não governamentais que atuam na Guiné-Bissau. A pesquisa revelou que mais de 60% da população guineense vive na zona rural, enfrentando uma série de limitações pela falta de políticas públicas acessíveis a maioria dos lavradores, bem como, pelos conflitos sociais e falta de participação popular. Limitações pelo caráter reducionista das políticas públicas, pois quando existem estão delimitadas apenas pelos aspectos econômicos em detrimento da questão social e ambiental, mesmo quando o foco principal nos documentos oficiais seja o combate a pobreza. Essa lógica vincula-se de certo modo ao modelo hegemônico de desenvolvimento, o qual tem evidenciado crises sociais e ambientais que trazem à tona o debate sobre a sustentabilidade, a relação entre local e global, entre outros temas. O quadro de instabilidade política, econômica e social está vinculado aos eventos históricos recentes do país ligados ao processo de independência (1974) e à guerra civil de 1998, a qual afetou negativamente as condições de vida da população e impediu que a economia do país se estruturasse para atender suas necessidades. Essa forte instabilidade que assolou o país não permitiu à gestão pública procurar vias e meios que permitissem atacar os desafios do desenvolvimento, particularmente a luta contra a pobreza, e a realizar os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD), meta traçada pela ONU para países em desenvolvimento até 2015. Ainda, salienta-se a inexistência de uma estratégia clara para problemas sociais no meio rural guineense, relativo aos investimentos no campo, por exemplo, há mais apoio financeiro e técnico aos produtores do que aos pequenos lavradores. Para reverter este cenário, faz-se necessária a participação política do povo nos processos decisórios estatais, a fim de superar a hegemonia identitária capitalista das grandes potências mundiais e ainda, fomentar uma dimensão coletiva e cooperativa no meio rural, ou seja, a perspectiva da reciprocidade como alternativa para um desenvolvimento sustentável.

**Palavras chaves:** Políticas públicas. Desenvolvimento Rural Sustentável. Guiné-Bissau

## ABSTRACT

Indjai, Mamadi Queluntã. Policies in the Perspective of Sustainable Rural Development of Guinea-Bissau. 2014. 130f Thesis (Master) - Graduate Program in Regional Development, Federal Technological University of Paraná. White Duck - PR, 2014.

This dissertation was constructed from the problem research linked to the Master's Program in Regional Development, Federal Technological University of Paraná - UTFPR, Campus Pato Branco, about the context of rural development in Guinea-Bissau in the perspective of sustainability. The focus was to analyze public policies for sustainable rural development in Guinea-Bissau, containing the characterization of social, economic and environmental conditions of the country, the identification of public policies for its rural development, the mapping of social conflicts and relationship with the implementation of public policies for rural development and, finally, identification of opportunities for access of rural population to public policies. To implement the methodology used in this study was exploratory and descriptive study, based on literature review of books and articles of classic and contemporary authors and documental research from official documents available on websites of national public institutions, UN and other agencies official and non- governmental organizations that work in Guinea-Bissau. The survey revealed that over 60 % of the Guinean population lives in rural areas, facing a number of limitations by the lack of accessible public policies were farmers, as well as by social conflicts and lack of popular participation. Limitations by reductionist character of public policy because when there are bounded only by the economic aspects at the expense of social and environmental issues, even when the main focus in official documents is fighting poverty. This logic is tied to a sense of hegemonic development model, which has demonstrated social and environmental crises that bring to the fore the debate on sustainability, the relationship between local and global, among other topics. The framework of political, economic and social instability is linked to recent historical events linked to the country's independence (1974) and the 1998 civil war process, which negatively affected the living conditions of the population and prevented the country's economy estruturasse to meet your needs. This strong instability that plagued the country did not allow the public administration seek ways and means for them to tackle the challenges of development, particularly the fight against poverty, and to achieve the objectives of the Millennium Development Goals (MDGs ) target set by the UN for countries development in 2015. Also highlight the lack of a clear strategy for social problems in rural Guinea concerning investment in the field, for example, there are more financial and technical support to the hands than the small farmers. To reverse this scenario, it is necessary to political participation of the people in state decision-making processes in order to overcome the capitalist hegemony identity of major powers and further foster a cooperative and collective dimension in rural areas, ie, the perspective of reciprocity as an alternative for sustainable deenvolvimento.

Keywords: Public Policies. Sustainable Rural Development. Guinea-Bissau

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição geográfica dos principais indicadores agro-ecológicos por zonas agrárias. ....	80
Quadro 2 - Políticas Públicas para o desenvolvimento agrário no rural da Guiné-Bissau. ....	91
Quadro 3 - Programações de atividades por setor - 2009, convertidas em bilhões Fcfa. ....	94
Quadro 4 - Quadro sobre princípios de Governança no setor público. ....	102
Quadro 5 - Limites e Potencialidades do Desenvolvimento rural da Guiné-Bissau. ....	133

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da África representando colonizadores.....	54
Figura 2 - Mapa da África representando diferentes períodos históricos para a independência.....	55
Figura 3 - As categorias dos ponteiros e lavradores. ....	75
Figura 4 - Imagem sobre os mares como meio de transporte. ....	83
Figura 5 - Mapa da Guiné Bissau representando oito regiões do país .....	85
Figura 6 - Imagem sobre Mato do Buduco, região sul da Guiné-Bissau.....	124

## LISTA DE SIGLAS

- AD - Ação para o Desenvolvimento
- ANP - Assembléia Nacional Popular
- BM - Banco Mundial
- BOAD - Banco de Desenvolvimento do Oeste Africano
- CMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CPDA – Carta de Política de Desenvolvimento Agrário
- CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- DENARP - Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
- ECOWAP - Programa de Investimento Regional Agrícola
- EUA – Estados Unidos da América
- FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- Franco cfa - Communauté Financière Africaine (Comunidade Financeira Africana)
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- IFAC - International Federation of Accountants (Federação Internacional de Contabilistas)
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEC – Instituto Nacional de Estatística e Censo
- IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
- LGDH - Liga Guineense dos Direitos Humanos
- MADR - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
- MAFP - Ministério de Agricultura Floresta e Pecuária
- MAR - Movimento Associativismo Rural
- MNSCPDD - Movimento Nacional da Sociedade Civil
- MST – Movimento Sem Terra
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- OGE - Orçamento Geral de Estado
- OMD - Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento

ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAIGC - Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde  
PASA - Projeto de Apoio a Segurança Alimentar  
PASP- Projeto Agro-Silvo-Pastoril  
PDDAA - Programa Detalhado de Desenvolvimento da Agricultura Africana  
PEASA - Programa Especial de Apoio a Segurança Alimentar  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIP – Programa de Investimento Público  
PNGA – Plano Nacional de Gestão Ambiental  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
PRESAR - Programa de Reabilitação do Setor Agrário e Rural  
PRONAT - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais  
PRRDC - Projeto de Reabilitação Rural e Desenvolvimento Comunitário  
PRS - Partido da Renovação Social  
RAND - Research And Development (Pesquisa e Desenvolvimento)  
RGPH – Recenseamento Geral da População e Habitação  
RMC - Região Metropolitana de Curitiba  
SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
TC - Territórios da Cidadania  
UEMOA - União Econômica e Monetária da África Ocidental  
UICN - União internacional para a Conservação da Natureza  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância  
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	16
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>22</b>
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A ORIGEM DOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO .....	23
2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O LOCAL E O TERRITORIAL.....	37
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E SUAS ARTICULAÇÕES NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE .....	47
2.4 COLONIALISMO E PÓS COLONIALISMO: O CASO DA GUINÉ-BISSAU.....	53
<b>3 CONSTRUINDO A NOÇÃO DE RURALIDADE DA GUINÉ-BISSAU</b> .....	<b>69</b>
3.1 CARACTERÍSTICAS DO RURAL NA GUINÉ-BISSAU .....	74
3.1.1 DISTRIBUIÇÃO DAS ZONAS AGRÁRIAS DA GUINÉ-BISSAU .....	79
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ESTADO: O DESENVOLVIMENTO RURAL DA GUINÉ- BISSAU .....	87
3.3 A PRODUÇÃO NO MEIO RURAL DA GUINÉ-BISSAU: O CAMPESINATO E AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE .....	103
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A RELAÇÃO COM OS CONFLITOS SOCIAIS.....	113
3.5 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: LIMITES E POTENCIALIDADES.....	121
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>142</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo configura-se como proposta de pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Pato Branco. Trata-se de um estudo que tem sido gestado desde o ano de 2012, de modo a construir uma problemática qualificada acerca do contexto do desenvolvimento rural da Guiné-Bissau. Nesse sentido, a presente dissertação resulta do estabelecimento de diálogos relevantes que propiciaram a interpretação do problema desta pesquisa, considerando a trajetória pessoal e singular vivenciada pelo pesquisador que a conduz, a apropriação conceitual experienciada durante as disciplinas, a participação em eventos e o convívio com demais pesquisadores, bem como, da pesquisa documental realizada a partir de documentos oficiais disponíveis em sites das instituições públicas nacionais, Organização das Nações Unidas - ONU e demais organismos oficiais e não governamentais que atuam na Guiné-Bissau. A partir desse cenário a proposta de estudo foi sendo delineada, principalmente no que se refere aos fatores que delimitam o desenvolvimento da Guiné-Bissau, apresentando-se a problemática de pesquisa na qual se insere o presente projeto.

Para tanto, torna-se importante passar algumas informações preliminares sobre o país em estudo. A Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África (coordenadas geográficas: 11 51N, 1535 w), com uma área de 36.120 Km<sup>2</sup> ou 13.946 milhas quadradas, sendo 10% do território periodicamente submerso por águas pluviais. Em frente à parte continental, encontra-se o Arquipélago dos Bijagós e várias outras ilhas costeiras, incluindo Jeta, Bolama e Melo. O país estende-se por 336 km (209 milhas) Norte-Sul e 203 km (126 milhas) Leste-Oeste, possui fronteiras ao Norte com o Senegal, a Leste e Sudeste com a Guiné-Conakry e a Oeste e Sudoeste com o Oceano Atlântico, com uma extensão fronteira de 1.074 km ou 667 milhas (INEC, 2000).

O território é majoritariamente plano com pequenas elevações na savana, ao leste. Conta com um clima tropical dividido entre estação chuvosa (junho a outubro) e estação seca (novembro a maio). A precipitação na época das chuvas é



inconsistente, chovendo mais no sul do que no norte. O clima é quente e úmido durante a maior parte do ano. A temperatura média ronda os 27° C (80° F).

Quanto à população, os principais dados apontam para uma estimativa de 1,6 milhões, com 51,6% de mulheres e 48,4% de homens. A população menor de 18 anos compreende 889.900 pessoas (UNICEF-SOWC, 2008). A população entre 15-64 anos soma 586.520 pessoas, de acordo com estimativa do Instituto Nacional de Estatística e Censo - INEC. Já a população com mais de 65 anos está estimada em 70.250. Quanto à expectativa de vida, a média é de 45,4 anos (INEC, 2005).

O país está no lugar 175º entre 177 países no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, de acordo com classificação das Nações Unidas. A capital do país é Bissau e a língua oficial é o português. No entanto, outras línguas locais são faladas, especialmente o crioulo. A moeda oficial é o Franco-CFA. Quanto às religiões praticadas, destacam-se as crenças locais, a muçulmana, a católica e as pentecostais.

A partir dos elementos anteriormente mencionados, parte-se para uma breve caracterização política do país. A Guiné-Bissau é uma república que tem sistema político democrático semipresidencial, no qual o presidente é o chefe de Estado, e o primeiro ministro é o chefe de Governo. O poder é exercido pelo governo. Conta também com o Poder Legislativo, que é exercido tanto pelo governo quanto pela Assembléia Nacional Popular. O presidente é eleito pelo voto popular direto para um mandato de cinco anos. O Primeiro-Ministro é indicado pelo partido com maior representatividade parlamentar, e o Presidente o nomeia por um decreto presidencial, após consulta aos líderes do partido no Legislativo, para um mandato de quatro anos (ANP, 1996).

A economia da Guiné-Bissau é baseada fundamentalmente na produção agrícola, que constitui 60% do seu Produto Interno Bruto - PIB e 90% das exportações. Quase 60,4% da população vive nas zonas rurais, tendo na agricultura a principal fonte de ocupação. Além da castanha de caju, que representa a principal fonte de rendimento familiar, a produção agrícola ainda inclui o arroz e outros cereais (milho, sorgo) feijão, tubérculos (mandioca, batata-doce), frutas (manga, mamão, banana), cana de açúcar, algodão, coco e amendoim, criação de gado e os produtos florestais. Pecuária e produção de madeira são também expressivos. A

pesca é importante em dois níveis diferentes: artesanal pesca fornece uma importante fonte de proteína, especialmente para ilha, as comunidades costeiras e ribeirinhas, enquanto a venda de licenças de pesca industrial para outros países constitui uma das principais fontes de receita do governo. A economia, em sua dinâmica, é predominantemente informal. Em 2006, a taxa de desemprego entre a população de mais de 15 anos de idade foi estimada em 12,4% em todo o território nacional, com uma taxa de 19,3% na capital e de 10,2% nas outras regiões (INEC, 2000).

A insuficiência, bem como a precária qualidade da infraestrutura rodoviária e portuária, pode ser ilustrada pelo dado a seguir: dos 2.755 km de rodovias existentes, apenas 755 km eram asfaltados até o ano 2000. Assim, os problemas de assoreamento e falta de equipamentos tornam elevados os custos dos transportes. As telecomunicações são desenvolvidas com várias restrições. No final de 2001, a Guiné-Bissau dispunha de 7.000 linhas telefônicas operacionais num total de apenas 10.500 linhas instaladas. As dificuldades de abastecimento em energia eletrificada figuram entre os maiores obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico. Apenas 5,7% da população têm acesso à energia elétrica e ainda de forma irregular. Na capital, Bissau, a proporção sobe para 12,9%. Essa situação afeta a qualidade da vida das populações e dificulta o desenvolvimento das atividades industriais e serviços (INEC, 2000).

No que tange à educação, este é um setor nevrálgico na problemática da pobreza na Guiné-Bissau. O setor é caracterizado por restrições nas condições tanto de qualificação e formação docente quanto de recursos materiais e financeiros disponíveis. A taxa de analfabetismo dos adultos era estimada em 63,4% em 2000. O analfabetismo feminino é ainda superior, cerca de 76,2%, enquanto que o masculino alcança índices de 47,4% (INEC – ILAP, 2000).

Diante de tal cenário, evidencia-se a complexidade existente no que diz respeito ao pensar e ao resignificar as políticas de desenvolvimento capazes de fazer frente a esse quadro. Embora existam programas específicos com tais fins, elaborados pelo governo central, como o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - DENARP, definido em 2001, que prevê uma taxa de crescimento do PIB de 8 a 9% ao ano, não se tem obtido êxito, devido à

instabilidade política e social que se vive no país desde 1998. Assim, considera-se que a inexistência de políticas de desenvolvimento sistemáticas e contínuas tem sido, como premissa, uma opção dos governos até então estabelecidos, o que implica dizer que há contraditoriamente, uma política vigente inserida no contexto global do modo de produção capitalista.

Diante do contexto apresentado, as questões centrais que se procurou responder com o presente estudo foram: quais são os limites e as possibilidades das políticas públicas para o desenvolvimento rural da Guiné-Bissau? Quais seriam as estratégias mais adequadas para esse país?

O problema de pesquisa evidenciado acima está inserido nas problemáticas globais vivenciadas a partir das dinâmicas inerentes ao capitalismo, tais como a divisão internacional do trabalho e a crise socioambiental. Vive-se um momento especial da humanidade, porque muitas coisas gravitam em torno da proporção do mercado, que se movimenta freneticamente em níveis globais, constituindo-se em amplas alternativas para as mais variadas sociedades que buscam o desenvolvimento por meio do crescimento econômico. No entanto, as crises sociais e ambientais ligadas ao modelo de produção vigente trazem à tona o debate sobre a sustentabilidade social e ambiental.

Assim, a presente proposta de investigação justifica-se na medida em que a Guiné-Bissau, à semelhança de outros países, também tem buscado seu desenvolvimento, todavia, enfrentando uma série de limitações e opções estratégicas que podem ser consideradas reducionistas por estabelecer como determinante apenas o elemento econômico em detrimento da questão social, ambiental, cultural e política. Além disso, há que se considerar os eventos históricos recentes do país como por exemplo, a instabilidade política, econômica e social, que começou depois da guerra civil de 1998, afetou negativamente as condições de vida da população, pois o Produto Interno Bruto - PIB só progrediu 1% entre 2000 e 2004. Essa forte instabilidade que assolou o país não permitiu à gestão pública procurar vias e meios que permitissem atacar os desafios do desenvolvimento, particularmente a luta contra a pobreza, e a realizar os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD), meta traçada pela ONU para países subdesenvolvidos até 2015.

Atualmente, com o fenômeno da globalização, a Guiné-Bissau tem despertado interesse de vários países europeus e asiáticos, que estão controlando quase toda economia do país, ocasionando o desmatamento desenfreado das florestas, por empresas madeireiras e carvoeiras; a pesca descontrolada, por pescadores europeus e asiáticos, que pagam licença para pescar nas águas do país e que, muitas vezes, utilizam malhas de redes que não são permitidas, além da pesca ilegal nas zonas econômicas, que estão dentro das 12 milhas das zonas contíguas, lugar onde os peixes se reproduzem; os cortes de mangues<sup>1</sup> pelos “*Nhomincas*”<sup>2</sup> para fazer fumaça do pescado, além dos “*Balantas*”<sup>3</sup> que aproveitam os mangues para o uso da lenha na cozinha (INEC, 2000).

Ante o exposto, a proposta contida na presente dissertação traz como objetivo principal analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural da Guiné-Bissau na perspectiva da sustentabilidade, propondo-se como objetivo específico inicial a caracterização das condições sociais, econômicas e ambientais da Guiné-Bissau. Em seguida, realiza-se a identificação das políticas públicas para o desenvolvimento rural do país. A partir destes dados foi construído o mapeamento dos conflitos sociais e a relação com a execução das políticas públicas para o desenvolvimento rural e por fim foram identificadas as possibilidades de acesso da população rural às políticas públicas.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante dos objetivos propostos para o estudo, torna-se necessário estabelecer procedimentos metodológicos que alinhem as perspectivas teóricas assumidas, bem como a compreensão da trajetória do pesquisador em relação ao trabalho. Nesse sentido, o presente estudo visa interpretar o desenvolvimento da Guiné-Bissau em suas várias dimensões, através de levantamento e análise sobre as atuais políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável na Guiné-Bissau.

---

<sup>1</sup> Os mangues têm muita importância para os peixes, moluscos e crustáceos para reprodução, é um berçário criadouro e abrigo para várias espécies de fauna aquática e terrestre, de valor ecológico e econômico.

<sup>2</sup> Nome de uma etnia senegalesa que pratica pesca artesanal na Guiné-Bissau.

<sup>3</sup> Nome de uma etnia na Guiné-Bissau.

A construção da problemática de pesquisa está associada à trajetória de quem a desenvolve e da apropriação do método científico que propicie uma interpretação qualificada daquilo que se investiga. Nesse sentido, nesta trajetória, surgem como elemento importante os diálogos estabelecidos no contexto das atividades desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Pato Branco. Tal vinculação ocorre justamente pela necessidade de se estabelecer o método em pesquisa que contribuísse para melhor elucidação do problema apresentado. O método científico é um conjunto de regras para observar fenômenos e inferir conclusões (BACON apud RICHARDSON, 2009). A escolha foi pela pesquisa do tipo exploratória e descritiva.

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007), a pesquisa exploratória é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que traz a formulação de hipóteses para posteriores pesquisas. A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e requer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes. Esse tipo de pesquisa requer planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação. Gil (2010) contribui com as idéias anteriores ao afirmar que a pesquisa exploratória apresenta-se como uma maneira de desenvolver, clarificar e transformar conceitos e idéias, tendo como meta a formulação de problemas mais definidos e hipóteses que podem ser investigadas a fim de serem utilizadas em estudos posteriores.

A pesquisa descritiva, por sua vez, procura descobrir com maior precisão possível a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

Para Gil (2010) a pesquisa descritiva apresenta como objetivo inicial a elucidação das características de uma população específica, um determinado fenômeno ou mesmo o esclarecimento das relações que se sucedem entre variáveis. Na concepção deste autor este tipo de pesquisa, aliado à pesquisa

exploratória é utilizado por investigadores sociais que estão preocupados com a atuação prática. Este pesquisa portanto, apresenta-se como pesquisa descritiva pelo fato de expor as características do contexto social, cultural, ambiental econômico e político na Guiné-Bissau.

A opção para a coleta e tratamento dos dados e informações foi pela pesquisa bibliográfica e documental, dada a condição do pesquisador estar distante de seu país, que serve como base desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica se caracteriza pelo estudo a partir de livros e artigos publicados por pesquisadores que estudam os temas correlacionados aos objetivos da presente dissertação. Assim, o caráter de pesquisa bibliográfica elucida-se no momento em que foi feito um estudo sistemático em referências conhecidas e artigos que tratam da conjuntura de um país como a Guiné-Bissau, que permitiu construir a fundamentação teórico-metodológica do trabalho.

A pesquisa documental foi realizada a partir da consulta aos sites governamentais e de instituições como a ONU entre outras, bem como, de organizações não governamentais que trabalham na Guiné-Bissau, ainda em documentos oficiais, nos quais constam dados e informações relevantes para o assunto abordado.

Conforme Fachin (2003, p. 126), entende-se a pesquisa documental como qualquer informação no formato textual, também imagens, sons, símbolos, gravações, pinturas, incrustações ou outros sinais que possam trazer informação, considerando inclusive documentos oficiais, tais como editoriais, legislação, atas, relatórios, estatísticas, ofícios entre outros.

A priori, para escolher a metodologia desta pesquisa, apresentaram-se dificuldades ao pesquisador, uma vez que o mesmo não se encontrava no locus da pesquisa, daí a dificuldade inicial em recolher informações e dados estatísticos confiáveis a nível nacional, e que não apresentassem fortes disparidades em função das fontes, permitindo confirmar os dados referentes ao universo e a população do estudo. Foi acordado entre o pesquisador e a orientadora que se privilegiassem as estatísticas produzidas e disponibilizadas pelos organismos nacionais e internacionais, bem como, informações disponíveis em sites oficiais destes organismos governamentais e não governamentais (ONG's, etc).

Para cada objetivo, foram descritos procedimentos metodológicos capazes de equacioná-los. A seguir foram descritos os procedimentos para alcançar os objetivos:

➤ As condições sociais, econômicas e ambientais da Guiné-Bissau foram caracterizadas a partir de dados fornecidos pelos documentos das Instituições governamentais do país, como o INEC – Instituto Nacional de Estatísticas e Censo da Guiné-Bissau; ANP – Assembléia Nacional Popular, CPDA – Carta de Política de Desenvolvimento Agrário, DENARP – Documento Estratégico Nacional para Redução da Pobreza, RGPH – Recenseamento Geral da População e Habitação, e OGE – Orçamento Geral do Estado. Foram também consultados dados dos órgãos internacionais, tais como: Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF; e a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, além de documentos da ONG União internacional para a Conservação da Natureza – UICN.

Os documentos acima mencionados trazem contribuições para o enriquecimento do presente estudo no que diz respeito a várias dimensões do desenvolvimento, que vão desde as condições sociais e econômicas até as ambientais, buscando a partir de então conhecer mais a fundo as reais características do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

➤ Para identificar as políticas públicas para o desenvolvimento rural do país, utilizou-se do Documento Estratégico Nacional para Redução da Pobreza – DENARP, que serve do instrumento do governo da Guiné-Bissau para atrair investimento e/ou doações dos organismos internacionais ou parceiros de apoio ao desenvolvimento. Este documento iniciou a sua elaboração no ano 2001, e foi adequado em 2010, com vista a execução das políticas públicas e ao alcance dos Objetivos do Milênio traçado pela ONU para alavancar os países em desenvolvimento. Este documento sustenta o governo guineense nas suas políticas públicas de desenvolvimento rural.

➤ Para o levantamento do mapa dos conflitos sociais e a relação com a execução das políticas públicas para o desenvolvimento rural, foi

necessário acessar informações contidas no relatório da Organização Não Governamental - ONG “Voz de Paz” financiado pela instituição internacional INTERPEACE, sediada na Suíça. Esta ONG, em 2010 realizou um estudo sobre as causas dos conflitos sociais na Guiné-Bissau e deste estudo, entre 2007 e 2009, o “Programa Voz De Paz” efetuou em todas as regiões do país uma ampla auscultação sobre as causas profundas de conflitos, esta auscultação tornou-se um exercício inédito para a identificação dos grandes desafios à paz no país. Foram mais de 3000 pessoas ouvidas, desde representantes locais da sociedade civil, do Estado, de instituições privadas, tradicionais e religiosas, até os representantes das mídias locais e comunitárias, numa pesquisa em que a palavra foi totalmente livre. Nas forças de defesa e segurança mais de 1000 pessoas exprimiram-se através de painéis que exploravam os obstáculos à paz. Ainda, na diáspora guineense em Portugal, cerca de 200 pessoas participaram do processo de escuta. Foi utilizado também o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; que refere o problema da pobreza como uma das causas também dos conflitos sociais.

➤ As possibilidades de acesso da população rural às políticas públicas foram identificadas por meio de dados fornecidos pela Liga Guineense dos Direitos Humanos – LGDH; também pelo DENARP. Além dos estudos de Amartya Sen sobre “Desenvolvimento como Liberdade”, neste o autor afirma que o problema da pobreza está relacionado a falta de acesso das populações mais carentes as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. O uso desses dados permitiu identificar fragilidades dos guineenses que vivem no meio rural para usufruir das políticas públicas.

A coleta de dados foi realizada por meio de documentos das instituições públicas e privadas da Guiné-Bissau, citados a cima, vinculadas ao desenvolvimento do país, buscando-se levantar os aspectos socioeconômicos, educacionais e ambientais de desenvolvimento. Foram realizadas também leituras dos relatórios dos membros dos governos e outras instituições com intuito de se investigar quais são políticas públicas de desenvolvimento para o país, bem como a abrangência



destas em termos populacionais. Para Fachin (2001) a coleta pode ser concebida como o registro dos dados que surgem a partir dos métodos e técnicas específicos utilizados para cada objetivo do estudo documental.

Os dados da pesquisa documental e bibliográfica foram analisados sob a abordagem qualitativa. Segundo Richardson (2009, p. 80) método qualitativo constitui-se num processo analítico de um problema, em outras palavras, pode ser considerado a maneira como o pesquisador pretende analisar um problema, ou ainda, o enfoque adotado exige uma abordagem metodológica qualitativa. De acordo com este autor, a abordagem qualitativa é uma opção do pesquisador e é justificada como uma forma adequada para compreender a natureza de um fenômeno social. Para o referido autor a utilização de uma metodologia qualitativa em um estudo, é capaz de descrever a complexidade de determinado problema, uma vez que analisa a interação das variáveis, compreende e classifica os processos dinâmicos que são vivenciados pelos grupos sociais. Ressalta, também, que esta metodologia pode colaborar no processo de modificação de um determinado grupo e possibilita ainda “a compreensão mais profunda das particularidades do comportamento dos indivíduos”.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os objetivos que orientaram a realização do presente estudo foram referenciados teoricamente em autores que permitiram estabelecer um quadro conceitual que subsidiasse tanto a compreensão da problemática proposta como a condução da pesquisa em termos de seu recorte metodológico, permitindo assim construir, qualificativamente, as análises possíveis diante da complexidade de elementos envolvidos.

Inicialmente, os temas que emergiram de forma mais abrangente e que foram contemplados no referencial teórico são os seguintes: o desenvolvimento sustentável, de modo a considerar os conceitos de desenvolvimento contextualizados a partir das discussões sobre o crescimento econômico moderno, as perspectivas oriundas do período pós II Guerra Mundial e o ecodesenvolvimento. O segundo tema refere-se à abordagem do desenvolvimento rural sustentável, compreendido pelas suas dinâmicas em torno do desenvolvimento territorial e local. Na sequência são discutidos os conceitos sobre políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, visando compreensão dos processos e articulações necessárias para a sustentabilidade.

Mais especificamente, em virtude do *locus* de pesquisa, ou seja, a Guiné-Bissau, dois temas emergem como preponderantes para a análise que se pretende: a compreensão em torno dos processos do período colonial e pós-colonial em termos históricos, bem como, da formulação do pensamento do pós-colonialismo como possibilidade de compreender o desenvolvimento e as políticas públicas de desenvolvimento rural na Guiné-Bissau, sob uma abordagem que supere a centralidade do pensamento Europeu e norte-americano fundado no crescimento econômico capitalista, para evidenciar outras possibilidades para o país.

Diante da abordagem metodológica que se verifica para o desenvolvimento do estudo, é importante ressaltar que outros temas emergiram no decorrer da pesquisa realizada e dos temas abordados nas análises dos dados e informações coletadas.

## 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A ORIGEM DOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Propor discussões sobre o tema do desenvolvimento sustentável implica inicialmente em tomar algumas precauções metodológicas, no sentido de compreendê-lo como tema polissêmico e histórico que demanda a contextualização apropriada para um entendimento qualificado.

Nesse sentido, uma primeira aproximação acerca do desenvolvimento sustentável carece também da aproximação em torno do conceito de desenvolvimento e, principalmente, da necessidade de diferenciação entre crescimento e desenvolvimento. Isso porque há correntes teóricas divergentes para tal perspectiva. Para Souza (2012), a divisão dessas correntes é caracterizada da seguinte maneira: a primeira, de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento econômico sinônimo de desenvolvimento, ou seja, para essa corrente, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão de obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades. Já a segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento econômico é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente<sup>4</sup>.

De acordo com Souza (2012), a noção do crescimento econômico emerge dos moldes que enfatizam apenas a acumulação de capital, solução simplificadora da realidade, colocando todos os países dentro da mesma problemática. A ideia dominante é de que o crescimento econômico com distribuição direta da renda entre os proprietários dos fatores de produção engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico, o qual promoveria necessariamente a distribuição indireta via salários, contribuindo para a melhoria das condições gerais e para o bem-estar de todos. No entanto, torna-se necessário ressaltar que o desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, uma

---

<sup>4</sup> No primeiro grupo, enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais Keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Na segunda corrente, economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), [...].

vez que os resultados dessa expansão nem sempre chegam a beneficiar a economia como um todo e o conjunto da população. Portanto, mesmo que a economia desenvolva-se elevadamente, o desemprego pode não diminuir na mesma proporção, tendo em vista a tendência contemporânea de robotização e de informatização do processo produtivo.

Assim, ao realizar aproximações acerca dos conceitos de desenvolvimento, é possível avançar em termos de construção teórica a partir dos enunciados de Furtado (2000), que trata de tal elaboração a partir do processo de desenvolvimento sob o enfoque histórico. Para o autor, com a extensão do processo de industrialização dos principais países da Europa, na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento passou a ser considerado como parte da ordem natural das coisas, da mesma forma que a tendência do homem ao menor esforço ou a multiplicar suas necessidades.

Segundo Furtado (2000), antes da Segunda Grande Guerra, Colin Clark evidenciou as diferentes estruturas dos sistemas de produção, pela análise da utilização do fator trabalho. De seus estudos estatísticos, apontou-se uma elevada correlação entre a composição da população ativa e o nível da renda real *per capita*. A proporção da população ocupada nas atividades primárias (agricultura, pecuária, pesca) surge como uma função inversa do nível da renda *per capita*.

Decorrente dessa constatação, o emprego de mão-de-obra no setor secundário, ou seja, as indústrias, aumentam rapidamente ao mesmo em que se eleva o nível da renda *per capita*, estabilizando-se. O setor terciário de serviços em geral, é o setor que mais cresce, como oportunidade de emprego, na fase superior do desenvolvimento. As ideias de Colin Clark, baseadas na grande quantidade de estatísticas, abriram uma série de perspectivas, exploradas imediatamente no período pós-guerra, quando os problemas da reconstrução, em primeiro plano, e do desenvolvimento, em seguida, ascenderam como as principais preocupações políticas (FURTADO, 2000).

Colin Clark aponta ainda que a análise estatística evidencia que não existe desenvolvimento sem industrialização, que o mesmo se traduz em profundas transformações nas estruturas econômicas e sociais e que a ascensão do nível de vida, a longo prazo, só beneficiou uma parcela da humanidade.

Começou-se, então, um debate sobre as condições de que um país precisa para que sua economia se desenvolva rapidamente e de maneira estável, retomando, a partir de então, a ideia de que o desenvolvimento se corporifica pela superação dos obstáculos para enfim, efetivar essas condições (CLARK *apud* FURTADO, 2000, p. 150).

Rostow, citado por Furtado (2000), distingue cinco “etapas de crescimento” nessa perspectiva reformulada e sistematizada do processo de desenvolvimento, que parte do conceito da sociedade tradicional, ou seja, uma sociedade que tem sua estrutura organizada através de funções de produção limitadas, fundamentadas pela ciência e na tecnologia pré-newtonianas.

Nessa perspectiva, a primeira etapa pode ser explicada através da ideia de que a sociedade não é estática, sua população tende a aumentar e com isso também podem desenvolver-se novas formas de produção. Porém, as modificações na população e no modo de produção são muito lentas e processuais, uma vez que a estrutura social agrícola apresenta-se com grande rigidez para a mudança e com pouca produtividade, mesmo com uma parcela significativa da população atuando na agricultura. Esse panorama faz com que a estrutura do poder político seja alicerçada e controlada pela categoria dos proprietários da terra.

A segunda fase o autor caracteriza como uma fase de transição, a qual é desencadeada por uma pressão externa (economias mais avançadas), que assumiu muitas vezes a forma de ocupação militar, que por sua vez influenciou para o surgimento de um novo projeto de vida. No setor político, a transição originou a formação de um Estado-Nação centralizador e eficaz. O autor utiliza-se do exemplo da Grã-Bretanha, que teve seus processos de produção influenciados por uma ciência experimental advinda de países com economia mais desenvolvida.

A terceira etapa, citada pelo autor como crucial, efetiva transformações qualitativas ocorridas tanto nas estruturas econômicas como nos aspectos relativos ao comportamento das pessoas. Isso ocorre pela exigência de três condições interdependentes entre si, sendo elas: “elevação da taxa de investimento produtivo, que passaria, por exemplo, de cinco ou menos para dez por cento da renda nacional; a criação de um ou vários setores de indústria de transformação, com taxa de expansão elevada, e a existência ou a rápida instituição de um aparelho político e

social, com base no qual se possa explorar as tendências à expansão no setor moderno e as possibilidades de realizar economias na compra de produtos estrangeiros, transformando o crescimento em fenômeno durável” (FURTADO, 2000, p. 150-151).

Ainda, Rostow, na terceira etapa, evidencia a aliança entre o começo desse processo de mudança (*take-off*) a um impulso brusco com causas externas à organização econômica, ele afirma que tal impulso pode ser originado na questão política, como, por exemplo, um ciclo que desequilibre o sistema de poder e faça a substituição de grupos clássicos por grupos mais progressistas.

Seguindo com este pensamento, Furtado, baseado nas idéias de Rostow, apresenta a quarta etapa como uma continuação do referido impulso, com amplas transformações nas atitudes e comportamentos das pessoas, que já não se deixam impressionar pelos “milagres” da industrialização, e ainda a eminência da classe de gerentes e empresários. Em outras palavras, essa etapa pode ser compreendida como o “período durante o qual a economia aplica efetivamente a gama de técnicas modernas (para a época) ao conjunto dos seus recursos” (FURTADO, 2000).

A partir daí, ocorre a quinta e última etapa: a do consumo em massa. Desenvolve-se então, uma grande acumulação de riqueza que dá aos países a opção de utilizar essa riqueza tanto como base de uma política de poder e influência externa, como para a construção de um Estado-providência, ou ainda para financiar uma expansão do consumo em grande escala rapidamente (FURTADO, 2000).

Ante o exposto, para fins de sistematização dos conceitos tratados, torna-se também relevante abordar as perspectivas conceituais elaboradas pelos economistas clássicos do desenvolvimento econômico. Trata-se, pois, de compreender os estágios civilizatórios pelos quais a humanidade tem passado segundo tais pensadores: Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx.

De acordo com Souza (2012), os precursores da economia clássica são mercantilistas e fisiocratas. Segundo os mercantilistas, a riqueza dos países dependia do afluxo externo de metais preciosos, o que levou à expansão do comércio internacional, e acabou por provocar um maior crescimento econômico dos países envolvidos. Todavia, o principal desafio à esse sistema em cada país, era desenvolver o papel das importações no desenvolvimento econômico, com o

objetivo de maximizar o saldo da balança comercial através da expansão das exportações e compressão das importações.

Os fisiocratas, ou, como eram conhecidos “Os Economistas”, eram contrários ao mercantilismo e, para combatê-lo, propuseram uma atitude liberal do Estado e, também, focalizaram-se na análise da órbita da produção, em detrimento à do comércio. O autor acrescenta ainda, que na concepção fisiocrata, a indústria e o comércio apenas transformam e transportam valores; o produto líquido é gerado na agricultura, por meio da terra, considerada uma dádiva da natureza (SOUZA, 2012).

Adam Smith, em sua obra *A Riqueza das Nações (1776)*, estudou os mercados e relacionou-os como parte do processo de desenvolvimento. Ao contrário dos mercantilistas e fisiocratas, que consideravam os metais preciosos e a terra como os principais fatores da riqueza nacional, para Adam Smith (1723-1790), o elemento essencial do aumento dessa riqueza é o trabalho produtivo. Segundo ele o volume do produto obtido pelo trabalhador, em dado período de tempo, depende da intensidade do capital, da tecnologia e da divisão do trabalho, possibilitada pelo aumento da dimensão dos mercados (SOUZA, 2012).

Como corrobora o autor, com a teoria do valor-trabalho, Adam Smith restabeleceu o papel da indústria no desenvolvimento das forças produtivas. Acrescentou ainda que é a indústria que gera economias de escala e rendimentos crescentes, neutralizadores dos rendimentos decrescentes da agricultura, que dependem da fertilidade do solo e das condições climáticas.

Ainda, nas concepções de Amartya Sen sobre os enunciados de Adam Smith, a capacidade do mecanismo do mercado de contribuir para o elevado crescimento econômico e para o progresso econômico global tem sido ampla e acertadamente reconhecida na literatura contemporânea sobre o desenvolvimento. De acordo com os seus estudos, ele observou que a liberdade de troca e transações nos mercados pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização (SEN, 2000).

É importante considerar também as construções de David Ricardo, a partir de algumas ideias de Adam Smith, que trata das questões de economia política,

teoria da renda fundiária e da distribuição; teoria do valor e do comércio internacional, temas estes atuais nos dias de hoje. Esse autor preocupa-se com a formação da riqueza nacional e distribuição entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra. Para ele o problema estava na agricultura, que era incapaz de produzir alimento barato para consumo dos trabalhadores. Isso gerava elevação dos salários nominais e do valor dos fundos de salários. Afirmou ainda que os capitalistas desempenharam papel fundamental no desenvolvimento, ao arrendar terras para produzir alimentos e contratar trabalhadores produtivos (SOUZA, 2012).

É nessa ótica que Souza (2012) diz que as condições de produção na agricultura são fundamentais, porque a taxa de salário e a taxa de lucro prevalentes nesse setor se refletem no resto da economia. Em seu modelo, os capitalistas desempenham duas funções. “Primeira, ao buscar as oportunidades mais rentáveis para seu capital, tendem a igualar as taxas de lucro sobre o capital entre os vários ramos da indústria e da agricultura [...] Segunda, os capitalistas dão início ao processo de desenvolvimento” (MEIER E BALDWIN, 1968, *apud* SOUZA, 2012, p. 45). Ricardo defendia a concentração da renda em favor dos capitalistas, porque são eles os responsáveis pela acumulação de capital e o desenvolvimento econômico (SOUZA, 2012). Nessa lógica, o desenvolvimento dependia, em última instância, do processo tecnológico da agricultura e de legislações favoráveis à acumulação de capital, como as que possibilitam a importação de alimentos mais baratos para consumo dos trabalhadores.

Todavia, outras perspectivas também emergem neste horizonte, de modo a considerar o desenvolvimento de forma cíclica e com conflito distributivo. Nesse aspecto, é importante considerar os preceitos elaborados por Karl Marx. O progresso técnico produz períodos de prosperidade, enquanto as contradições internas do modo de produção provocam crises periódicas cada vez mais prolongadas, agravando os conflitos sociais. Enquanto para os clássicos o problema da distribuição se centra entre os capitalistas-arrendatários e os proprietários de terras, para Marx o conflito distributivo ocorre entre os capitalistas e os trabalhadores, detentores da força de trabalho (SOUZA, 2012).

Segundo Gilson Batista de Oliveira, com o término da Segunda Guerra Mundial, o uso do termo desenvolvimento e subdesenvolvimento tornou-se mais



comum, ampliando os debates entre acadêmicos e economistas sobre os efeitos do processo de industrialização e consequente crescimento econômico no padrão de vida da sociedade em geral. A partir de então, começaram a ser considerados ricos os países que conseguem maiores taxas de crescimento econômico através das indústrias e um bom índice da renda *per capita*. Isso influenciou muito os ditos países pobres na busca incessante desse objetivo (OLIVEIRA, 2002).

Sunkell e Paz (1988), citados por Oliveira (2002), dizem que terminada a guerra, resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, todos os países, principalmente os aliados, encararam esse tema, para poderem livrar o mundo e, obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiram (e ainda perseguem) nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Sunkell e Paz acrescentam ainda que essa preocupação desvelou as aspirações de progresso e de melhoria da qualidade de vida dos países, o que se evidencia tanto na primeira Declaração Inter-aliada, como na Carta do Atlântico, ambas no ano de 1941, expressando o anseio de criar condições para que todos os indivíduos possam desfrutar de segurança econômica e social.

A Carta das Nações Unidas, de 1945, divulgada na Conferência de São Francisco, tornou-se o documento de maior importância dessa época, no que se refere a questões de desenvolvimento. Sendo

a criação oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), composta inicialmente por 51 países, cuja finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. Desde sua criação, a ONU está empenhada em: promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor (OLIVEIRA, 2002 p. 39).

A partir daí, intensificaram-se os debates acerca da concepção da palavra desenvolvimento e as condições necessárias para tal articulação. Passado o pior da crise bélica (Segunda Guerra), foi criada, pelos países aliados e pela própria

Organização das Nações Unidas, uma série de programas e organismos especiais para ajudar os países a tratar dos problemas econômicos e sociais de modo a manter o equilíbrio mundial. Entre esses, pode-se citar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Programa para a Educação, Ciência e Cultura, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho. Cada um com função e instrumentos específicos de atuação, mas com um objetivo em comum: melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Entretanto, a discussão entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento ainda não foi bem esclarecida. Como cita Oliveira a partir da obra de Scatolin:

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento (SCATOLIN *apud* OLIVEIRA, 2002 p. 39).

O debate sobre o tema é acirrado pela conceituação econômica do termo desenvolvimento. Os economistas têm visto surgir a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais. Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 39).

Também Milone (*apud* OLIVEIRA, 2002) sugere que, para caracterizar o desenvolvimento econômico, deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB - Produto Interno Bruto e PIB *per capita*, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e de melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

A partir dessas concepções, considera-se que o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Ou seja, o desenvolvimento contempla também satisfazer as diversas necessidades humanas, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras. Diante dos conceitos acima mencionados e problematizados, torna-se possível analisar um elemento referencial para a discussão proposta, ou seja, o ecodesenvolvimento.

O movimento ambientalista surgido no final da década de 60 e o choque do petróleo nos anos 70 evidenciaram os debates sobre a depleção dos recursos naturais de uso comum, das alternativas de geração da energia e do grande grau da pobreza no mundo inteiro. Esse contexto estimulou a crítica aos modelos de desenvolvimento econômico até então vigentes, direcionando os olhares para a incompatibilidade entre os processos convencionais de crescimento econômico e a garantia de sobrevivência humana ao longo do tempo. Tal contexto foi preponderante para o surgimento de uma nova proposta de desenvolvimento – o ecodesenvolvimento – que pode ser interpretado como uma alternativa à bipolarização que o debate acerca de desenvolvimento e sustentabilidade assumiu. Um dos marcos deste debate é o Relatório Meadows do Clube de Roma de 1972, o qual, de forma pessimista, defendia que a crise ambiental levaria ao esgotamento do desenvolvimento econômico, o que para muitos significou um retorno aos temas malthusianos, no qual o esgotamento dos recursos naturais e a poluição desempenhariam os mesmos papéis que a limitação das terras disponíveis e os rendimentos decrescentes na agricultura desempenharam para os clássicos. O enfrentamento dessa crise, segundo o relatório, seria o crescimento zero, o que favorecia os países desenvolvidos. Agora, se por um lado existia a proposta do “crescimento zero”, por outro, existia as exigências de cunho desenvolvimentista dos países do terceiro mundo, ou seja, a reivindicação do “direito do país crescer”: debate esse explicitado na Conferência da ONU para o meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1972 (FERNANDEZ, 2011).

De acordo com Sachs (1993), o desenvolvimento e o meio ambiente estão indissoluvelmente vinculados e devem ser tratados mediante a mudança do conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento. Três critérios

fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. O autor ainda acrescenta que:

[...] esse conceito normativo básico emergiu da Conferência de Estocolmo, em 1972. Designado à época como “abordagem do Ecodesenvolvimento”, e posteriormente nomeado Desenvolvimento Sustentável, o conceito vem sendo continuamente aprimorado, e hoje possuímos uma compreensão mais acurada das complexas interações entre a humanidade e a biosfera (SACHS, 1993, p. 7).

Nesse sentido, verifica-se que o conceito de Desenvolvimento Sustentável emerge a partir de organismos internacionais importantes. Sachs evidencia tal processo ao enfatizar a elaboração do Relatório Brundtland, de 1987, realizado a pedido da ONU durante o transcurso preparatório da Eco-92, evento ocorrido no Rio de Janeiro (FERNANDEZ, 2011). Outro organismo que discutiu a temática foi a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN, que considera o desenvolvimento sustentável a partir de cinco dimensões de sustentabilidade: a sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural (IUCN, 1991 apud SACHS, 1993).

A dimensão social inerente a essa discussão, deve ser entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento, orientado por outra visão do que é bom para a sociedade; a econômica: por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado; a ecológica: aumento da capacidade de carga da Esfera Terra por meio da engenhosidade do uso dos recursos potenciais de vários ecossistemas para propósitos socialmente válidos e limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos, etc.; a espacial: voltada para uma configuração rural-urbana equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas; a cultural: em busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de

soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local (SACHS, 1993).

A partir dos desdobramentos verificados acerca do ecodesenvolvimento, é que se podem aprofundar noções sobre o desenvolvimento sustentável. Diante do exposto é possível aproximar-se das questões conceituais que orientarão o estudo, quais sejam, as atinentes ao desenvolvimento sustentável e à economia ecológica.

Para Sergio Boisier (1997) nesses últimos tempos a sociedade vive o paradoxo de verificar que a aceleração do crescimento econômico evolui *pari passu* com a desaceleração do desenvolvimento, uma vez que a melhoria dos índices macroeconômicos coincidem com a deteriorização dos indicadores que medem as evoluções qualitativas entre setores, territórios e pessoas. Ainda o autor afirma que no que concerne à acumulação de riqueza, existe uma “esquizofrenia” na qual o crescimento, como meio para dar lugar ao desenvolvimento, se transforma em um fim em si mesmo.

Esse tipo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, no qual ocorre o excessivo consumo de recursos naturais, com degradação do meio ambiente e precarização das estruturas políticas, sociais e econômicas, criam o ciclo vicioso da pobreza. Sachs (1994) aborda essa questão quando faz menção aos países do leste e do sul que, na sua maioria apresentam características semelhantes às da África. Para o autor seria insuficiente que o Sul tentasse resolver seus problemas pensando nos estilos de vida e de modo de consumo do Norte, contando com as transferências de tecnologias dos países industrializados do Norte mal adaptadas às suas necessidades (SACHS, 1994).

Segundo estudos de Leff (2001), a racionalidade econômica imposta pelos países capitalistas, que só pensam no menor custo econômico e maior lucro através de super exploração dos recursos naturais, não só cria escassez para as futuras gerações, mas também influencia os países do terceiro mundo que pensam que o progresso só pode ser alcançado por essa via. Isso levou muitos desses países a contrair dívidas com os países do primeiro mundo, para investimento nas tecnologias que pudessem permitir menor custo e maior lucro.

Hoje essa dívida está gerando mais problemas para o planeta, pois não conseguiu diminuir a pobreza dos países considerados pobres e submeteu-os a

pressões que limitam seu desenvolvimento. Leff (2001) critica os países do primeiro mundo pela forma com que colocam pressão sobre os países do terceiro mundo, utilizando uma armadilha de que a dívida financeira poderá ser perdoada; porém, uma vez saldadas as contas, satisfeitas as demandas e reivindicações, restam seus devedores sujeitos à mesma razão, atados às mesmas causas, no jogo da repartição dos custos e benefícios deixados por uma ordem homogeneizante, unipolar, que dita as normas do comércio, do intercâmbio, da justiça e da equidade.

Para Sachs, sair do círculo vicioso da pobreza e da destruição do meio ambiente supõe um período de crescimento suficientemente longo para sustentar as estratégias de transição:

mas não o crescimento que tivemos durante décadas, que externaliza livremente os gastos sociais e ambientais agravando as desigualdades econômicas e sociais: o crescimento pela desigualdade, fundado sobre uma economia de mercado hiper-liberal que só pode aumentar o abismo existente entre as nações e agravar as disparidades (SACHS, 1994, p. 50).

Além disso, Dias (2006) diz que, no último decênio do século XX, consolida-se uma nova visão de desenvolvimento que não somente envolve o meio ambiente natural, mas também inclui os aspectos socioculturais numa posição de destaque, revelando que a qualidade de vida dos seres humanos passa a ser a condição para o progresso. As propostas do desenvolvimento sustentável estão baseadas nas perspectivas de utilização atual dos recursos naturais desde que sejam preservados para as gerações futuras.

Embora de princípios aparentemente simples, a concepção do desenvolvimento sustentável norteia o atual debate sobre a questão ambiental em qualquer setor das atividades humanas. Nesse sentido, os debates sobre desenvolvimento sustentável estão articulados com uma série de conceitos formulados a partir dos anos 1970, marcados pelos defensores do crescimento zero e por aqueles que reivindicavam o direito ao desenvolvimento. As condições sociais do aparecimento das problemáticas sobre a exploração dos recursos naturais, sobre a orientação dos investimentos, e a necessidade de se preservar para as gerações presentes e futuras os padrões de qualidade de vida determinados como ideais estão ligados ao momento histórico da falência do Estado como motor do desenvolvimento. Guimarães (1994) afirma que o conceito de desenvolvimento

sustentável começou a ser delineado na década de 70, principalmente no debate internacional iniciado em Estocolmo e consolidado no Rio de Janeiro na Eco-92. Este autor acrescentou ainda que:

O tema assume importância no mesmo momento em que os conceitos de poder mundial declararam a falência do Estado como motor do desenvolvimento e propõem sua substituição pelo mercado, ao mesmo tempo em que declaram também a falência do planejamento governamental (GUIMARÃES, 1994 p. 113).

Quanto à conceituação consensual, para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável é aquele que é capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Ele não esgota os recursos para o futuro (CMAD, 2010).

Segundo Vieira, o desenvolvimento sustentável pressupõe o crescimento econômico e social, na procura da efetivação plena da cidadania, com acréscimo da produção com competitividade e equidade econômica e social entre as regiões, contemplando o acesso à infraestrutura logística, à saúde, educação e segurança. No bojo dessa discussão, ainda de acordo com Vieira (2002, p. 1-2):

É preciso referir à necessidade de que a integração e o desenvolvimento regional incorporem exigências associadas à melhoria da qualidade de vida, à qualificação do trabalho, ao desenvolvimento científico e tecnológico, e, principalmente, ao respeito à diversidade cultural e espacial, conferindo legitimidade à busca de equidade social. Dentro dessa linha de pensamento, o desenvolvimento regional sustentável pressupõe, na prática, a sustentabilidade ambiental com o uso racional dos recursos naturais e a gestão dos recursos hídricos e dos ecossistemas para o benefício das presentes e futuras gerações, tendo como norteador a oferta de melhores condições de vida para a população.

Baseando-se nessa discussão, uma opção de desenvolvimento que venha a trazer bem-estar e qualidade de vida à população da Guiné-Bissau como um todo, precisa estar calcada no princípio de liberdade para todos, dito em outras palavras, para que se consiga um desenvolvimento equilibrado, é necessário que haja liberdade para a participação da população nos assuntos da comunidade, trazendo assim um desenvolvimento endógeno local, conforme as ideias de Amartya Sen. Nesse sentido, pode-se perceber que o desenvolvimento em suas dinâmicas traz como desafios para além da polissemia, um espaço de embates sejam eles

ideológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais que trazem complexidades envoltas em diversos interesses específicos, principalmente se analisado no contexto do capitalismo.

Para o autor o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente (SEN, 2000). A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos, como, por exemplo, oportunidades sociais de educação e assistência médica (que requerem a ação pública), que complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem as iniciativas para vencer as privações.

Nesse sentido, a análise acerca do conceito de desenvolvimento sob a perspectiva de Amartya Sen, permite compreender as implicações do desenvolvimento como liberdade. Para o autor, o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades das pessoas. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas permite dirigir a atenção para os fins considerados mais importantes. Nesse âmbito, o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18).

Para Sen (2000), tal remoção também está vinculada à condição de um agente não somente passivo, sujeito, mas como parte “constitutiva” do desenvolvimento, contribuindo para o fortalecimento e a criação de condições de agentes livres. Esse posicionamento desperta uma relação importante no contexto de análise da Guiné-Bissau, principalmente no sentido de pensar a articulação de políticas públicas que visem à garantia de tais condições e ao modo de como a formação social pode ser construída para esse fim, por meio da liberdade para a escolha social e a tomada de decisões públicas.

Para tanto, é preciso aproximar-se da noção conceitual do termo liberdade, especificamente, pois dele emanam tipos distintos que merecem maior explanação.



Na concepção de Amartya Sen (2000), existem cinco tipos distintos de liberdades, sendo eles: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora. As liberdades políticas dizem respeito às formas de liberdade de expressão e eleições livres, que propiciariam condições para a segurança econômica. As oportunidades sociais se referem às formas de serviços de educação e saúde que facilitariam a participação econômica. Já as facilidades econômicas, vinculadas à participação no comércio e na produção, tenderiam a ajudar na denominada abundância individual pela produção de bens e recursos públicos para os serviços sociais. No entanto é importante salientar que tais liberdades devem ser compreendidas de modo sistêmico, complementando-se mutuamente. Além disso, é importante que sejam interpretadas como um meio para o desenvolvimento e não somente um fim para este. Essa abordagem, se vinculada à perspectiva da elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento no contexto dos países, a qual deve ser considerada na medida em que estas também são caminhos possíveis para o desenvolvimento para além da noção de progresso, mas que considere diversas dimensões desse processo (saúde, educação, trabalho, serviços sociais, entre outras).

Assim, a partir das reflexões expostas nesse item, é possível identificar, por um lado, a importância do desenvolvimento a luz das concepções de Sen (2000) focadas no papel das instituições e dos agentes no sentido do desenvolvimento humano e social. Por outro lado, a sustentabilidade em suas várias dimensões, a qual evidencia que além dos aspectos humanos e sociais do desenvolvimento, precisa contemplar a relação com o ambiente natural de forma a garantir a permanência das condições que permitam a sustentabilidade da vida hoje e no futuro.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O LOCAL E O TERRITORIAL

A partir dos apontamentos citados acima, propõe-se a seguir uma reflexão que parte das concepções em torno do desenvolvimento sustentável num contexto voltado para as transformações do mundo rural nas sociedades atuais, considerando

neste momento, mais especificamente, a relação econômica entre o mundo rural e o mundo urbano. Isso porque, é necessário considerar que as discussões, no que tange ao desenvolvimento rural e as fronteiras com os espaços urbanos, se estabelecem para além da questão econômica, ou seja, para elementos simbólicos da cultura e da interação.

Para Kayser (1990, p. 13), o “rural” é um modo particular de utilização do espaço e de vida social, o que conduz a interpretação de Wanderley:

Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000, p. 1).

Os autores Mathieu e Jollivet (1989), citados por Wanderley (2000), afirmam que, sociologicamente, ao se destacar o termo “rural”, o direcionamento do pensamento leva para duas características essenciais: a primeira é a relação dos sujeitos do campo com a natureza e sua forma de organizar o trabalho, o cotidiano. A outra trata das representações do espaço natural e do espaço construído, uma vez que a “natureza rural”, precisamente porque é rural, é “objeto de múltiplas atividades e usos humanos” (WANDERLEY, 2000, p. 88) incluindo o lugar de trabalho e de vida.

Tomando como referência as considerações de Mendras apontadas por Wanderley, verifica-se que essas relações sociais no rural são diferenciadas porque são ‘relações de interconhecimento’, as quais resultam da dimensão e da complexidade restritas das ‘coletividades’ rurais” (WANDERLEY, 2000). Nessa perspectiva, Ploeg (2011) enfatiza que dessas relações derivam práticas e vivências a respeito do espaço, do tempo, do trabalho e da família, de modo a combinar, empregar e desenvolver os recursos agrícolas, tanto sociais como materiais, de forma coerente e autossustentável.

Ainda, Wanderley (2000) a partir dos estudos de Rémy (1993) enfatiza a necessidade do pesquisador ao buscar uma melhor compreensão da dinâmica rural, conceber que o “rural” não se constitui como uma essência, imutável, que poderia

ser encontrada em cada sociedade, mas sim que ele é histórico e se transforma nas diversas sociedades passadas e presentes.

As concepções aqui apresentadas partem da premissa de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para o nascimento de uma nova ruralidade.

De uma maneira ou de outra, uma sociedade nova está nascendo de nossa civilização técnica. Fim dos camponeses (tradicionais), sim, certamente; mas não a morte do campo e a generalização dos subúrbios. O desaparecimento do fosso cavado entre cidadãos e rurais pode e deve comportar soluções que respeitem certos traços do meio natural e humano de cada região; ela desemboca em uma nova arte de viver (JUILLARD, 1973 *apud* WANDERLEY, 2000, p. 90).

Para conceber essa nova “ruralidade”, faz-se necessário compreender o processo histórico do espaço rural, porém é preciso lembrar que a caracterização de um espaço rural varia de país para país em função das formas de sua ocupação territorial, da evolução histórica e das concepções predominantes em cada um desses países. Assim, em certos casos, o meio rural pode ser caracterizado pelo habitat concentrado em um núcleo, que, além das residências dos habitantes do campo, aglutina as instituições públicas e privadas ligadas à vida local, como a igreja, os representantes bancários ou de cooperativas, escolas e locais para o atendimento da saúde (WANDERLEY, 2000).

Segundo Kageyama (2008), o conceito de rural muda historicamente conforme mudam suas funções e representações, bem como os modelos de organização econômica e social do campo. Corroborando com esta ideia, Wanderley (2000) propõe que não existe um “rural padrão” a-histórico, imutável e generalizável, mas sim “rurais” frutos de processos históricos diferenciados. Assim, para melhor entendimento do conceito do rural, é imprescindível conhecer e refletir a sua evolução, de um espaço essencialmente agrícola para uma organização econômica e social diversificada.

Mendras (1959) afirma que as sociedades camponesas tradicionais apresentam cinco características: a) a autonomia face à sociedade global; b) a importância estrutural dos grupos domésticos; c) um sistema econômico de

autarquia relativa; d) uma sociedade de interconhecimento; e por fim e) a presença de mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. O autor admite que, para esse tipo de sociedade, a exploração agrícola é uma das características fundamentais para as unidades de produção. Tal formulação estabelece relações com a perspectiva sociológica elaborada por Chayanov que evidencia que tais características descrevem a relação entre a produção e o consumo tendo por base a família, levando-se em conta a unidade familiar camponesa, a sociedade local e a sociedade como um todo.

Nessa ordem de ideia, na compreensão do rural, autores como Abramovay (2000), Wanderley (2001a, b, c) e Alentejano (1998), em suas análises, dão ênfase às relações que se estabelecem com a terra como ponto principal na delimitação do rural, o que permite uma maior compreensão de tal contexto. Percebe-se que nas relações do meio rural predomina a dimensão coletiva e cooperativa, no entanto, pode-se encontrar em muitas realidades rurais um enfraquecimento dos laços sociais, debilitando a solidariedade coletiva devido à própria competitividade econômica colocada pelo mercado (PONTE, 2004).

Vale a pena salientar que, por tradição, a agricultura era a base do espaço rural, e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural.

Foi entre o século XII e o século XIII que, segundo Duby, citado por Wanderley (2000, p. 92), inicia-se um lento processo de urbanização que muda de “intensidade e de forma”, desde esse período estendendo-se até os primeiros anos do século XX: aumentam os investimentos sobre o meio rural, afetando intensamente o sistema de produção e de comercialização, e as cidades começam a exercer um domínio financeiro, administrativo e cultural sobre o campo, intensificando-se o êxodo rural.

Dessa maneira, nos séculos que se sucederam, os elementos definidores do espaço rural foram se modificando, adquirindo novas características: a agricultura se moderniza; a população rural passa a obter renda nos arredores das cidades fazendo com que a grande propriedade já não domine todas as transações

produtivas e comerciais; a indústria passa a interagir nos espaços rurais e reduzem-se as diferenças culturais entre o campo e a cidade:

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos económicos (BAPTISTA *apud* KAGEYAMA, 2004, p. 381).

Não resta dúvida, no entanto, que as sociedades rurais tradicionais passaram por um relevante processo de mudança, principalmente porque perderam a autonomia relativa que possuíam e se integraram económica, social e culturalmente à sociedade “englobante” (JOLLIVET e MENDRAS, 1971; JOLLIVET, 1974, *apud* WANDERLEY, 2000).

Se, por um lado, essas transformações de ordem económica modificaram profundamente a forma de produzir, passando por uma modernização crescente do processo de produção rural e apresentando uma maior conexão desse setor aos mercados locais e externos; por outro lado, essas transformações dizem respeito à estrutura e à vida social local, ou seja, o desenvolvimento industrial, que foi se concentrando nas cidades e reiterou a identificação entre a atividade agrícola e o meio rural.

Tomando a França como exemplo, Zanoni (2004) afirma que, nesse país, nas décadas de 70 e 80, o processo de êxodo rural acelerou-se, e a redução da população rural foi drástica. No período pós-guerra, em 1946, a população ativa agrícola era de 17,8%. Em 1980, baixou para 8% e, em 2004, reduziu-se a 3%. Ou ainda, dos 27,6 milhões de pessoas que trabalhavam na agricultura em 1950, apenas 7,6 milhões persistiam em 2000. Na região de suinocultura intensiva, a população agrícola passou de 1,4 milhão de habitantes, em 1970, para 500 000 em 1997. Em 1988, 73% dos agricultores tinham mais de 50 anos e não tinham sucessor. Uma parte dos municípios rurais sofreu um declínio demográfico acentuado, perdeu suas escolas, suas estações férreas e seus correios. Modificaram-se as relações sociais, baseadas até então em relações de vizinhança e parentesco.

Kayser, citado por Wanderley (2000), ao analisar as consequências deste processo, denominou “círculo vicioso do despovoamento”: o êxodo rural, que se avoluma, “esvazia” o mundo rural de muitos de seus tradicionais habitantes, particularmente os que possuem um ofício; os contatos com as cidades e a influência da cultura urbana se intensificam, afetando o modo de vida tradicional da população local. Os “rurais” não agricultores, especialmente os artesãos, são os primeiros e mais numerosamente atingidos pelo êxodo para as cidades e para o trabalho industrial. Em consequência desse processo, o meio rural perde progressivamente a população não agrícola.

A partir de tal contexto, é possível estabelecer conexões com a perspectiva conceitual acerca do desenvolvimento rural. Para Ellis, trata-se de uma temática complexa em termos de definições, todavia, o autor aponta para um delineamento sobre um conjunto de ações e práticas que apontam para a redução da pobreza no meio rural, visando ao desenvolvimento de uma participação que empodera (*empowerment*) permitindo aos seus atores decidir e controlar suas prioridades (SCHNEIDER, 2004).

Ainda que não seja aparente o diálogo com a perspectiva anterior, a abordagem de desenvolvimento rural apontada por Jan Douwe Van Der Ploeg *et al.* (2000, PLOEG; DIJK, 1995) embasa sua conceituação no que chama de teoria empiricamente fundamentada (*empirically grounded theory*), com algumas semelhanças ao conceito sugerido por Ellis estando, entretanto mais voltada para os problemas e o contexto dos países desenvolvidos. Schneider (2004), afirma ainda que Ploeg reconhece que os esforços para conceituar o desenvolvimento rural fracassaram, mas este afirma, no entanto, que esse conceito emerge dos debates e disputas sociais e políticas, e indica a necessidade de reconhecer esta conceituação como um processo de múltiplos níveis assentado na tradição histórica.

Tendo em conta a complexidade da compreensão do conceito de desenvolvimento rural, Ploeg (2011) propõe que ao tentar definir desenvolvimento rural se faça necessária uma análise comparativa, que venha a entender e representar os processos de desenvolvimento rural como “conjunto, multifacetado e relativamente harmônico de respostas às falhas de mercado – um conjunto de

respostas que requer e envolve a criação de novos mercados aninhados” (Ploeg, 2011, p. 128).

O autor afirma ainda que os processos de desenvolvimento rural têm como característica remodelar as práticas de agricultura e, ao mesmo tempo, são resultado destas práticas mutantes. Ele salienta que essas mudanças são parciais pois só ocorrem em uma parte do setor agrícola; desiguais pois certas práticas são mais desenvolvidas que outras; e diferenciadas uma vez que são multidirecionais e não uniformes. Neste sentido o desenvolvimento rural apresenta-se como contribuinte para a ampliação da heterogeneidade do setor agrícola, sendo que o mesmo é, em si, um processo heterogêneo. Assim, Ploeg retoma que o desenvolvimento rural está imbricado tanto em problemas globais, as supostas falhas de mercado, como em respostas locais, dito em outras palavras, as novas práticas de desenvolvimento rural que se articulam através de novos mercados aninhados (PLOEG, 2011).

Segundo a perspectiva de Schneider (2004), os múltiplos níveis da nova abordagem do desenvolvimento rural embasam-se em seis mudanças gerais, que estão relacionadas aos limites e problemas decorrentes do modelo agrícola produtivista (assentado nos princípios da "revolução verde"), que estaria em fase de superação: o crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade; uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural; um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades; um modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais; um desenvolvimento rural que leve em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições; e por fim, que leve em consideração as múltiplas facetas ambientais.

Schneider (2004) aponta dois autores brasileiros na tentativa de definir o desenvolvimento rural. O primeiro autor é José Eli da Veiga, que direciona suas ideias para as dimensões ambientais e territoriais do desenvolvimento rural. Em suas publicações mais recentes, o autor procurou destacar as interfaces e vínculos em relação ao desenvolvimento em geral (sobretudo a necessidade de conceber o desenvolvimento rural e urbano de forma interconectada), que é entendido a partir

da perspectiva avançada por Amartya Sen. Para tanto, definiu-o como "um processo de expansão das liberdades substantivas dirigindo a atenção para os fins que o tornam importante e não para os meios..." (VEIGA, 2001, *apud* SCHNEIDER, 2004, p. 97). Nessa ideia, de expansão das capacitações individuais e melhoria dos funcionamentos, Veiga aponta como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios (sobretudo através do estímulo aos setores de serviços e à pluriatividade), o estímulo ao empreendedorismo local e o apoio estatal para formação de arranjos institucionais locais como os elementos-chave para a nova estratégia de desenvolvimento rural sustentável do Brasil (VEIGA *et al.* 2001, *apud* SCHNEIDER, 2004).

Schneider ainda aponta Navarro (2002; 2001; 1999) como uma segunda definição para o desenvolvimento rural, este por sua vez, ressalta o ressurgimento do debate a respeito do desenvolvimento rural que estaria relacionado com as inquietações sociais da atualidade. O ponto de partida das discussões de Navarro aponta para a necessidade de distinguir conceitualmente o desenvolvimento agrícola (associado às condições de produção agropecuárias), o desenvolvimento agrário (associado à vertente teórica marxista) e o desenvolvimento rural, este último entendido a princípio de forma meramente operacional, e depois, como uma análise das ações do Estado referentes ao meio rural ou como maneiras estatais de implantar programas que visem alterações socioeconômicas. Navarro afirma que a noção de desenvolvimento rural restringe-se ao seu uso prático e normativo, com o objetivo de assinalar as ações estratégicas do Estado para modificar e melhorar a qualidade de vida no meio rural.

Mesmo com todas essas perspectivas em relação à conceitualização do desenvolvimento rural, a sua definição continua a ser complexa e multifacetada. Entretanto, neste trabalho, o desenvolvimento rural é concebido como um processo resultante de ações articuladas que objetivam mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural visando à melhoria da renda, da qualidade de vida e do bem-estar das populações rurais.

A discussão conduzida acima posiciona o conceito de "local" como pertinente na discussão a respeito da conceitualização do desenvolvimento rural, uma



vez que, a definição do desenvolvimento rural precisa estar interconectada com a questão de “local” ou “lugar”, que, atualmente, vem sendo abordada sob diversos pontos de vista, em relação à cultura, ecologia e também em relação à globalização econômica. Escobar (2005) afirma que o lugar, concebido como experiência de uma localidade com certo grau de enraizamento, com ligação com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e não fixa, continua sendo relevante na vida de uma grande parcela dos indivíduos, quiçá, para todos. O autor enfatiza que existe um sentimento de pertencimento da pessoa ao lugar, entretanto, considera que o processo de globalização alterou significativamente a dinâmica da cultura e da economia, através de novas metáforas em termos de mobilidade, como por exemplo, a desterritorialização, as mudanças, a diáspora, a migração, as viagens, o cruzamento de fronteiras e a nomadologia. Escobar enfatiza em seus estudos que o “lugar” desapareceu no “frenesi da globalização” dos últimos anos, e esta debilidade do lugar apresenta-se com conseqüências profundas no que se refere ao conhecimento da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia. O autor aponta, neste sentido, para a emergência de retomar a importância do lugar para a cultura, a natureza e a economia.

Dada a complexidade desta discussão, salienta-se que as teorias do pós-desenvolvimento e a ecologia política têm se mostrado como as principais alavancas para retomar uma dimensão embasada no lugar, nas discussões sobre a globalização, e também para tomar frente na defesa do lugar. Redefinida, a ecologia e o pós-desenvolvimento têm a função de facilitar a incorporação de diversas e alternativas práticas econômicas, baseadas no lugar. Ou seja, reafirmando a importância do lugar, negando as premissas do capitalismo, a valorização da cultura local em detrimento ao domínio do espaço, ao capital e à modernidade globalizada, podem tomar corpo teorias que tornem viáveis a reconstrução de um mundo a partir de práticas baseadas no lugar.

A partir da problemática da relação entre lugar e cultura, os estudos mais recentes desta categoria enfatizam que os lugares são criações históricas e que sua compreensão perpassa as maneiras pelas quais a circulação global do capital, o conhecimento e os meios configuram a experiência da localidade, dito em outras palavras, os olhares se voltam para os vínculos múltiplos entre identidade, lugar e poder e na medida em que as mudanças na economia política global focalizam concepções

distintas de lugar e identidade, a relação lugar/poder/identidade se torna mais complicada (ESCOBAR , 2005).

A fim de cobrir esta temática, defendendo o “lugar”, o autor usa trabalhos da geografia pós-moderna e da economia política, também reinterpreta, a partir da perspectiva do lugar, as tendências recentes na ecologia antropológica que descobrem os modelos locais da natureza e a partir disso, aponta que muitas comunidades rurais do Terceiro Mundo “constroem” a natureza de maneiras muito diferentes e particulares das formas modernas dominantes.

Os modelos locais da natureza explicitam um enraizamento específico a um território, este concebido como multidimensional uma vez que advém dos muitos tipos de práticas e relações. A exemplo, Escobar (2005) cita Gudeman e Rivera (1990) que mostraram que os camponeses poderiam possuir um “modelo local” da terra, da economia e da produção claramente diferente dos mercados capitalistas e economias globalizantes.

Neste sentido, cabe aqui ressaltar que no mundo atual o capitalismo está no centro das discussões a respeito de desenvolvimento, e portanto, constitui-se uma barreira às tentativas de implementar o modelo de um desenvolvimento que não tenha suas bases fundadas na hegemonia do capitalismo, como por exemplo, as economias de subsistência, biodiversificadas, cooperativas e iniciativas locais, pequenos produtores familiares e as práticas de reciprocidade.

No que concerne à Guiné-Bissau, pode-se afirmar, baseado em Abreu (2009), que a mesma apresenta condições de aproveitar seus recursos humanos e materiais em prol do desenvolvimento sócioeconômico do país. Segundo o autor, a Guiné-Bissau se encontra num momento de transição, entre um modelo pré-capitalista em direção ao capitalismo propriamente dito (mesmo que incipiente), uma vez que, atualmente, na economia guineense predomina largamente a pequena produção, para autoconsumo ou com destino ao mercado local, de caráter não-capitalista (ABREU, 2009).

Neste sentido cabe ressaltar que, um novo modelo de desenvolvimento baseado em relações de reciprocidade, teria espaço nessa dinâmica sócio-política e econômica, uma vez que esta perspectiva de relacionamento sócioeconômico se faz mais justa e equitativa no que se refere ao modo de produzir e o esgotamento dessa

produção de maneira equilibrada entre todas as camadas da população.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E SUAS ARTICULAÇÕES NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

Os temas expostos até o presente momento trazem à tona a pertinência da discussão sobre as políticas públicas e seus instrumentos para o desenvolvimento de uma nação. Nesse sentido, não há como aprofundar análises qualificadas acerca do desenvolvimento como dinâmica complexa senão de modo a incorporar ao debate as políticas públicas. Para Teixeira (2002) políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Ele ainda adianta que essas políticas são explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Além disso, é importante considerar que nem sempre existe compatibilidade entre as intervenções e declarações e as ações envolvidas. Porém devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções dos que ocupam os cargos vinculados a estas (TEIXEIRA, 2002).

De acordo com Souza, para compreender a expressão “políticas públicas”, faz-se necessário, primeiro, compreender sua origem, sua trajetória e suas perspectivas históricas. A política pública enquanto área de conhecimento e/ou disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos da América - EUA nos anos 30 e mais tarde como ferramenta do Estado na década 40 (criação da RAND<sup>5</sup> em 1948), dando ênfase aos estudos sobre a ação dos governos. Na Europa, as discussões em torno do tema surgem a partir dos estudos e trabalhos que buscavam trazer das teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo, entes nas quais emanam as políticas públicas (SOUZA, 2006).

---

<sup>5</sup> Research And Development Corporation, organização não-governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos think tanks.

Pierre Muller opõe-se à forma pela qual os Estados Unidos e a Europa determinam o conceito de políticas públicas. Segundo o autor, nos EUA, a noção de política pública se insere no conceito de *government*, tratando-se de determinar de forma pragmática como “a formação dos interesses pode conduzir à implementação de boas políticas, eficientes, correspondendo aos objetivos definidos sem desperdiçar o dinheiro dos cidadãos” (MULLER, 2004). Essa concepção de políticas públicas focaliza-se na ação racional do governo (policies).

Nessa lógica, nos Estados Unidos, uma política pública pode ser entendida como “um programa projetado com metas, valores e práticas” para citar a definição formulada por Laswell e Kaplan (1970), citada por Heidemann (2009) apud MIRANDA et. al., 2011. Na Europa, ao contrário, prevalece ainda, segundo Pierre Muller, a tradição fundamentada nas concepções de Hegel e Weber, que consideram o Estado como uma instituição que transcende a sociedade e domina os atores da sociedade civil e do setor privado. Jean-Claude Thoenig (2004) traz para esta discussão a definição de política pública como sendo as “intervenções de uma autoridade do poder público com legitimidade governamental sobre um aspecto específico da sociedade ou do território”. Em comparação com a definição abordada anteriormente, este autor evidencia o caráter legal do poder do Estado por meio da coerção legal, ou ainda, do controle social (MIRANDA et al. 2011, p.48).

São polissêmicas as definições e concepções a respeito do que seja política pública. Nesse sentido, Souza cita Mead (1995) que define política pública como um campo dentro do estudo da política que pondera sobre as ações do governo em relação às grandes questões públicas. Queiroz (2011) concebe a política pública como um processo de seleção dos meios para a execução dos objetivos da sociedade administrados pelo governo, e devem estar imbricadas aos princípios da eficiência, equidade e eficácia. Ainda, Souza conclui suas ideias a partir dos estudos de Dye (1984), que condensa a significação de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p.24).

Contudo, para que as políticas sejam formas de atuação do Estado para garantir o desenvolvimento de uma nação, é necessário estabelecer estratégias nas suas elaborações e implementações para que promovam benefícios à população. Nessa ordem de ideias, Teixeira (2002) afirma que elaborar uma política pública

significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem, pois são definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “políticas públicas” de “políticas governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Nesse contexto, é importante salientar que as políticas públicas possuem dimensões específicas em termos de suas estruturações. Conforme anuncia Teixeira, alguns aspectos podem estar diretamente vinculados ao modo de participação da sociedade civil, tais como:

Identidade: iniciativas de proposições para responder questões constituem um elemento importante no processo de formação de identidade coletiva dos atores sociais. Plataformas Políticas: as políticas públicas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia; refletem, pois, as concepções que têm do papel do Estado e da sociedade civil, constituindo programas de ações que respondem as suas carências e demandas. Mediações Institucionais: as políticas públicas traduzem mediações entre interesses e valores dos diversos atores que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto da sociedade ou determinados grupos sociais. Dimensão Estratégica: as políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico e à constituição de fundos públicos assumem aspecto estratégico, que se constituem referência e base para definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas (TEIXEIRA, 2002, p. 3-4).

Tal cenário evidencia que o campo das políticas públicas não é espaço neutro, mas historicamente atravessado por relações de poderes, tensões e interesses que orientam as dinâmicas em torno de suas elaborações, implementações e resultados, podendo induzir a processos de reprodução ou rupturas das condições existentes. Assim, compreender as políticas públicas como processo implica em entendê-las atravessadas por pressões, mobilizações, alianças e coalizações (TEIXEIRA, 2002).

Ao buscar elaborar uma perspectiva analítica acerca da relação entre políticas públicas contextualizadas ao desenvolvimento de modo a articular-se com a sustentabilidade, torna-se necessário um aprofundamento em torno das orientações presentes no campo das políticas públicas na contemporaneidade e os diálogos estabelecidos com a temática. Desse modo, é importante considerar a dinâmica na

qual tais diálogos têm sido estabelecidos e, principalmente, como os debates conceituais sobre a sustentabilidade têm permeado ou têm sido apropriados pelas políticas públicas.

Nessa lógica, é possível compreender a partir do caso brasileiro, em sua abertura política com vistas à redemocratização ocorrida na década de 1980, o estabelecimento de estratégias que dialogavam com o Estado e a sociedade civil organizada. Tal aspecto foi determinante para definir, como áreas estratégicas de atuação das políticas públicas, a saúde, a educação, habitação e desenvolvimento urbano, assistência social, previdência social e também a política agrícola e a reforma agrária (GRISA, 2012).

Diante dos objetivos propostos para o presente estudo, considera-se elemento articulador a atuação da sociedade civil na construção e efetiva aplicação das políticas públicas. Como evidencia Teixeira (2002), tal participação pode ser acompanhada a partir dos seguintes elementos: a existência de elaboração e formulação de diagnósticos participativos que incluam os principais atores envolvidos, identificação de experiências bem-sucedidas, debate público e mobilização social, decisões e definições em torno de alternativas, competências das diversas esferas públicas envolvidas, detalhamento de modelos e projetos, diretrizes e estratégias, identificação das fontes de recursos, publicização durante a execução, acompanhamento do processo em suas avaliações e resultados.

Elementos como estes se tornam preponderantes para análise de políticas públicas, tendo em vista que no contexto contemporâneo suas elaborações têm sido marcadas pelas complexidades dos componentes de seus conteúdos. O autor enfatiza que a estruturação das políticas públicas atuais possuem demandas claras, de modo a contemplar: a sustentabilidade, a democratização, a eficácia, a transparência, a participação e a qualidade de vida.

No caso brasileiro, esses conteúdos têm sido apropriados pela política agrícola numa agenda composta pelos seguintes eixos: apoio à reforma agrária, desenvolvimento da agricultura familiar, alimentação e abastecimento, meio ambiente, condições de melhoria da qualidade de vida da população rural e adequação do currículo escolar.

Tal aspecto indica proximidade com a temática do desenvolvimento rural sustentável, na medida em que traz para o debate a perspectiva da sustentabilidade. Nesse plano, é importante enfatizar que os diálogos possíveis entre a sustentabilidade e as políticas públicas perpassam pelas questões problematizadas até este momento, qual sejam: identidades, estratégias e mediações.

O que se verifica em termos de trajetórias das políticas públicas no contexto rural brasileiro foi a perspectiva da chamada modernização conservadora atrelada às políticas públicas vigentes a partir da década de 1960 e o reconhecimento da agricultura familiar a partir da década de 1990. Contudo, nas décadas recentes, verificou-se um processo singular de redefinições de políticas públicas específicas ao contexto da agricultura familiar. Tais políticas podem ser consideradas resultantes do “reconhecimento da agricultura familiar que refletiu na formulação de políticas públicas específicas para esta categoria” (CAZELLA *et. al.*, 2009).

Apresentado por Delgado e Leite (2011) toma-se como exemplo destas políticas o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) no Brasil, referindo-se à uma política de desenvolvimento territorial que almeja a ampliação da participação social dos atores no processo de diálogo, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas.

O Pronat também conhecido como Territórios Rurais de Identidade, está presente na formação da SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial, acontecida em 2003, no início do primeiro governo Lula. Este programa foi regulamentado pela Portaria nº 5, de 18/7/2005, que reconhece a seleção, alteração e administração de Territórios Rurais e garante suporte legal para o projeto “Territórios da Cidadania” (TC), um programa adicional iniciado em 2008.

O projeto “Territórios Rurais de Identidade” reconheceu que alguns territórios apresentavam-se economicamente mais fragilizados que outros, necessitando de uma atenção emergencial com ações articuladas. Estes territórios apresentavam baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo.

O Programa Territórios da Cidadania surge com o propósito superar a pobreza, através da geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Nesta perspectiva, ganham destaque dois processos: a descentralização das políticas públicas e o empoderamento dos atores locais, assegurando, desta maneira o processo de participação social e uma efetiva política de desenvolvimento, que eliminasse as interferências políticopartidárias das oligarquias locais no processo decisório (DELGADO e LEITE, 2011).

A partir destes apontamentos, considera-se o contexto econômico e social da república da Guiné-Bissau, que tem se confrontado com problemas de políticas públicas, no que diz respeito à participação cívica, diálogo e reconciliação nacional, desde o conflito armado que decorreu em junho de 1988. O Documento de Estratégia Nacional para Redução da Pobreza – DENARP (2011, p. 64) aponta que entre as forças vivas da nação, têm resultado em convulsões sociais que desembocam muitas vezes em conflitos violentos. Igualmente, as dificuldades relativas ao crescimento econômico que o país enfrenta, a instabilidade institucional e as precárias condições de vida da população, tanto no nível da saúde, da educação, como dos rendimentos e do acesso à justiça constituem os fatores explicativos desses conflitos.

Embora com diferentes modalidades de comunicação social (escrita, rádio e áudio-visual incluindo a televisão e internet), para a divulgação de informação, o debate público ainda continua a ser difícil na Guiné-Bissau, uma vez que a falta de meios constitui-se como um obstáculo à toda a possibilidade de perenização à população o acesso aos meios de comunicação, que é um dos veículos mais importantes para o Estado guineense na divulgação de suas políticas para a população e também para os debates sobre as grandes questões nacionais e a reconciliação entre vários componentes da sociedade.

A partir do exemplo brasileiro citado anteriormente, é possível inferir que a Guiné-Bissau pode seguir por este caminho para o fortalecimento de políticas públicas nos territórios rurais guineenses, no entanto, Delgado e Leite (2011) alertam que, para tal, será necessário articular os segmentos não organizados da sociedade civil, de forma que os mesmos protagonizem uma ação política



consciente, efetiva e sustentável. O protagonismo dos atores locais não organizados, dessa maneira, tende a evitar o risco que o empoderamento de atores mais organizados signifique uma apropriação desproporcional dos recursos financeiros, garantindo assim, qualidade de vida à todos, sem distinção.

No Brasil, a criação dos territórios colaborou para a instauração de um diálogo entre os diferentes atores sociais locais que até então não “se falavam”. Considera-se, a partir dessa experiência, que na Guiné-Bissau, um processo similar poderia contribuir para que os conflitos existentes entre os distintos grupos sociais que constituem o território fossem minizados, e, ainda, que juntos, implementassem ações, em conjunto ou não com o Estado, voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, ultrapassando os interesses eleitorais ou oportunistas de um ou outro segmento da sociedade, com fortalecimento do lugar.

## 2.4 COLONIALISMO E PÓS COLONIALISMO: O CASO DA GUINÉ-BISSAU

Estando a República da Guiné-Bissau localizada no continente africano, é pertinente, num primeiro momento, contextualizar a África através do instrumental teórico-conceitual oferecido pela Sociologia. De acordo com Mamadú Djaló (2009), em se tratando da África, é importante situá-la em três fases: África pré-colonial, África colonial e África pós-colonial. Para ele, a África pré-colonial foi marcada por uma historiografia colonialista expressa por um tempo a-histórico ou de pouca temporalidade métrica. Pode se entender que, apesar da África pré-colonial ter uma história específica organizada através de reinos e impérios, como por exemplo, o império de Gana instaurado do século IV ao século XI, sendo que após sua extinção surgiu o império de Mali entre o século XIII a XV, é só a partir do século XVI com a colonização europeia que os historiadores concebem a história africana.

Para Odete Semedo um dos marcos importantes que se registraram, nessa época, é a história dos *Mansas malinkés* ao sul do Saara, na sua maioria originários dos grandes impérios africanos, sobretudo o Império do Mali (SEMEDO, 2010). Para a autora, na concepção hegeliana, o continente africano não é um continente

histórico porque não demonstra nem mudança nem desenvolvimento. Essa teoria, de acordo com a autora:

... é contestada e repudiada por meio de publicações de estudos, de obras de reconhecida cientificidade; a historiografia africana vai também lançar mão de informações veiculadas pela tradição oral, as epopeias que narram as guerras étnicas e suas conseqüências, as lendas e os mitos sobre a vida dos povos, os grandes impérios, suas ascensões e declínios. Assim, a tradição oral, que se revela uma importante fonte histórica, vai encarregar-se da perpetuação do ocorrido séculos antes da presença europeia no continente africano; sem, contudo, menosprezar as fontes árabes arqueológicas e outras de suma importância. É, ainda a tradição oral que testemunha sobre um Kaabú<sup>6</sup> que não era um Estado centralizador e forte, mas sim uma família de estados” (SEMEDO, 2010, p. 20).

O período da África colonial passa a ser concebido a partir da entrada dos europeus no litoral do continente, “dito pela Ciência [...] origem da humanidade”, a partir do século XVI, quando, segundo alguns historiadores coloniais, inicia-se a história do continente africano. Entretanto, apesar da época de apropriação e de invasões do solo africano ser registrada a partir do século XVI, já antes, os portugueses, na costa ocidental do continente, exploravam os recursos naturais e as populações da África (DJALÓ, 2009). A seguir o mapa dos colonizadores da África:



Figura 1 - Mapa da África representando colonizadores  
Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais, consultoria de Luiz Arnaut (2009).

<sup>6</sup> É um reino mandinga que se transformou num império que administrou o país antes da chegada dos portugueses.

O período pós-colonial é diverso, porque as temporalidades de independência em relação aos colonizadores foram diferentes, como são também os contextos históricos de cada país. Atualmente, a África é um continente que possui aproximadamente 30% de reservas minerais mundiais, dos quais 12% são do petróleo do mundo, 40% do seu ouro, de 80 a 90% de cromo e metais do grupo da platina, 60% das terras aráveis e recursos madeireiros vastos (LOPES, 2013). É o terceiro continente mais populoso do mundo e também o terceiro mais extenso (atrás apenas da Ásia e das Américas) com cerca de 30 milhões de km<sup>2</sup>, cobrindo 20,3% da área total da terra firme do planeta, com mais de 800 milhões de habitantes em 54 países, representando cerca de um sétimo da população mundial (DJALÓ, 2009). A seguir, apresenta-se o mapa dos países que conseguiram a independência nos diferentes períodos da história da África:

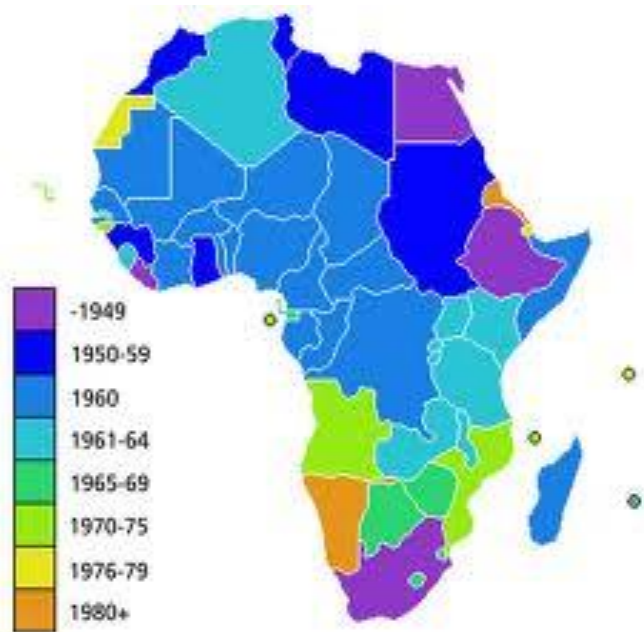


Figura 2 - Mapa da África representando diferentes períodos históricos para a independência  
Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais, consultoria de Luiz Arnaut (2009).

Carlos Cardoso e Rui Ribeiro (1987) *apud* Soronda (1987) explicam que a história da presença dos portugueses na África e particularmente na atual Guiné-Bissau pode ser dividida em três períodos distintos: o primeiro, que vai do Sec. XV até por volta de 1850, caracterizou-se pela presença dos negociantes portugueses, que eram considerados como emigrantes em território estrangeiro (África), tendo a

presença deles como objetivo principal, a realização de comércio. Em contrapartida, pagavam um tributo aos régulos africanos, devido ao seu estatuto de comerciantes europeus. Esse imposto tinha a designação de *DAXA*<sup>7</sup>, em geral pago quando os portugueses atracavam seus navios no porto do país.

Durante todo esse século, a expansão marítima continua e ganha uma importância econômica, política, intelectual e espiritual cada vez maior. Com as viagens sistemáticas pela orla do continente africano (...), a Europa passou a descobrir um novo mundo, apenas conhecido pelas memórias dos romanos e pelos contatos com os povos do Norte de África. Assim:

Portugal estabelece feitorias comerciais e relações políticas com os Estados que encontra, mantendo com as zonas onde estes não existem contatos mais esporádicos. O continente passa então a funcionar como grande placa giratória do comércio internacional entre a África e a Europa (CABECINHAS; NHAGA; LEITE, 2008, p. 117).

O segundo período vai de 1850 até cerca de 1900-1915 e caracteriza-se por certo equilíbrio de poder entre as duas forças em presença: a eurocolonial (especialmente portuguesa) de um lado, vivendo nas praças e fortalezas, e a étnico-africana por outro, cujos reis locais dominavam todo o território fora das fortalezas. No início desse período, as *Daxas* começam a declinar, devido ao paulatino aumento do poder defensivo e ofensivo dos portugueses, que terminou com as ditas campanhas de pacificação, a partir das quais se efetiva a dominação colonial sobre a maioria das populações opositoras.

As campanhas de pacificação constituíram-se a partir da presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau, que implicou na geração de conflitos e tensões, sobretudo pelo grau de violência de que se revestiu o momento de penetração na costa, as guerras de resistência, as chamadas guerras de pacificação (SEMEDO, 2010). Guerras essas que levaram destruição de quase todas as autoridades tribais que existiam na época. Nessa guerra de pacificação verificou-se a disparidade dos recursos entre os grupos em conflito. Os conquistadores colonialistas dispunham de enorme superioridade material sobre os povos da África, que detinham apenas espingardas em mau estado e de modelo antigo e por vezes só dispunham, para a

---

<sup>7</sup> Denominação que é dada ao imposto na Guiné-Bissau.

sua defesa, de arcos e flechas ou de *zagaias*<sup>8</sup>. Também os conquistadores colonialistas se beneficiaram da superioridade política de modo a cooptar os líderes políticos ou tribais a partir de uma série de estratégias que previam privilégios e benefícios.

De acordo com Augel (2007) o colonialismo desprezava e negava de maneira mascarada a identidade dos povos colonizados, levando o universo colonial a funcionar numa dinâmica de exclusão. Os colonialistas consideravam toda a identidade dos indígenas colonizados como inferior, dito em outras palavras, os costumes, tradições, valores, crenças e a cultura africana eram negados e muitas vezes proibidos e combatidos com o intuito de substituí-los pela cultura colonizadora. A estratégia era silenciar a cultura dos colonizados, numa relação entre silêncio, memória e esquecimento, de forma a aceitar passivamente o discurso etnocêntrico, homogeneizador e monolítico como verdadeiro e único (AUGEL, 2007).

Augel (2007), ao referir-se ao processo de colonização, ainda afirma:

Para submeter o colonizado foi necessário quebrar-lhe a vontade, 'coisificá-lo', surrupiar-lhe a língua, as crenças, as tradições, enganbelá-lo com mistificações e roubar-lhe a capacidade de escolha própria. Desprestigiar, desconsiderar a cultura autóctone em detrimento da cultura imposta, embriagando o colonizado como o elixir da civilização (AUGEL, 2007. p. 133).

A partir dos apontamentos de Augel, subentende-se que a civilização colonizadora causava fascínio nos nativos, levando-os a cobiçar bens de consumo nunca antes imaginados em sua civilização, isso decorrente de um processo de silenciamento, ou seja, após o colonizador levar o colonizado a assumir vagarosamente o comportamento eurocêntrico. Como exemplo disso, a autora afirma que nos meios urbanos, o contato entre brancos e negros era constante, e a relação que se estabelecia entre estes grupos era a de que os negros quase que sem exceção assumiam o papel de subalterno e dependente dos brancos, e a única maneira possível para alcançar um mínimo de ascensão e prestígio social era a via da assimilação da cultura colonizadora, e muitos negros buscavam o carimbo de

---

<sup>8</sup> Zagaias são lanças curtas e delgadas que são usadas como armas de arremessos por povos ou indivíduos caçadores. No Brasil os índios usavam estas armas rústicas, chamadas de lanças, que nas suas pontas geralmente eram de ossos afiados ou mesmo de madeira resistentes como guatambu, peroba, cedro ou pau brasil.

“aculturado” (em oposição ao de “indígena”) a fim de ter essa respeitabilidade, mesmo que mínima (AUGEL, 2007).

Há que se referir, que ao mesmo tempo em que uma parcela da população colonizada silenciava-se e adería ao modelo ocidental, existia, em contraponto, grupos de resistência, que lutavam em favor da preservação de sua história, heranças culturais e tradições, o que originou as chamadas Guerras da Campanha, entre portugueses e africanos.

O terceiro e último período da presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau foi aquele durante o qual a produção e as riquezas naturais se tornaram um apêndice da economia portuguesa. Iniciado por volta de 1920, logo após as Guerras da Campanha<sup>9</sup>, terminadas oficialmente, em 1974, com a queda do fascismo em Portugal e o reconhecimento, por parte deste país, da independência política da Guiné, proclamada unilateralmente em 1973, nas zonas libertadas pelo PAIGC<sup>10</sup> (CARDOSO *et al.*, 1993, p. 8). O período acima citado representou a perda da soberania dos africanos, sistematizada pela estruturação do sistema colonial. Nesse ponto, é importante enfatizar o que se compreende por sistema colonial. Nesse sentido, Boaventura Sousa Santos apresenta o colonialismo como uma missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental nos termos do qual o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo, um historicismo que envolve tanto a teoria política liberal como o marxismo (SANTOS, 2004, p. 7). Hoje é consenso dentre a historiografia que o colonialismo foi resultado da concorrência econômica e do expansionismo dos países europeus (LEITE, *apud* DJALÓ, 2009).

Importa considerar as decorrências do sistema colonial para as dinâmicas de dominação e resistência vivenciada neste contexto, principalmente no que diz respeito à lógica de produção das comunidades agrárias. Cardoso e Ribeiro (1987) evidenciam que o modelo de produção agrária vivenciada pela Guiné-Bissau foi resultante de diversas articulações entre o modo de produção colonial e pré-colonial. Neste aspecto, é importante destacar que, em termos históricos, a produção agrária caracterizava-se principalmente pela propriedade coletiva da terra, pertencente a

---

<sup>9</sup> As Guerras da Campanha possuíam como principal objetivo unir toda população da então Guiné para melhor reinar.

<sup>10</sup> Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde.

toda a comunidade, a exploração da terra pela família e a subsistência como objetivo fundamental da produção. Contudo, com a implantação do sistema colonial, que ocorreu entre 1915 e 1920, e que impôs o poder da coroa portuguesa sobre as sociedades rurais da Guiné, viu-se a desagregação tanto das estruturas socioeconômicas quanto das estruturas políticas de tais sociedades. É importante ressaltar que o sistema colonial apropriou-se do sistema encontrado, de modo a prontamente iniciar um processo de exploração da matéria-prima que lhe interessava, levada à efeito pelo sistema de produção para exportação. Essa lógica de produção provocou mudanças importantes também para a questão ambiental, representada principalmente pela intensificação da produção/exploração, a redução dos tempos de pousio e o aumento das queimadas.

Assim, o que se verifica do processo de colonização vivenciado pela Guiné-Bissau é a caracterização do fenômeno de que o “imperialismo colonial” apresenta como traços fundamentais o expansionismo, a burocracia colonial e o racismo. Mamadu Djaló, ao citar Arendt, evidencia que a compreensão do expansionismo transcende a esfera econômica por ser um “objetivo permanente e supremo da política”, mas, a ideia central do imperialismo “contém uma esfera política traduzida por uma base limitada de poder cujo suporte é a força política presente na vocação para a dominação global” (DJALÓ, 2009, p. 34).

É a partir deste panorama que se pode compreender como a Guiné-Bissau experienciou o seu processo histórico ao tornar-se um país, através do resultado de um tratado assinado entre Portugal e França em 1886, que colocou fim às disputas de territórios pelas potências colonizadoras. Tal processo teve como base a Carta de Conferência de Berlim, que definiu e instituiu a delimitação e a ocupação do continente africano em 1855 (SEMEDO, 2011). A respeito dessa delimitação, Carlos Lopes (1993) citado por Odete Semedo, afirma que o território tinha contornos geográficos muito mais extensos e uma uniformidade ecológica que lhe permitia proteger-se de ataques inimigos e “os povos da zona constituíam uma comunidade e integravam-se em estruturas políticas articuladas, e que, durante muito tempo, a *Mansaya Kaabunké* Federou” (LOPES, 1993, p. 13 *apud* SEMEDO, 2011, p. 20). A expressão “*Mansaya Kaabunké*” pode ser explicada como a governança de um rei, “o *Mansa*”, do povo de *Kaabu* “*Kabunké*”, o principal estado (ou província)

mandinga, que tinha uma estrutura hierarquizada de classes (rei, príncipes reais, homens livres, gente de castas, artesãos e escravos).

A ocupação colonial portuguesa, imensamente contestada por vários períodos da sua instalação na Guiné-Bissau, culminou numa luta armada que durou onze anos, com seu início nos anos de 1960. Cabe destacar que esta luta fora conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – liderado por Amílcar Cabral (SEMEDO, 2011). Para Semedo, uma das causas dessa luta é que a Guiné-Bissau, então Guiné Portuguesa não constituía para os portugueses uma colônia de assentamento, mas sim era considerado um lugar de coleta de produtos para a comercialização e porto de embarque de indivíduos escravizados. Atividades essas que tiveram muitas vezes resistências dos nativos. Outrossim, o comércio de escravos, considerado ilícito pela coroa portuguesa era também outro empecilho para o alcance dos objetivos dos colonizadores.

Por outro lado, a política colonialista também se fazia presente no setor da educação, distinguindo o tratamento dado aos cabo-verdianos dos guineenses, sendo que os primeiros Liceus (equivalente a educação básica brasileira) em Cabo-Verde antecedem em muitas décadas aos de Guiné-Bissau. Um dos motivos apresentados por Teixeira (2008) é o fato de que a população Cabo-verdiana é constituída a partir da mestiçagem entre negros e portugueses.

tanto para os “civilizados”, na sua maioria cabo-verdianos que gozavam de um estatuto “especial” e serviram, durante muito tempo, de intermediários entre portugueses e guineenses, quanto para as indígenas, nativos que resistiram ao domínio de Portugal e se encontravam além do alcance jurídico e administrativo das autoridades coloniais (TEIXEIRA, 2008, p. 17).

Semedo (2010) enfatiza que era prática comum alguns filhos de africanos serem enviados à metrópole para continuarem os estudos secundários e superiores, uns beneficiando-se de bolsas de estudos do governo do ultramar, outros por conta dos pais. Isso não acontecia com os estudantes guineenses, que não podiam contar com esses benefícios, dado que só em 1958 é instalado em Bissau o primeiro liceu: o liceu nacional Honório Pereira Barreto. No entanto, é nos anos 1950 que o clima de insatisfação se agravou e, a partir de então, começou a aparecer o posicionamento dos africanos contra a presença estrangeira nos respectivos países (SEMEDO, 2010).



Importa salientar também que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, foi aprovada em 14 de dezembro de 1960 a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países Colonizados, pela ONU. Essa concessão refletiu, pelo menos em termos formais e retóricos, a independência aos povos da África, pois o domínio estrangeiro no continente significava a negação dos direitos fundamentais do homem (BOBBIO *apud* TEIXEIRA, 2008). Mesmo assim, Portugal procurou preservar sua herança colonial contrariando a tendência dos tempos, mantendo uma longa guerra em três frentes que impediu o desenvolvimento econômico, intelectual e científico da Guiné-Bissau (CABECINHAS; NHAGA, 2008).

A partir de então, conforme Semedo (2010), a situação da colonização torna-se insustentável, para todos os países colonizados que, aos poucos, vão dando origem aos movimentos libertários que começaram a surgir por meio de articulações dos movimentos sociais, dos camponeses que estavam sendo explorados e escravizados, dos trabalhadores que viviam com salários miseráveis e dos poucos estudantes que a essa altura também se agrupavam em associações estudantis. Esses movimentos não só exigiam sua identidade coletiva como também a independência dos países sob a custódia dos imperialistas coloniais, que colonizavam a maioria do povo da África. Para Boaventura Sousa Santos (2004), essa teimosia dos portugueses em relação às suas antigas colônias pode ser explicada a partir da seguinte concepção:

A ignorância colonialista consiste na recusa do reconhecimento do outro como igual e na sua conversão em objeto e assumiu historicamente três formas distintas: o selvagem, a natureza e o Oriente. A progressiva sobreposição da lógica do desenvolvimento do capitalismo levou à total supremacia do conhecimento-regulação que recodificou em seus próprios termos o conhecimento-emancipação. Assim, a forma de ignorância no conhecimento-emancipação, o colonialismo, foi recodificado como forma de saber no conhecimento-regulação, ou seja, o colonialismo como ordem (SANTOS, 2004 p. 16).

Ao tratarmos da temática colonialista e pós-colonialista no âmbito da Guiné-Bissau, torna-se necessária também a compreensão de que tal processo está interrelacionado com outros países do continente africano. Nesse enfoque, Cabo Verde também assume papel relevante nas dinâmicas vivenciadas pela Guiné. A aproximação entre Cabo Verde e Guiné-Bissau se explica, em parte, pelo fato que em Lisboa os estudantes guineenses e cabo-verdianos, entre os quais Amílcar

Cabral, que iria desempenhar importante papel no cenário político, reuniam-se na casa dos estudantes do império e no centro de Estudos Africanos, onde mais tarde, articularam as ideias nacionalistas para a independência dos dois países.

Depois de estudos e perseguições da polícia secreta portuguesa, Cabral decidiu retornar à Guiné-Bissau para dar a continuidade ao seu projeto político. Naquele contexto, participou do primeiro recenseamento agrícola do país, o que possibilitou a sua aproximação com a pobreza dos trabalhadores rurais que compuseram as bases para a luta de libertação (TEIXEIRA, 2008).

Em 19 de setembro de 1956, Amílcar Cabral, acompanhado de cinco companheiros, fundou o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Esse ato marcou o começo da nova situação histórica na vida do povo da Guiné e Cabo Verde. Com a criação do PAIGC, aparece pela primeira vez na história do povo destes dois países uma organização de luta que une por um lado o povo de Guiné e por outro lado o povo de Cabo Verde contra o inimigo colonialista, tendo como objetivo a liquidação da dominação colonial portuguesa; a criação das bases indispensáveis para a construção de uma vida nova para os dois países; a construção da paz e do bem-estar das populações da Guiné e Cabo Verde.

Em entrevista, Carlos Lopes, cita as declarações de Cabral sobre a luta pela libertação nacional. Segundo o autor:

Não ser uma luta contra os portugueses, ou contra os brancos, ou as suas explicações pedagógicas sobre a indumentária e costumes ditos africanos não serem muito diferentes de outros povos, noutros momentos históricos. Havia uma preocupação permanente dele em não ceder à pressão de colorar o pan-africanismo, preferindo Cabral definir a luta de libertação nacional como um fator de cultura, por se tratar de uma demonstração da capacidade dos povos em retomar o seu percurso na História (LOPES, 2013, p. 4).

No que se refere ao fim do império colonial, o país começou uma nova fase que podemos denominar como pós-colonial, ou período da conquista da independência e constituição da república. Na Guiné-Bissau, esse marco começou com o fim da guerra que deu a independência a Guiné e Cabo Verde, promovida pelo PAIGC, partido que organizou e proclamou a independência do país. O período fora marcado pela consolidação do Estado e pela supremacia do partido. Era o partido que dirigia a sociedade e o Estado, por meio da atuação baseada em ações

coercitivas no âmbito do espaço público e da sociedade. Isso não se restringiu apenas ao PAIGC e aos países da África, mas a todos os países do Leste Europeu e da América Latina (TEIXEIRA, 2008).

De acordo com a perspectiva histórica, principalmente na esfera política, podemos dividir o tempo que decorreu desde a independência da Guiné-Bissau até ao ano de 2012, inclusive, em dois períodos: a) o primeiro abrangeu o Regime de Partido Único, desde a Independência/reconhecimento ocorrida entre 1973/74, até meados de 1994; b) o segundo abrangeu o Regime do Multipartidarismo, que decorre desde meados de 1994 até o ano de 2014.

Com o reconhecimento da independência política de Guiné-Bissau em 10 de setembro de 1974, por Portugal, o país cumpriu o programa mínimo, que era considerado por Cabral como independência política, e restava o programa maior, que era a concretização do desenvolvimento efetivo para benefício das populações.

Este cenário, de acordo com Odete Semedo levantou:

um questionamento sobre qual seria o futuro do país, cujo destino estava então entregue nas mãos dos próprios filhos. As expectativas eram enormes e a responsabilidade que caiu sobre os ombros dos novos dirigentes maiores ainda. O sonho da liberdade, da independência havia se realizado e os de uma vida melhor continuavam fervilhando nas mentes, tantos dos antigos combatentes quanto da população em geral. Porém, esse sonho estava longe de se realizar. As primeiras ajudas dos países amigos foram se escasseando diante de uma gestão administração pouco eficiente. Não havia espaço para uma convivência pacífica entre os ex-administradores coloniais e os combatentes da liberdade da pátria recém-chegados a Bissau; e foram muitos os conflitos que geraram prisões de alguns enquanto outros rumavam para antiga Metrópole (SEMEDO, 2011, p. 51).

Poucos anos depois da independência, vão se agravando os erros cometidos em matéria de estratégia para o desenvolvimento. Handem diz que o erro incidia na existência de uma grande maioria da população ativa no setor primário, mas os investimentos foram concentrados no desenvolvimento da indústria, setor que, na visão da autora, não era pertinente naquela época, pois era pouco importante do ponto de vista de produção e da oferta de emprego. Também pelo fato de a utilização dos fatores de produção serem rudimentares, pouco adaptados ao desenvolvimento numa indústria moderna e rentável. A autora concluiu que o resultado do investimento nesse setor absorveu a maior parte dos investimentos,

que pôde ser tomado como responsável pelo aumento da dívida externa que o país tem até hoje. Segundo o documento do Ministério do Plano da Guiné-Bissau, foram gastos milhões em barcos, caminhões modernos e carros para evacuar os produtos, mas poucas enxadas chegavam às mãos do agricultor para melhorar a sua capacidade de produção (Handem 1987).

Todos esses fatos geraram um clima de desconforto para a população em geral, deteriorou a situação política do país que veio culminar com um golpe de Estado em 14 de novembro de 1980, desencadeado por Nino Vieira, que governou o país durante 18 anos. Esse golpe pôs também termo aos planos da eventual unidade dos dois países.

Embora o regime de Nino Vieira tivesse sido caracterizado por acusações de alegada eliminação dos oponentes políticos e dissidentes, introduzia também reformas no âmbito da saúde e medidas para o aumento da produção agrícola e a diversificação da economia (ANP, 2013, p. 1).

Contudo os desempenhos econômicos continuavam a ser baixos, e o país continuava a depender da ajuda externa para gerir os déficits crescentes. No entanto, iniciaram-se as reformas econômicas em 1983, aprofundadas em 1986, com vista ao desengajamento do Estado nos setores produtivos, ao desenvolvimento do setor privado e à redução dos desequilíbrios internos e externos. Essas reformas implementadas eram sugeridas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, no quadro do Programa de Ajustamento Estrutural, que conduziu à liberalização do comércio, que, na sequência, se estagnou à espera de novas oportunidades e de um clima de paz que desse segurança aos investidores nacionais e estrangeiros (SEMEDO, 2010).

Na sequência de uma tímida liberalização econômica, o país conheceu a abertura política: o pluralismo partidário foi implantado a partir de 1991, processo que culminou com a realização das primeiras eleições livres e democratas no país, em agosto de 1994 (AUGEL, 2007). Nino Vieira foi eleito Presidente da República com 52% dos votos. A situação socioeconômica, embora tenha melhorado de 1995 a 1996, começou a deteriorar-se em 1997, iniciando greves do pessoal da educação, da saúde e dos funcionários públicos, que protestavam contra o desaparecimento dos fundos da ajuda internacional ao desenvolvimento do país

(ANP, 2013, p. 1). Em maio de 1997, o país aderiu à integração na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e passou a consumir a moeda<sup>11</sup> Franco, da Comunidade Financeira da África, conhecida como Franco-CFA, que é utilizada também por outros sete países da sub-região.

Depois dessa integração, o país conseguiu uma estabilidade da moeda, que trouxe alguma esperança para o povo da Guiné, embora pairasse dúvidas para algumas pessoas (AUGEL, 2007). Apesar dessa aparente melhoria, o país vai enfrentar grandes instabilidades políticas desde a sua independência, através de um conflito armado, que durou onze meses: de sete de junho de 1998 a maio de 1999, com um saldo bastante negativo para o país, pois a maior parte do progresso até então conseguido foi desestruturado (TEIXEIRA, 2008).

Os militares revoltosos, que se autodenominavam “Junta Militar”, liderados pelo Ansumane Mané, então Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, que tinha o suporte de uma maioria da população, depuseram o ex-presidente Nino Vieira apoiado por forças dos dois países vizinhos - Senegal e República da Conacri (ANP, 2013). Terminado o conflito, formou-se o governo provisório, que efetuou as novas eleições, em 28 de novembro de 1999, com a participação de treze partidos. O Partido da Renovação Social (PRS), com o seu líder Kumba Yala, venceu as eleições no segundo turno (AUGEL, 2007).

Conforme Augel (2007), Kumba Yala, líder dos renovadores, teve grande dificuldade no seu mandato, pois não correspondeu às expectativas que o povo guineense depositou nele, nem da comunidade internacional, da qual o país dependia muito para cobertura do déficit do Orçamento Geral de Estado. Segundo a autora, ele era temperamental, problemático e instável. Ela acrescentou ainda que Yala tinha preferência pelos membros da sua etnia balanta. Tudo isso veio a agravar-se com os conflitos internos nos seios dos militares e políticos, provocando assim mais um golpe de Estado, que afastou Kumba Yala em 2003.

Desde então, o clima político tornou-se inseguro e problemático, com constantes mudanças, a uma velocidade cada vez maior, nos contextos político, social, cultural e, principalmente, econômico, desestabilizando o aparato institucional

---

<sup>11</sup> Países que fazem parte da zona UEMOA, são: Burkina Faso Costa de Marfim, Guiné-Bissau, Senegal, Mali, Níger, Senegal e Togo.

e os instrumentos que norteavam o processo de atuação das políticas de promoção do desenvolvimento, em grande parte no país.

Pode-se concluir, tomando como referência os estudos de Santos (2004), a partir das reflexões baseadas na abordagem teórica e política do pós-colonialismo (significa um conjunto de correntes teóricas e analíticas com forte implantação nos estudos culturais, hoje presentes em todas as ciências sociais), que as relações desiguais entre o Norte e o Sul<sup>12</sup> explicam o mundo contemporâneo. Tais relações foram constituídas historicamente pelo colonialismo, e o fim do colonialismo, enquanto relação política, não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória.

Conforme Augel (2007, p.125) esta relação social também pode ser retratada a partir da afirmação de Said (1999):

Os ocidentais podem ter saído fisicamente de suas antigas colônias na África e na Ásia mas as conservaram não apenas como mercado, mas também como pontos no mapa ideológico onde continuavam a exercer domínio moral e intelectual.

Neste sentido, pode-se compreender o pós-colonialismo como um conceito de múltiplas significações e é entendido aqui como a expressão da herança das relações colonizador/colonizado, centro/periferia, primeiro/terceiro mundo.

A discussão a respeito do pós-colonialismo, a partir da década de 90 ganha uma nova dinâmica, a da pós-modernidade, e como cita Santos (2004) neste período a acumulação das crises do capitalismo e do socialismo dos países do Leste europeu levaram o autor a ampliar o conceito de pós-moderno e pós-modernidade designando não apenas um novo paradigma epistemológico, mas um novo paradigma sóciopolítico. O autor direciona o pensamento para a transformação social para além do capitalismo e para além das alternativas teóricas e práticas ao capitalismo que são produzidas pela modernidade ocidental.

Santos apresenta uma idéia de pós-modernidade que radicaliza a crítica à modernidade ocidental, ou seja, uma crítica que não converta a idéia de transformação emancipatória da sociedade numa nova forma de opressão social.

---

<sup>12</sup> O autor concebe o Sul como sendo uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, ou seja, os países colonizados e explorados pela crítica produzida no Norte, que seriam as potências colonizadoras (SANTOS, 2004).

Essa idéia de pós modernidade é denominada pelo autor como pós modernismo de oposição, uma vez que para ele, “vivemos em sociedade a braços com problemas modernos, precisamente os decorrentes da não realização prática dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade, para os quais não dispomos de soluções modernas” (SANTOS, 2004, p. 5).

O colonialismo na visão da modernidade ocidental foi concebido como uma missão civilizatória nos termos do qual o desenvolvimento apontava o caminho para o resto do mundo, sem levar em consideração que não era essa a visão dos países que sofreram a violência cultural, social e econômica que lhes foi imposta, esta violência matricial foi designada por Santos (2004) de colonialismo.

Em suma, o autor conclui que o pós colonialismo de oposição obriga a ir mais além do pós modernismo e do pós colonialismo, com uma compreensão não somente ocidental do mundo em sua complexidade, na qual além de caber a compreensão ocidental do mundo, também abrange o lastro histórico-cultural e político donde emerge a globalização contra hegemônica<sup>13</sup> como a alternativa construída pelo sul em sua extrema diversidade (SANTOS, 2004).

Augel (2007) contribui com estes preceitos utilizando-se dos estudos de Seabrook, que traz a expressão “autocolonização” definida pelo mesmo como uma metamorfose do colonialismo, pois, segundo ele, se durante o colonialismo a cultura e as tradições dos indígenas foram diminuídos, ridicularizados e até mesmo proibidos, a globalização é tida como uma nova forma de repressão à tudo aquilo que não segue os modelos da “nova ordem mundial” que é representada pelo lucro, pelo processo de acumulação e de uniformização.

A autocolonização é produto do neocolonialismo que se expressa segundo Augel (2007) como uma dependência moral e psicológica que faz com que o sujeito não consiga identificar os interesses que estão por trás desse empobrecimento identitário e cultural causado pela globalização.

Estes apontamentos contribuem com a formulação desta pesquisa, uma vez que nela se buscam alternativas de desenvolvimento rural pautadas não apenas na visão eurocêntrica globalizada, ou seja, um modelo somente, mas em uma gama

---

<sup>13</sup> Hegemônica: adjetivo que agrega ao significado do termo a que ele se refere ou a condição de supremacia, de eixo diretivo, ou a de predominância de algo, de alguém, de opinião, de ideia, de conhecimento ou de poder (Bernardi, 2012).

diversa de formas de desenvolvimento que possam vir a melhorar as condições de vida social, cultural, política e econômica no meio rural da Guiné-Bissau.



### 3 CONSTRUINDO A NOÇÃO DE RURALIDADE DA GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo será explicitada a caracterização da noção de ruralidade nas práticas sociais, culturais e econômicas da Guiné-Bissau, a partir de interpretações dos dados coletados e das percepções advindas destes, assim como do contraponto das experiências na ruralidade brasileira, de forma a integrar uma alternativa de desenvolvimento rural adequado às necessidades e possibilidades da Guiné-Bissau.

Construir a noção de ruralidade no contexto da Guiné-Bissau requer inicialmente considerar que, como dizem Kayser (1990) e Wanderley (2000) o “rural” é um modo particular de utilização do espaço e de vida social e seu estudo deve conter as especificidades e as representações que se tem deste espaço, que é ao mesmo tempo espaço físico e o lugar onde se vive e de onde se vê o mundo, o que contempla as relações mais amplas com a sociedade. Nesse sentido é que investigou-se inicialmente como são definidos e reconhecidos estes espaços guineenses.

Analisando documentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO observa-se que não há uma definição clara do que é o espaço rural na Guiné-Bissau, ou em outras palavras, uma conceituação do que se define área rural e área urbana. Contudo, no que concerne às zonas rurais, a organização acrescentou que os bancos de dados dos Serviços de Cadastro da Guiné-Bissau só incluem os cidadãos ou famílias de origem urbana que se deslocaram para as zonas rurais, para se dedicarem à agricultura. O documento destacou também que nos últimos anos, essencialmente devido à intensificação de conflitos intra e inter étnicos, a população rural procura cada vez mais os Serviços de Cadastro para assegurarem as suas posses de terras (FAO 2008-2009).

Entretanto, apesar dos estudos da FAO apontarem para a inexistência de uma definição clara sobre o rural na Guiné-Bissau, constata-se que em alguns documentos oficiais a questão da Terra está regulamentada legalmente, ou seja, definida principalmente através da Lei da Terra nº 5/98 de 23 de abril de 1998 e pelo delineamento de outros documentos oficiais.

Desta maneira, o conceito de espaço rural aqui expresso parte das disposições da lei que normatiza a questão da terra, contextualizada historicamente.

Para tanto, torna-se importante resgatar os acontecimentos e Leis anteriores a esta, já revogadas, mas que auxiliam na compreensão da legislação atual.

Entre finais do século XIX e início do século XX a colonização portuguesa efetivou-se na Guiné Portuguesa<sup>14</sup>, causando alguns “choques” entre a metrópole e a província ultramar, no que se refere aos valores e visão de mundo dos colonizadores europeus e dos colonizados africanos, como vimos no capítulo 2.

A ocupação e a penetração colonial não ocorreram de maneira pacífica, uma vez que as populações indígenas<sup>15</sup> resistiram a esta, organizadas em suas formas hierárquicas verticais (*mandingas e manjacas*) ou horizontais em torno dos conselhos de anciões (*balantas*) em defesa (mesmo que precária e insuficiente, devido ao pequeno número de instrumentos de luta como flechas, lanças, espingardas e *catanas*<sup>16</sup>) de sua cultura, suas tradições, seus valores, seus hábitos e seu modo de viver frente às políticas européias, gerando conflitos armados. Edward Said citado por Augel (2007) ressalta que geralmente a chegada do homem branco em locais do mundo não europeu causa resistência, de uma ou outra forma pelos povos a serem colonizados, e essa resistência geralmente prepondera, mesmo que após um longo período de dominação social, econômica e cultural como ocorreu na Guiné-Bissau.

A dominação dos africanos ocorreu pela supremacia da Europa imperialista, incluindo o uso da força armada, mesmo que em menor contingente de pessoas na luta, era substancialmente superior o número de arsenal militar. A partir daí, estabeleceu-se a regulação da terra, com a distinção entre as terras indígenas e as terras do Estado imperial. Ao regular o acesso a terra, não respeitando as ocupações dos indígenas, acaba gerando conflitos de terras entre as populações nativas e a administração portuguesa.

O Decreto Lei 43893 de 1961 institui o “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique”, ainda colônias, visando adequar as recomendações da Declaração Universal dos Direitos do Homem (do pós-guerra)

---

<sup>14</sup> Nome referente à Guiné-Bissau anteriormente à independência no ano de 1974.

<sup>15</sup> Em Guiné-Bissau a categoria de indígena refere-se a todos os nativos africanos, sendo que os autóctones são reconhecidos como o primeiro a ocupar um território.

<sup>16</sup> Espécie de faca, facão, utilizado para limpar o mato.

às normas em relação às colônias ultramarinas. No terceiro parágrafo do decreto consta que:

a permanente atitude respeitadora do direito privado corresponde à convicção de que tal direito exprime os valores fundamentais de qualquer comunidade e nunca lhe pusemos outros limites que não fossem os derivados dos princípios superiores da moral que mais tarde foram reconhecidos pelas Declarações Universais dos Direitos do Homem. Nesta orientação, que é parte valiosa do nosso património histórico e antecedeu de muitos séculos as proclamações das organizações internacionais dos nossos dias, se filiam as codificações veneráveis do nosso Estado da Índia e o princípio em vigor no direito português actual que manda codificar, por preocupação da certeza de direito, os usos e costumes em vigor nas regedorias (Decreto Lei 43893, publicado em 1961).

Nesse contexto, observa-se que no decreto concebia-se dois tipos de direito de propriedade, a do Estado Português e o das comunidades indígenas, chamadas “áreas reservadas” (Lei de Terra n 5/98 de 23 de abril). A do Estado, no sentido de que toda a terra era propriedade do Estado Português e disponível para atribuição, exceto nas áreas em que se restringia por Lei ou por regulamento. A das Comunidades, chamadas “áreas reservadas” ou de uso protegido aos nativos, incluía apenas as terras cultivadas e as zonas residenciais, excluindo, principalmente as zonas de pousio e as áreas de coleta (LEI DA TERRA, 1998).

Conforme o parágrafo 4 do Regulamento da Ocupação e Concessão de Terras nas Províncias Ultramarinas, aprovado em setembro de 1961, fica clara essa exclusão:

Tem havido divergências doutrinárias sobre a posição das terras vagas em relação ao instituto da prescrição. As províncias ultramarinas, que são pessoas colectivas de direito público, têm património próprio, que é constituído pelos bens enumerados no artigo 167.º da Constituição Política da República. O sentido da lei é hoje claro, em face das disposições vigentes, e de novo se afirma ao tornar o Código do Registo Predial extensivo ao ultramar. Os direitos patrimoniais das províncias não têm todos a mesma natureza, e as faculdades em que se analisa o seu direito sobre as terras vagas estão hoje definidas no artigo 39.º do Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos; o mesmo diploma, no artigo 2.º, estabeleceu que os terrenos vagos, embora não entrem no domínio público, também não estão no regime da propriedade privada. Esta situação própria das terras vagas resulta dos fins superiores que orientam a política de ocupação das terras. Procura-se evitar a ocupação sem aproveitamento, a posse de parcelas vitais para a utilidade pública, a constituição perturbadora de latifúndios, a ofensa aos direitos das populações, tudo males que noutros lugares deram origem à surpreendente necessidade de reformas agrárias que entre nós são absolutamente desnecessárias. Por isso, as terras vagas são imprescritíveis, com a única excepção do artigo 230.º do Regulamento

da Ocupação e Concessão de Terrenos, estabelecida a favor dos vizinhos das regedorias (Portaria n.º 18751, 1961).

No entanto, embora a legislação portuguesa reconhecesse o direito dos “indígenas” a usufruírem de terras para agricultura e habitação seguindo seus costumes, a mesma não lhes legitimava o direito de propriedade. Isso fez com que a população local se revoltasse e para frear as revoltas os colonos utilizaram-se de forças coersivas para a submissão dos indígenas. Ainda em 1961, a política colonial de repressão, racismo e exclusão causou a eclosão da luta pela libertação nacional, que contou com a ajuda externa, de outros países e organizações internacionais.

Diante deste quadro, o Governo português viu-se obrigado a estabelecer um Regulamento da Ocupação e Concessão de Terras nas Províncias Ultramarinas, aprovado em setembro de 1961. Este regulamento dividiu as terras em três classes, sendo as da 1ª classe as das povoações dos subúrbios (redondezas ou periferias); as de 2ª classe, ocupadas pelos lavradores africanos e as da 3ª classe que eram consideradas vagas, podendo ser concedidas (Decreto n.º 47486, 1961).

Foram várias as críticas a esta divisão de terras que sustentava a legislação colonial, pois a mesma não reconheceu o direito de ocupação; não definiu o conceito da população da zona rural; não definiu os direitos das pessoas que utilizavam a terra e não elucidou as relações institucionais a respeito do ordenamento do território e do ambiente.

Há que se ressaltar que este cenário favoreceu a luta de libertação nacional liderada pelo engenheiro agrônomo Amílcar Cabral, que organizou e mobilizou os camponeses guineenses na busca pela reforma agrária, e num âmbito maior, pela libertação da Guiné-Bissau. Em 1974, dá-se a independência de Guiné-Bissau num ambiente de conflito armado, e com a expulsão dos portugueses do território guineense, uma parte das terras foi integrada ao Estado e a outra parte foi novamente ocupada pela população local (AUGEL, 2007).

Depois da independência do país, o Estado guineense adotou uma nova Lei, a 4/75 que nacionalizou a terra e determinou que o solo de todo o território nacional, tanto urbano, quanto rural ou rural urbanizado<sup>17</sup> passasse a integrar-se ao domínio

---

<sup>17</sup> O espaço rural urbanizado pode ser compreendido como os territórios localizados na franja do espaço urbano, os subúrbios ou periferia. Lefebvre, aponta em seus estudos que na França os

público do Estado, não sendo possível que o mesmo pudesse tornar-se propriedade particular/privada. A referida Lei tinha como objetivo principal regular a propriedade e o direito sobre a terra, solo e sub-solo, prevendo a concessão e que o direito do uso da terra poderia ser perdido se acaso ela não fosse utilizada de maneira rentável, uma vez que, de acordo com essa Lei “a terra é de quem a aproveita”( LEI DA TERRA, 1998).

No que concerne aos apontamentos da CPDA do Ministério da Agricultura das Florestas, da Caça e da Pecuária da República de Guiné-Bissau, a LEI DA TERRA nº 5/98 de 23 de abril de 1998, revogou as disposições da Lei 4/75, modificando enormemente a apropriação da terra, estabelecendo três grandes objetivos:

- ✓ Garantir a terra às comunidades locais;
- ✓ Incorporar o regime costumeiro da terra no direito, assim como as instituições que o representam;
- ✓ Encorajar o investimento ligado a terra, através da agregação de um valor comercializável da terra.

---

subúrbios foram criados sob a pressão de responder ao impulso da industrialização, à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural”(LÉFEBVRE apud BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA, 2007). No Brasil, Freire relata sobre o desmantelamento da estrutura escravista e a relação com o surgimento dos subúrbios, pois, iniciado o período industrial, as senzalas foram diminuindo e engrossando a população das palhoças, das cafuas ou dos mucambos (FREIRE apud BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA, 2007). Segundo Villaça o subúrbio carioca passa a concentrar a maioria da população pobre por volta de 1910 – quando o interesse pelo centro é intensificado e a massa proletária foi sistemática e gradualmente retirada do centro. Em São Paulo, o processo de suburbanização inicia-se em 1947 com um violento processo de expulsão das camadas de baixa renda do centro e de suas vizinhanças( VILLAÇA apud BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA, 2007).

No que diz respeito ao processo de criação de urbanização na Guiné-Bissau, Silva afirma que inicia-se no século XX, entre os anos de 1950 a 1980 numa conjuntura diferente daquelas da França e do Brasil, pois resulta das guerrilhas; das perturbações no mercado de emprego e da ruptura das instituições públicas. A cidade de Bissau é uma cidade não planejada para suportar o número de população residente, e à esta cidade também nasce uma periferia desordenada e constituída por edifícios construídos com materiais modestos ajustados às condições ambientais locais (adobe feito de forma artesanal, normalmente misturando barro e palha), com ruas estreitas, onde vivia a maioria dos indígenas do País. A falta de políticas de povoamento e de estruturação urbana manifesta-se nas construções espontâneas sem controle que levam a uma completa desestruturação urbana. Isso se revela nos subúrbios da cidade, onde a deterioração das infraestruturas existentes e a carência de equipamentos, são aspectos que, ligados a uma situação socioeconómica muito débil e ao rápido crescimento populacional, resultam em grandes necessidades habitacionais, tanto em termos quantitativos, como qualitativos (SILVA, 2010).

Ao analisar os três objetivos da LEI 5/98 citada pela CPDA (2002), pode se constatar que há algumas inovações no que se refere ao uso costumeiro da terra, ou seja, demonstrou um novo regime chamado “Concessão da Terra”<sup>18</sup>, que pode se efetivar tanto com as terras da área urbana quanto rural, sendo que o Estado transfere para uma entidade particular o direito ao uso privativo da terra, de forma definitiva ou provisória. Essa nova Lei ainda coloca outra inovação, que incide na criação de um sistema de impostos, tendo como meta principal ampliar a rentabilidade do uso da terra. Esse posicionamento faz com que seja desencorajada, a constituição ou manutenção de grandes propriedades tradicionais - os grandes latifúndios - sobre as quais o proprietário não tem a capacidade de gerar rentabilidade econômica nessas áreas.

Vale a pena acrescentar ainda que a nova Lei prevê em seu Capítulo VIII, artigo 45º, a criação de Comissões Fundiárias a fim de garantir a sua execução e assegurar a coordenação entre os diferentes níveis de intervenção na utilização da terra, o que introduz a noção de gestão fundiária (CPDA, 2002).

### 3.1 CARACTERÍSTICAS DO RURAL NA GUINÉ-BISSAU

O delineamento das características do desenvolvimento rural na Guiné-Bissau é concebido mediante os dados do recenseamento nacional da população de 2009, que aponta um total de 1.520.830 habitantes, sendo que 60,4% ou 918.581 habitantes, desta população habita o meio rural e 39,6% ou 602.248 habitantes, nos centros urbanos. O território de Guiné-Bissau é de 36.125 km<sup>2</sup> com baixa densidade populacional (34 hab./km<sup>2</sup>), com uma taxa de crescimento da população estimada em 2,5% ao ano. O referido documento acrescentou ainda que a população urbana

---

<sup>18</sup> A concessão rural pode ser compreendida como um contrato administrativo, oneroso ou gratuito, pelo qual o Estado transfere para uma entidade particular o uso privativo da terra, para fins agrícolas, pecuários, agropecuários, agroindustriais, silvícolas e turísticos, em zonas localizadas fora dos limites das áreas urbanas; já a Concessão de superfície define-se como um contrato administrativo, oneroso ou gratuito, pelo qual o Estado transfere para uma entidade particular a faculdade de construir ou manter, perpétua ou temporariamente, uma obra para fins habitacionais, comerciais, industriais ou culturais, entre outros, em terrenos localizados dentro dos limites das cidades ou povoações e respectivas zonas de expansão (Lei da Terra, 1998).

encontra-se concentrada essencialmente na capital Bissau, ou seja, dos 39,6% que representa a população urbana 25% vive em Bissau (RGPH – 2009).

No que concerne ao meio rural, a agricultura é considerada a maior atividade produtiva, e ocorre pelas vias de duas categorias distintas de agricultores: os pequenos produtores das aldeias (*tabancas*<sup>19</sup>) e os ponteiros (CPDA, 2002). Alguns aspectos da caracterização de tais categorias estão representados na figura abaixo:

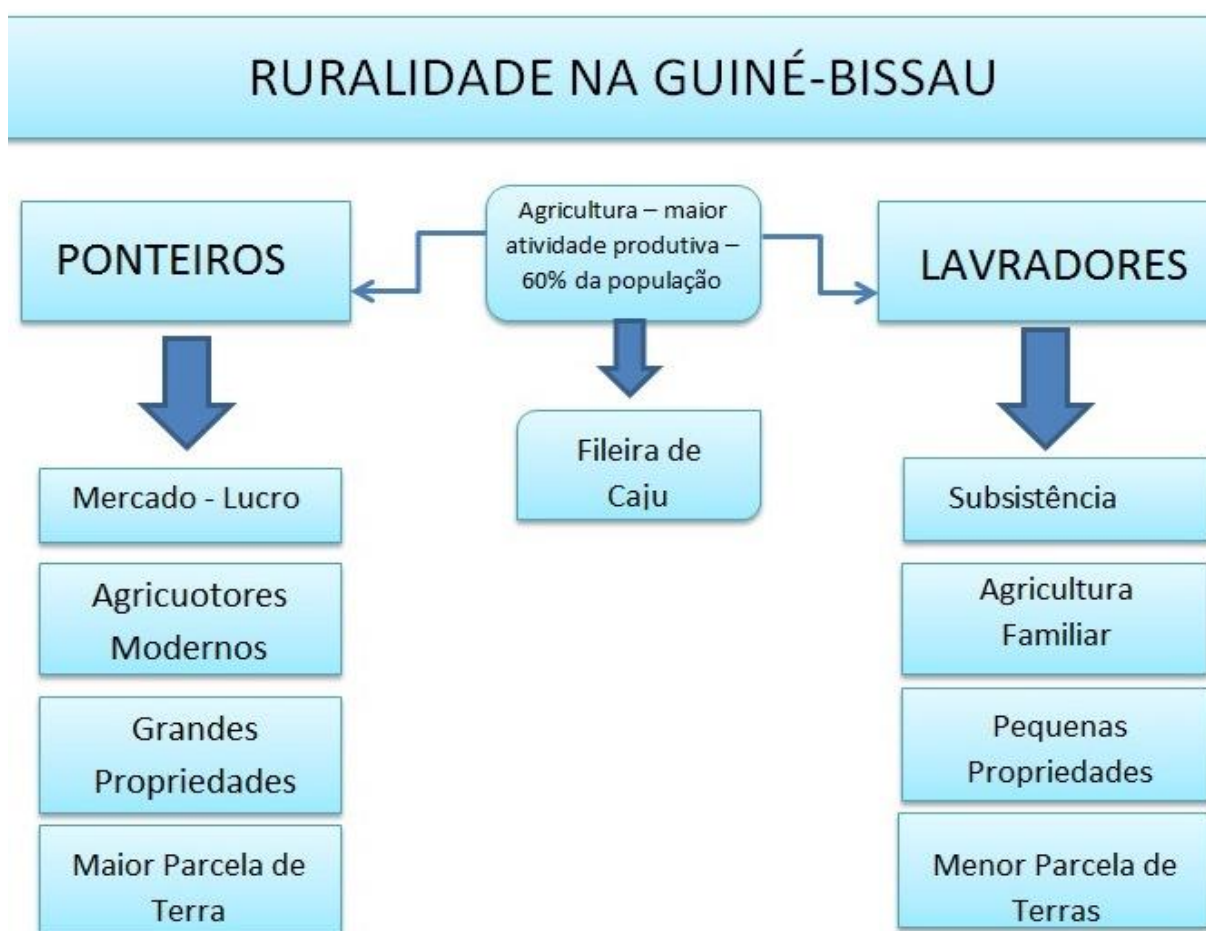


Figura 3 - As categorias dos ponteiros e lavradores.  
Fonte: Do autor.

Conforme os estudos de Pereira (1996), a categoria “ponteiros” surgiu no final do século XIX por meio de africanos que se consideravam civilizados pela cultura europeia (mestiços de europeus e nativos, denominados em crioulos “*cabrianos*” que significa em português cabo-verdianos). Essa camada da população

<sup>19</sup> *Tabancas* é uma expressão africana (Guiné-Bissau), incorporada a português que significa Vila, aldeia ou interior que podem ser comparadas às pequenas comunidades rurais brasileiras.

vivia entre a cultura ocidental e as tradições africanas, e como estavam mais ligados aos objetivos dos colonizadores, introduziram na sociedade guineense um modernismo próximo das formas capitalistas e urbanas, ganhando força na década de 1980 quando incrementaram a produção agrícola na Guiné-Bissau, através dos pequenos empresários que passaram a apostar na produção agrícola como forma de capitalização. Neste sentido, o autor aponta que foram os ponteiros que trouxeram à Guiné-Bissau os “*germes do espírito do capitalismo*” (PEREIRA, 1996, p. 182). Ainda, ressalta-se que a posse de terras pelos ponteiros deu-se pela questão de que estes, antigos governantes do país, foram beneficiados pelos privilégios e status que possuíam, o que possibilitou a aquisição legal de um bom pedaço de terra.

Já a categoria “lavrador”, de acordo com Barbosa (2012)<sup>20</sup>, pode ser explicada como sendo os pequenos produtores de tipo familiar de subsistência (cerca de 120.000 propriedades segundo o regime tradicional/costumeiro), os quais constituem o essencial da população rural e são responsáveis por 90% da produção alimentar, sendo esta constituída por: arroz, milho, raízes e tubérculos, amendoim, feijão, legumes e frutas, e ainda culturas importantes, como por exemplo, o milheto e o sorgo, para além da pesca e pecuária, que também são produção alimentar. Vale a pena salientar que, na Guiné-Bissau, a pessoa que vive no campo, trabalha e sobrevive da terra tendo como profissão reconhecida legalmente a de “lavrador”, ou seja, consta no bilhete (carteira) de identidade a profissão de “lavrador”.

A Carta de Política para o Desenvolvimento Agrário- CPDA acrescenta que os ponteiros, considerados os agricultores modernos, receberam do Estado 2.200 concessões de terras, das quais 1.200 eram realmente produtivas. Esses agricultores beneficiados dispõem de concessões fundiárias importantes (com um tamanho médio de 136 ha, variando entre 20 e 3000 ha), que cobrem 27% das terras agricultáveis (9% da superfície total do país) e ocupam os melhores terrenos agrícolas (CPDA, 2002).

---

<sup>20</sup> Representante do programa de Segurança Alimentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, no Ministério da Agricultura e das Pescas da Guiné-Bissau.



No nível nacional a superfície cultivada é estimada em cerca de 300.000 ha. E de acordo com as estatísticas do MAFP<sup>21</sup>, uma superfície na ordem de 80.000 ha é cultivada com arroz, dos quais 37% com arroz de sequeiro (*pampam*) e 63% com arroz de *bas-fonds* e de *manga*<sup>22</sup>. Os outros cereais cultivados são o milho bacil (cerca de 16.000 ha), o sorgo, o milho-preto e o *fundo*<sup>23</sup>, cobrindo no total na ordem dos 70.000 ha, com rendimentos entre 500 e 1000 kg/ha (CPDA, 2002).

As outras produções cultivadas são o amendoim (20.000 ha), a mandioca e o algodão (3000 ha), o caju (aproximadamente 165.000 ha), além de legumes, outros tubérculos, óleo de palma e frutas como bananas, mangas e limão, etc. (CPDA, 2002). Na Guiné-Bissau existe uma gama muito grande e diversa de culturas, principalmente nas práticas de lavoura dos pequenos produtores, no entanto, a diversificação das culturas não é estimulada pelas políticas públicas do país devido à prioridade no plantio, colheita e exportação do caju. A prioridade do plantio do caju era uma prática exclusiva dos ponteiros. No entanto, a partir do final da década de 1980 e início da década de 90 até os dias atuais, devido ao ganho financeiro, os pequenos produtores tem progressivamente voltado suas atividades para a plantação do caju em detrimento de outras culturas (CPDA, 2002).

Atualmente o país está dependente da fileira (cadeia produtiva) de caju, que por sua vez é altamente dependente da conjuntura do mercado internacional, o que constitui um obstáculo na perspectiva da redução da pobreza e da aceleração do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM na Guiné-Bissau, uma vez que das principais aspirações do DENARP II, o relançamento do

---

<sup>21</sup> Ministério de Agricultura Floresta e Pecuário.

<sup>22</sup> É uma das componentes principais da paisagem da zona Costeira da Guiné-Bissau, constitui-se um terreno pantanoso na foz dos rios, onde há influência de água salgada, sendo considerado muito mais do que um conjunto de plantas que desenvolvem nas zonas inter-marés, é um verdadeiro ecossistema, com fileiras de diferentes espécies de plantas que não fazem parte de grupos com a mesma descendência mas que desenvolveram de forma convergente algumas adaptações morfológicas e fisiológicas que partilham em comum e os permite sobreviver nesse meio salino e muito instável.

<sup>23</sup> Embora considerado o cereal mais antigo da África, o fundo ficou esquecido por muitos anos, devido ao longo trabalho do pós-colheita. Muitos agricultores começaram o cultivo do fundo, apreciando sua resistência a doenças e parasitas, bem como pelo rápido desenvolvimento da planta. As duas variedades de fundo – cujos grãos são pequenos como grãos de areia – diferenciam-se segundo o ciclo de produção: a variedade branca tem um crescimento mais rápido (três meses) que a preta, que demora quatro meses (LUCIDI e MILANO et al, 2010).

crescimento e a diversificação da economia inclui a redução da sua forte dependência da castanha de caju (DENARP II p. 69).

Neste sentido, o governo pretende consolidar os propósitos do DENARP II e elevar a taxa de crescimento econômico para 5% em média, entre 2013 e 2015, diversificando as suas exportações para sair gradativamente da dependência de apenas um único produto, o caju. Para isso, o governo traçou um plano estratégico a ser implementado em torno das seguintes prioridades: a) consolidar a estabilidade do quadro macroeconômico; b) ampliar as infraestruturas de base, principalmente da energia; c) melhorar o ambiente de negócios e promover o setor privado; e d) apoiar os setores responsáveis pelo crescimento, particularmente a agricultura, a pecuária, a pesca, a indústria e o turismo (DENARP II, 2011).

Analisando o plano do governo e as ações até então realizadas percebe-se claramente que o estímulo governamental está mais voltado especificamente ao produtor de larga escala (ponteiros) em detrimento da maioria da população rural, ou seja, os pequenos produtores rurais (lavradores) que continuam sem condições mínimas para ampliar e desenvolver a lavoura. Isso significa que a visão do documento estratégico do país volta-se para a concepção capitalista, apontada por LÊNIN (1982a) como um fator de forte tendência à separação e especialização produtiva na economia, pois os camponeses deixam de produzir segundo suas necessidades imediatas e passam a produzir segundo a necessidade do mercado, ou em outras palavras, a produção das pequenas propriedades fica subordinada às necessidades da indústria. No caso da Guiné-Bissau esta característica apresenta-se claramente, pois os pequenos produtores rurais concentram sua produção na fileira do caju, que é a necessidade imediata para exportação.

Esta concepção da produção dentro do sistema capitalista é contestada pelo teórico Alexander Chayanov, o qual evidencia em seus estudos que a função da agricultura não é prover apenas matéria-prima para a indústria, e que a lógica do trabalho camponês não se traduz pela necessidade de intensificação do trabalho para satisfazer a exigência da indústria, que é produzir sempre mais e com menos custo. Diz ele que a organização camponesa realiza uma reflexão racional entre as necessidades da família e a penosidade do trabalho familiar (CHAYANOV, 1981), visando certo equilíbrio entre produção e consumo. Desse modo, a inserção no

mercado não quer dizer necessariamente o fim dos camponeses, pode ser também meio de permanência, pela lógica de seu funcionamento na qual a família ocupa papel central.

Como se pode observar, a agricultura é o carro chefe não só do meio rural como também para a economia guineense. A base econômica é fortemente agrícola, constituindo 60% do seu PIB, sendo que a principal produção destinada ao mercado de exportação é a fileira (cadeia) da castanha de caju, que, além de constituir cerca de 90% das exportações, também proporciona a maior parte da subsistência às unidades familiares camponesas guineenses.

Vale a pena destacar, neste contexto, que a hegemonia da fileira do caju para a exportação apesar de prover a subsistência dos camponeses, os torna dependentes desta cultura e vulneráveis a qualquer conjuntura econômica externa. Assim, o universo social, cultural e econômico dos camponeses carece de meios de subsistência e melhorias em sua qualidade de vida, bem como maiores incentivos à produção de produtos variados, a manutenção das relações de reciprocidade e à sustentabilidade nos meios de produção e proteção ao meio ambiente.

### 3.1.1 Distribuição das zonas agrárias da Guiné-Bissau

O tecido rural guineense está dividido por zonas de produção, caracterizado por vários grupos étnicos, dentre os quais seis são quantitativamente mais importantes, representando cerca de 84,7% do total da população (fula 25%, balanta 23,8%, mandiga 13%, manjaco 9,3%, papel 9,0% e mancanha 3,5%). Cada uma das oito regiões da Guiné-Bissau é conhecida como lugar de residência de uma única etnia ou mais etnias, distribuídas por diferentes setores da mesma região. No entanto, com as migrações, as etnias têm-se misturado em quase todas as regiões e esse processo migratório, ainda não mudou as estruturas étnicas, dado que certas etnias mantêm-se majoritárias nas áreas onde são conhecidas como nativas (CA, 1999). Para ilustrar e melhor explicitar como ocorre a organização da ruralidade guineense apresenta-se a seguir o quadro da distribuição geográfica rural do país.

<b>Zona 1 (Norte)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Superfície: 11.412 Km<sup>2</sup></li> <li>✓ População: 387.700 habitantes</li> <li>✓ Densidade: 34 hab./Km<sup>2</sup></li> <li>✓ Número de explorações: 48.000</li> <li>✓ Sistema de produção: orizicultura de bolanha de água salgada na zona costeira, culturas alimentares (arroz de sequeiro) no planalto. A pecuária concerne sobretudo a porcos.</li> <li>✓ Superfície de caju na agricultura tradicional em 1995: 48.000 há</li> </ul>
<b>Zona 2 (Leste)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Superfície: 15.131 Km<sup>2</sup></li> <li>✓ População: 301.200 habitantes</li> <li>✓ Densidade: 20 hab./Km<sup>2</sup></li> <li>✓ Número de explorações: 30.000</li> <li>✓ Sistema de produção: agro-silvo-pastoril - combinação entre a pecuária extensiva de bovinos e de pequenos ruminantes e as culturas de sequeiro (milhete, sorgo, milho, amendoim nos planaltos e arroz nas bolanhas de água doce); a tracção animal, com uma extensificação das culturas mais do que uma intensificação, com consequências de degradação dos solos.</li> <li>✓ Superfície de caju na agricultura tradicional em 1995: 23.500 há</li> </ul>
<b>Zona 3 (Sul)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Superfície: 6.871 Km<sup>2</sup></li> <li>✓ População: 122.200 habitantes</li> <li>✓ Densidade: 18 hab./Km<sup>2</sup></li> <li>✓ Número de explorações: 15.000</li> <li>✓ Sistemas de produção: predominância da orizicultura de bolanha de água salgada na zona costeira; nos planaltos do interior, cultura extensiva do arroz (pam-pam), a orizicultura de bolanha de água doce e a fruticultura (cola, banana, caju, citrinos). A pecuária bovina porcina está também expandida.</li> <li>✓ Superfície de caju na agricultura tradicional em 1995 (incluindo a zona 4): 16.500 há</li> </ul>
<b>Zona 4 (as Ilhas Bijagós)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Superfície: 2.624 Km<sup>2</sup></li> <li>✓ População: 28.800 habitantes</li> <li>✓ Densidade: 11 hab./Km<sup>2</sup></li> <li>✓ Número de explorações: 4.000</li> <li>✓ Sistemas de produção: baseados, sobretudo nos recursos da pesca e dos palmares naturais, hortas.</li> </ul>

Quadro 1 - Distribuição geográfica dos principais indicadores agro-ecológicos por zonas agrárias.  
 Fonte: Elementos para a elaboração dos Esquemas Directores Agrícolas Regionais (MDRA/PNUD/FAO, Julho 1995) apud Plano de Acção da CPDA (2002).

Analisando o quadro acima, constata-se que o território rural da Guiné-Bissau, distribui-se de maneira irregular entre quatro zonas de produção: zona norte, zona leste, zona sul e zona das ilhas de bijagós, sendo esta última pertencente a zona sul, porém como é um território insular apresenta características próprias.

A zona norte divide-se em duas grandes regiões, a região de Oio e a região de Cacheu, que é habitada majoritariamente pelas tribos *Balantas*, *Oincas* (*Mandingas*) *Manjacas*, *Fulupes* e *Brames* (*Mancanhas*). Embora sejam diversas as

tribos e dialetos nesta região, a língua de comunicação de todas elas é o Crioulo. É a segunda maior zona em termos de extensão territorial, com 11.412 Km<sup>2</sup>, tem o maior número de habitantes, 387.700 e sua densidade é de 34 hab./Km<sup>2</sup>. A população desta zona vive essencialmente da agricultura, com 48.000 concessões de explorações, tendo o sistema de produção baseado na orizicultura de *bolanha* de água salgada na zona costeira e culturas alimentares (arroz de sequeiro) no planalto. No que concerne à pecuária, predomina a criação de porcos. Apesar de produzir outros cereais é também grande produtora de caju, que representa 48.000 ha por superfície.

Em termos de diversidade econômica, esta região apresenta também feiras, denominadas “*lumus*”, que são um tipo de feira de ordem mensal, que agrupa vários produtores que comercializam uma variada gama de produtos agrícolas com pessoas oriundas das cidades centrais que procuram produtos a preços mais acessíveis. Ainda há compra entre os próprios comerciantes e um sistema de reciprocidade onde cada um traz algo para oferecer em troca de algo que precisa ou procura. Neste sentido, em matéria de comercialização de produtos agropecuários os lavradores realizam uma articulação de práticas de reciprocidade e práticas de troca. Ainda a transação ocorrida nestas feiras dá lugar as discussões não apenas sobre o produto ou seu valor, mas também à dialogos sobre a vida cotidiana da família conforme um ritual consagrado em crioulo: *Kuma di familia? Kuma di kurpu? Kuma de fugao? Kuma di mininu?* Ou seja: como vai a família? Como vai a saúde? Como vai o lar? Como vão as crianças? Este é um gesto de dádiva proporcional à importância da transação e à qualidade do cliente, gesto este chamado de *condo* (SABOURIN, 2011).

A zona leste também se divide em duas grandes regiões, a região de Bafata e a região de Gabú, habitada principalmente pelos Fulas, Mandingas e Saraculés/Djacancas. Embora seja muito falado o dialeto *Fula* (devido à fronteira com o país vizinho Guiné Conacri que conta com grande número de *Fulas* denominados *Nanias* que migram para a Guiné-Bissau), o *Crioulo* ainda predomina nesta região. Esta zona conta com uma extensão territorial de 15.131 km<sup>2</sup>, uma população de 301.200 habitantes e com uma densidade de 20 hab./km<sup>2</sup>, tendo 30.000 explorações agrícolas. Nas regiões de Bafatá e Gabú chove pouco, por isso

são habitadas por populações consideradas nômades, dedicando-se mais na produção de agro-silvo-pastoril, que é um modo de produção semelhante à policultura/criação.

Apesar da atividade econômica da população rural das regiões do Leste (Bafatá e Gabú) estar baseada fundamentalmente na criação de gado, cabritos e extração de leite de gado, as mesmas praticam também a produção de alguns cereais, tais como arroz, milho, sorgo, amendoim; as frutas, manga e caju; e os tubérculos, batata doce e algodão. Vale a pena salientar, que, nos últimos anos, a Guiné-Bissau tem se destacado na produção de mandioca e batata doce, sendo a região de Bafatá, nomeadamente setor de Bambadinca, a que mais produz estes tubérculos (CPDA, 2002).

Ainda sobre a zona leste do país, destacam-se as regiões de Bafatá e Gabú. Embora sejam consideradas as regiões mais secas do país, pelo baixo índice de chuvas, trazem algumas características diferentes em relação às outras regiões. Elas têm sistemas de produções mais desenvolvidos, pois utilizam as forças de tração animal, bois, cavalos, e muares. Este último também é usado para transporte do pessoal e os produtos produzidos no meio rural para os pequenos centros comerciais (feiras ou *lumus*) mais próximos. Essas características proporcionam uma vantagem a estas duas regiões da zona leste, tornam-se o maior centro comercial das zonas rurais do país. Além disso, a localização geográfica também favorece essas duas regiões em termos de trocas comerciais, tendo divisa fronteira com a Guiné Conacri e o Senegal. A fotografia a seguir ilustra tal situação:



Figura 4 - Imagem sobre os muares como meio de transporte.

Fonte: VOZ DI PAZ e INTERPEACE, 2010.

A zona sul é composta por três regiões, que são Quinara, Tombali e Bolama Bijagós, sendo que Quinara é habitada pelas etnias Beafadas e *Balantas*; Tombali habitam os *Balantas*, *Nalús*, *Sossos (Jaloncas)* e no centro da região de Tombali tem uma pequena camada dos *Fulas* que dedicam ao comércio, sendo o Crioulo o dialeto mais falado entre as etnias. Essa zona tem duas grandes subdivisões, uma continental e a outra insular. As regiões de Quinara e Tombali estão localizadas na parte continental da Guiné-Bissau com uma superfície de 6.871 km<sup>2</sup> e uma população de 122.200 hab./km<sup>2</sup>. Têm uma densidade populacional de 18hab./km<sup>2</sup>. São consideradas regiões com área de maior produção do país, devido a sua pluviosidade, ou seja, chove seis meses ao ano, o que deixa a terra num bom estado para a prática da agricultura. Nessas regiões a produção é predominantemente a orizicultura de bolanha de água salgada. Na zona costeira e nos planaltos o sistema de produção é baseado na cultura extensiva do arroz (*pam-pam*), a orizicultura de bolanha de água doce e a fruticultura (cola, banana, caju, citrinos). A pecuária bovina e porcina está também expandida nessa região (CPDA, 2002).

As regiões de Quinara e Tombali da zona sul, apesar de terem ganho fama de maiores produtores do arroz nos anos anteriores, atualmente suas produções estão invertendo a tendência para a produção de caju. Com base nos dados de um

estudo do Ministério do Desenvolvimento Rural e Agrário em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Fundo nas Nações Unidas para Alimentação - FAO, em 1995, a área de 16.500 hectares era utilizada para a plantação de caju.

A região de Bolama Bijagós localiza-se na parte insular do sul do país, é habitada pelas etnias *Mancanhas*, *Mandingas/Beafadas* e *Papeis*. Nos restantes ilhas região de Bolama Bijagós, concretamente na costa Guiné-Bissau, na região mais ocidental do continente africano, são habitadas pelos Bijagós e um pequeno número dos Sereres (Nhomincas senegaleses), que acampam na beira mar para a prática de pesca artesanal. Sabourin (2011) acrescentou ainda que os Bijagós são escultores de peças de uso ritualístico em festividades, máscaras, adornos de cabeça, de costas e de braço, estatuetas, lanças e espadas de madeiras, etc. A região de Bolama Bijagós é uma região com menor densidade populacional, ou seja, são 28.800 habitantes e uma superfície de 2.624 km<sup>2</sup>, vivendo 11 habitantes em cada quilómetro quadrado. Conta com 4.000 explorações. Tem um sistema de produção baseado nos recursos da pesca, dos palmares naturais e hortas. Tanto a região de Bolama Bijagós, como Quinara e Tombali apresentam uma organização de produção e comercialização na base da relação de reciprocidade, ou seja, a troca de mercadorias, tendo o comércio formal em menor escala, mais nos centros das cidades das regiões rurais.



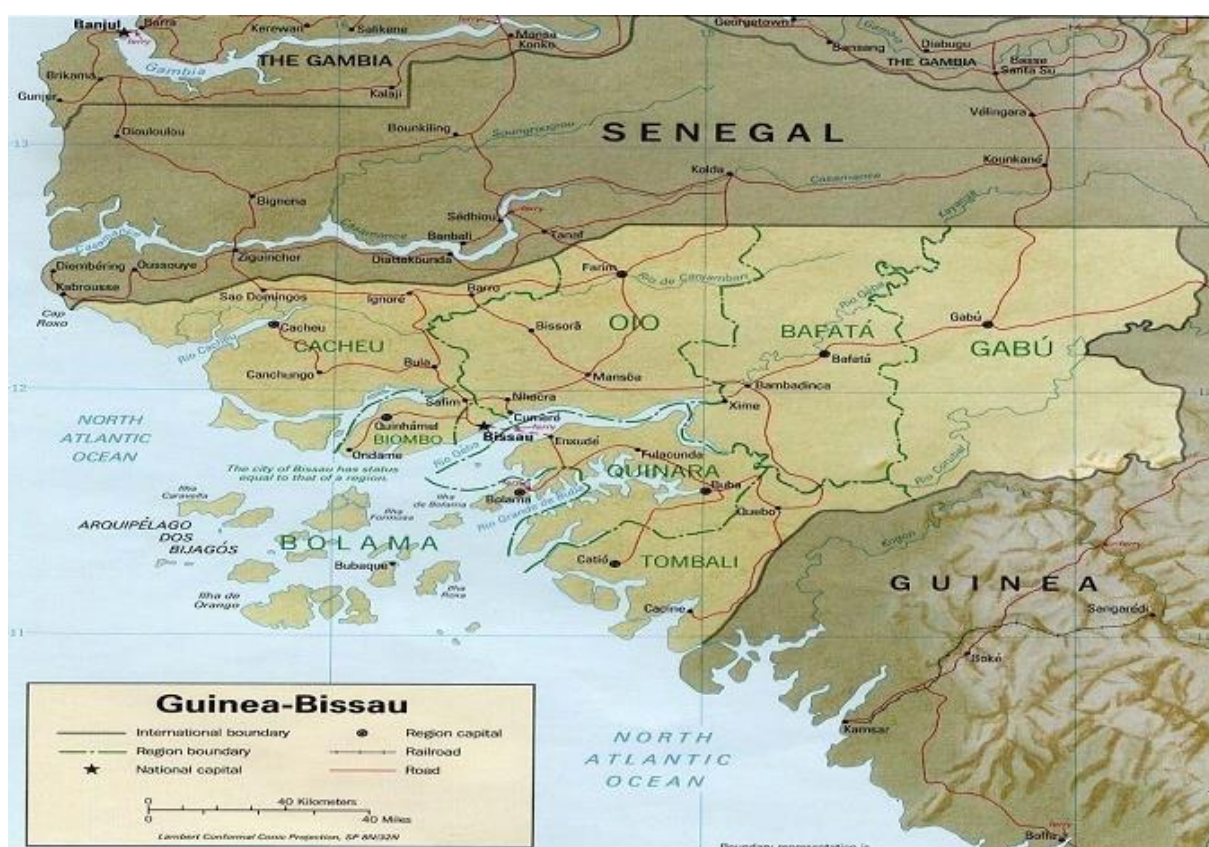


Figura 5 - Mapa da Guiné Bissau representando oito regiões do país  
 Fonte original do mapa: cortesia de University of Texas Libraries

Embora o quadro acima apresente quatro zonas, optou-se nesta esplanção por unir a zona 4 – as Ilhas Bijagós, à região sul, pois a mesma está situada nesta região. Sendo assim, as três zonas apresentadas no quadro acima representam diferentes graus das infraestruturas rurais. As regiões de Bafata e Gabú são as menos remotas, pois localizadas a 150 e 199 km respectivamente de Bissau, possuem estrada asfaltada, tem fronteiras com República da Guiné Conacri e o Senegal, isso lhes traz muitos benefícios em termos de comércio. As regiões de Oio e de Cacheu, são mais próximas da capital Bissau, possuem também estradas asfaltadas que constituem uma ligação para capital Bissau e as regiões leste (Bafatá e gabú). A zona sul é parte mais pobre do país em termos das infraestruturas sociais, têm duas vias de acesso a capital Bissau, uma por via marítima que é pouco utilizada por falta de navios com segurança e a via secundária, mais utilizada, sendo uma via que sai de Bissau passa pela região norte e vai até o leste do país para

depois chegar a Buba, onde termina o asfalto, de resto, as vias constituem-se somente de terra batida (CPDA, 2002).

Evidencia-se, deste modo, que apesar de cada zona apresentar algumas peculiaridades em termos de condições climáticas e práticas das atividades da lavoura em sua multiplicidade de culturas, o modo de produção divide-se entre ponteiros e pequenos lavradores, porém cabe destacar que os pequenos lavradores se organizam numa estrutura de reciprocidade na forma de ajuda múltipla, que corresponde a uma estrutura de partilha da força de trabalho. Sabourin (2011) afirma que quando um lavrador obtém uma safra boa, ele pode utilizar parte dessa safra para redistribuí-las a convidados no plantio, dito em outras palavras, é neste momento que a reciprocidade torna-se produtiva e complementar, pois os convidados beneficiados pela redistribuição traduzem o que receberam em trabalho. Ainda segundo o autor “é a redistribuição que motiva e gera a produção” (SABOURIN, 2011, p. 84). Já os ponteiros quando comparados à pequena produção de característica pré-capitalista, utilizaram-se frequentemente de modelos de produção intensivos em capital num contexto de grande capacidade de trabalho, obtendo acesso a renda. Esses foram, ao final da década de 1980 e início da década de 1990, impulsionados pela liberalização dos preços agrícolas e pela conversão de parte significativa da produção agrária para a plantação de caju (cujo preço no mercado mundial era elevado). Destaca-se que a economia formal e as exportações cresceram pouco pois os créditos externos à produção agrícola foram sendo apropriados quase que em sua totalidade pelos ponteiros, mantendo os pequenos lavradores e produtores familiares à mercê de precárias e insuficientes condições de infraestrutura (ABREU, 2009).

Ainda, há que se considerar que atualmente, o cajueiro é uma cultura de importância econômica, estimulada para a exportação aos países industrializados, isso faz com que os ponteiros, proprietários das maiores áreas de cultivo, venham aumentando desenfreadamente o desmatamento destas áreas a fim de expandir a plantação do caju, sem demonstrar a preocupação com a preservação do meio ambiente.

### 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ESTADO: O DESENVOLVIMENTO RURAL DA GUINÉ-BISSAU

Na Guiné-Bissau a política agrícola e o desenvolvimento rural foram decorrentes da herança colonial, uma vez que os colonialistas tinham como referência o modo Europeu de conceber o desenvolvimento, permeado pela centralidade do urbano e industrial e dos saberes científicos, em busca do crescimento econômico e integração aos mercados. Esse processo não refletia preocupações com o desenvolvimento rural sustentável. Prova disso tem relação com a alusão feita por Maxwell quando fala dos colonialistas brancos na Argélia e no Quênia:

A preferência conferida às culturas de exportação desdobrou-se, por vezes, na geração de economias da sobremesa e das bebidas quentes, fundadas na cultura de produtos como o chá, o café, o açúcar e o cacau, destinados aos fabricantes de guloseimas do mundo ocidental, ao passo que os próprios africanos careciam de gêneros alimentícios de primeira necessidade, tais como os cereais, a carne e os tubérculos (OWUSU, 2010 p.377).

A característica acima citada relaciona-se à realidade da África em geral, uma vez que o privilégio excessivo às exportações no continente levou os agricultores da grande maioria dos países africanos a sobreviverem de modo precário, pois a sua produção estava centrada nos produtos de exportação e não nos produtos básicos de subsistência. Isso mostra claramente que os colonialistas nunca tiveram uma política clara e coerente com o desenvolvimento rural que envolvesse o bem estar de toda a população.

Desse modo, essa falta de interesse comprometeu o esforço agrícola e freou a produção voltada para as necessidades dos africanos, levando uma parcela significativa dos países à pobreza e à desigualdade social, a qual é mais intensa no rural.

Neste contexto, no que diz respeito à Guiné-Bissau, o governo elaborou um documento que explicita um plano de ação para o rural, ou seja, a Carta de Política de Desenvolvimento Agrário - CPDA, representando os projetos que estavam previstos e executados entre os anos de 2002 e 2005, com os seguintes objetivos: Garantir a segurança alimentar assegurando uma disponibilidade de produtos

alimentares em todo o país e durante todo o ano, e também promovendo a criação e a distribuição de rendimentos de forma a que até as camadas mais pobres da população tenham acesso a todo o momento a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente; aumentar e diversificar as exportações agrícolas para evitar dependência excessiva ao mercado do caju; assegurar a gestão racional e a produção dos recursos agro-silvo-pastoris (manter em estado de equilíbrio o capital nacional de recursos naturais - florestas, solos, água e biodiversidade, através de um nível aceitável de exploração e da realização de ações apropriadas de preservação e conservação); melhorar o quadro de vida das populações rurais, ou seja, o desenvolvimento econômico do setor rural não poderá atingir os seus objetivos sem que haja em paralelo um desenvolvimento harmonioso do nível de vida, isto é, fixar para as comunidades rurais objetivos ambiciosos em matéria de saúde, educação, habitação, hidráulica rural, saneamento e lazer.

Estes objetivos visam atingir um crescimento da economia agrícola, acompanhado de um desenvolvimento humano e da viabilidade em longo prazo do desenvolvimento do país. Inscrevem-se no quadro da política de progressivo desengajamento do Estado dos setores produtivos em favor do setor privado e de uma maior responsabilização e participação das populações das comunidades rurais nas ações de desenvolvimento.

Estes quatro objetivos implicam no crescimento per capita da produção alimentar, no reforço da disponibilidade de produtos alimentares (mercados, armazenagem...), na melhoria dos rendimentos das populações e conseqüentemente acesso aos produtos alimentares, e, na preservação do capital nacional de recursos naturais (florestas, solos, água, pescas) através de um nível de exploração apropriado.

A seguir apresenta-se o quadro contendo os projetos constantes na CPDA, bem como os objetivos e estrangulamentos das políticas públicas para o desenvolvimento agrário no rural da Guiné-Bissau:

Objetivos	Programas em execução	Estrangulamentos
<p>I. Garantir a segurança alimentar: Governo compromete-se assegurar disponibilidade de produtos alimentares em todo o país e durante todo o ano; promover a criação e a distribuição de rendimentos para que até as camadas mais pobres tenham acesso a alimentação de qualidade e em quantidade suficiente;</p> <p>II. Aumentar e diversificar as exportações agrícolas: diversificar as exportações agrícolas (mangas, citrinos, frutos silvestres, madeiras processadas, etc.), para evitar dependência excessiva ao mercado do caju.;</p> <p>III. Assegurar a gestão racional e a produção dos recursos agro-silvo-pastoris: manter em estado de equilíbrio o capital nacional de recursos naturais (florestas, solos, água, biodiversidade) através de um nível aceitável de exploração e da realização de ações apropriadas de preservação e conservação;</p> <p>IV. Melhorar o quadro de vida das populações rurais: desenvolvimento económico do sector rural não poderá atingir os seus objetivos sem que haja desenvolvimento harmonioso do nível de vida, isto é, fixar para as comunidades rurais objetivos ambiciosos em matéria de saúde, educação, habitação, hidráulica rural, saneamento e lazer. Estes objetivos visam atingir o crescimento da economia agrícola, acompanhado do desenvolvimento humano e da viabilidade a longo prazo do desenvolvimento do país. Inscrevem-se no quadro da política o progressivo desengajamento do Estado dos setores produtivos em</p>	<p>I. Programa Desenvolvimento dos Cereais: a) Programa Especial de Segurança alimentar- fase 1: Orizicultura Irrigada e Dinamização da Comercialização dos produtos alimentares; fase 2: ordenamento hidro-agrícola; intensificação dos sistemas de culturas irrigadas - arroz e horticultura; diversificação e valorização dos produtos agrícolas;</p> <p>b) Programa de Cereais cultivados no planalto (milho bécil, milho preto, sorgo).II. Programa "Outras Culturas Alimentares": desenvolvimento da Horticultura; Raízes e Tubérculos e do Feijão.</p> <p>III. Programa "Culturas de renda": melhoria da produtividade do Caju; das Produções fruteiras para exportação e da Palmeira.</p> <p>IV. Programa "Pecuária": intensificar e diversificar a produção de animais de ciclo curto.</p> <p>V. Programa "Florestas": Gestão Integrada dos Recursos Naturais; Promoção da Conservação dos Recursos Transfronteiriços; reabilitação das populações de Bovinos e a consolidação e aplicação das experiências do PASP- Projeto Agro-Silvo-Pastoril, luta contra as queimadas e sua larga difusão no plano nacional.</p> <p>VI. Programa de "Pesca Artesanal": Construção e Reabilitação das Infra-estruturas de Apoio à Produção; Implantação da vigilância marítima no interior das 12 milhas em colaboração com a Alta autoridade do Estado; reforço da Cooperação bi e multilateral e a concertação/assistência às ONG's; Coleta, Tratamento e difusão de Informações referentes à Situação Sócio-económica dos Pescadores Artesanais; Reestruturação e Gestão dos Circuitos de Comercialização dos Produtos da Pesca; Estudo de um Sistema adaptado de Crédito à</p>	<p>Os problemas fundiários: Após a independência nacional em 1974, a lei 4/75, determina que o "solo" na sua totalidade do território nacional é de domínio do Estado, ou seja, não susceptível a ser reconhecido como propriedade privada. Foi adotada então uma nova lei, a Lei nº 5/98 que modifica a apropriação da terra, estabelecendo três objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•garantir a terra às comunidades locais e pequenos agricultores;</li> <li>•incorporar o regime costumeiro da terra;</li> <li>•encorajar o investimento na terra, criando um valor comercializável da mesma.</li> </ul> <p>Com a Lei, surge um novo regime: a "Concessão da Terra", que reconhece a utilização "perpétua" (definitivo ou provisório) e cria um mecanismo de impostos a fim de aumentar a eficácia do uso da terra, desencorajando as grandes propriedades tradicionais sobre as quais o proprietário não tem capacidade de rentabilização económica. Essa lei prevê igualmente a criação de Comissões Fundiárias e com isso introduz a noção de gestão fundiária.</p> <p>O desenclavamento: A insuficiência de infra-estrutura marítima e rodoviária (redes viárias secundárias) limitam o acesso às zonas de produção, agravando os custos de transporte e de comercialização, e restringindo o escoamento dos produtos agrícolas para o mercado urbano (Bissau) em benefício dos produtos importados. Outro entrave à livre circulação interna dos produtos agrícolas são taxas, outros pagamentos e barreiras ilegais.</p> <p>A participação das mulheres no desenvolvimento: As mulheres exercem um papel essencial na agricultura guineense uma vez que fornecem mais de 55% do trabalho agrícola. A sua função relaciona-se mais especificamente à horticultura, ao cultivo de arroz de bas-fonds (sarclagem e colheita do arroz), à colheita da castanha de caju, cria de frangos, de porcos e de pequenos ruminantes e à produção de leite. Elas ocupam-se igualmente do essencial da transformação (descasque da castanha de caju, produção de vinho de caju, debulha do arroz, extração do óleo de palma, de sal e na secagem de peixe, etc.). Também ocupam-se da pesca de subsistência. As Tabancas e os Ponteiros Existem atualmente 2211 concessões registradas, mas no máximo 1200 Ponteiros estão realmente instalados. O tamanho médio é da ordem dos 136 hectares. Isto corresponde a</p>

<p>favor do setor privado e de uma maior responsabilização e participação das populações das comunidades rurais nas ações de desenvolvimento. Estes quatro objetivos implicam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- crescimento per capita da produção alimentar;</li> <li>- reforço da disponibilidade de produtos alimentares (mercados, armazenagem),</li> <li>- melhoria dos rendimentos das populações e consequentemente acesso aos produtos alimentares;</li> <li>- preservação do capital nacional de recursos naturais (florestas, solos, água, pescas) através de um nível de exploração apropriado.</li> </ul>	<p>Pesca Artesanal; Estudo e avaliação do Potencial na Zona de Pesca Artesanal (Marítima e Continental); Apoio Institucional para a Construção e Funcionamento do Centro de Controle de Qualidade dos Produtos de Pesca; Reatualização do Plano Diretor da Pesca Artesanal.</p> <p>-VII Programa de Ações de acompanhamento ao conjunto dos programas envolve a Vulgarização; a Formação e a Pesquisa Agrária; o Aproveitamento em insumos; as Sementes; a Mecanização Agrícola; a Comercialização no Interior do País e Exportação; a Transformação; o Financiamento do setor: poupança, crédito e setor bancário; e a Preservação dos recursos naturais.</p> <p>VIII. Programa de Ações para o melhoramento do ambiente socioeconômico do meio rural busca o Desenclavamento de certas zonas; Gestão do Espaço Rural; Hidráulica camponesa e a Comunicação.</p> <p>XIX. Programa de Desenvolvimento Institucional visa o desenvolvimento do Ministério da Agricultura, Florestas caça e Pecuária e das Associações e Agrupamentos.</p>	<p>9% da superfície total do país e a 27% das terras agricultáveis. A contribuição dos Ponteiros para a modernização do setor agrícola e o desenvolvimento de novas "filieres" de exportação é agora reconhecida pelo Governo.</p> <p>O grau de organização e de profissionalização dos produtores</p> <p>Existem alguns obstáculos ao funcionamento dos grupos de agricultores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• uma legislação mal adaptada às condições atuais de produção e comercialização dos produtos,</li> <li>• a dificuldade em obter um reconhecimento legal,</li> <li>• a formação insuficiente dos responsáveis;</li> <li>• a falta de acesso às informações técnicas e sobre os mercados,</li> <li>• o desconhecimento da legislação, em particular sobre o sistema de taxas.</li> </ul> <p>No quadro da profissionalização dos produtores agrícolas é indispensável apoiar a criação de uma Câmara de Agricultura com representantes inter-regionais e nacionais, que terá como função: Fornecer aos poderes públicos, parceiros e outros organismos a opinião dos produtores sobre as questões ligadas à agricultura;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer velar a posição dos agricultores sobre os meios necessários para garantir a promoção da agricultura;</li> <li>• A utilização dos recursos naturais.</li> </ul> <p>Existe no país uma pressão muito grande a respeito das formações florestais, devido às técnicas de culturas extensivas ou itinerantes e à ampliação do plantio de caju.</p> <p>Algumas políticas públicas agravaram a situação dos recursos naturais, principalmente nas florestas, nos últimos anos, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• uma política de concessão de licenças de exploração florestal baseada num inventário ultrapassado (que data de 1986),</li> <li>• um sistema inadequado de taxação florestal,</li> <li>• uma falta de controle sobre a exploração florestal comercial,</li> <li>• a não aplicação das medidas de reflorestação,</li> <li>• a autorização de concessões florestais por períodos demasiado curtos,</li> <li>• a falta de meios de intervenção e de vigilância dos serviços florestais,</li> <li>• a não definição do estatuto da terra e a pressão fundiária ligada à dinâmica de desenvolvimento do caju.</li> </ul> <p><b>A integração regional</b></p> <p>A Guiné-Bissau, consciente da necessidade de uma integração global aderiu em 1996 à UEMOA (União Económica e Monetária Oeste Africana); devendo a partir de então adotar a política agrícola da União, que tem por objetivos contribuir, de forma durável à satisfação das necessidades alimentares da população, no desenvolvimento económico e social dos Estados membros e na redução da pobreza,</p>
---	--	--

		permitindo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar a segurança alimentar, reduzindo a dependência alimentar da união e melhorando o funcionamento dos mercados dos produtos agrícolas;</li> <li>• Aumentar a produtividade e a proteção agrícola em bases duráveis, intensificando a produção e limitando os riscos.</li> </ul> Melhorar as condições de vida dos produtores, desenvolvendo a economia rural e revalorizando as suas receitas e seus estatutos sociais.
--	--	--

Quadro 2 - Políticas Públicas para o desenvolvimento agrário no rural da Guiné-Bissau.

Fonte: CPDA, 2002.

Embora, o governo tenha elaborado a CPDA com os objetivos anteriormente citados, o mesmo não foi suficiente para dar alento a essa área, pois, o Orçamento Geral do Estado - OGE, que é um instrumento do governo para financiar o desenvolvimento, dotou poucos recursos para a área agrícola nesse período; os OGE's dos anos 2009, 2010/2011, 2012 e 2013 previram investimentos no setor agrícola em valores inferiores ao investimento nas áreas de defesa e segurança, as quais representam uma parte ínfima da população guineense, comparando com os significativos 60% da população que vive no rural e que beneficia a si e a toda a população com a produção de alimentos e demais produtos primários.

A partir da análise do OGE dos anos 2009, 2010/2011, 2012 e 2013, apresentam-se as constatações fundamentais da conjuntura guineense no que se refere às políticas públicas voltadas à zona rural. Primeiro, é evidente que até o ano de 2009 o Estado vinha apresentando fracos percentuais de investimentos no setor agrícola, e além deste investimento ser mínimo, uma parcela significativa deste percentual ficava comprometida com as despesas com o pessoal, em detrimento dos investimentos no apoio ao desenvolvimento rural.

Os números do Orçamento Geral do Estado - OGE destinados ao Ministério da Agricultura comprovam esta afirmação: no OGE do ano de 2009 o total das despesas estimadas totalizavam 143.535.511.645 Franco cfa<sup>24</sup>, representando a quantia de U\$ 2.905.480,35 dólares, que corresponde a 100% do total geral das despesas correntes do Estado sem os juros, assim, neste ano, foi alocada ao

<sup>24</sup> Equivalência de moedas - Câmbio de 03 de Fevereiro de 2014. Unidade Monetária = US\$ 1,00 = 486,29 CFAF.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – MADR, uma verba de 7.324.629.704 Franco cfa, que representa 5,11% deste montante toda a despesa do Estado. Deste montante 368.274.588 Franco cfa, ou 0,26%, foram destinados à despesas com o pessoal e 124.258.156 ou 0,09% foram alocados para outras despesas de funcionamento. Para a realização de investimentos públicos na área agrícola foram destinados 6.832.096.960 Franco cfa o que representa 4,76% do total destinado à este ministério. Salienta-se que, no nível de recursos internos programaram-se 137.900.000 milhões de Franco cfa e 6.694.196.960 são advindos de donativos externos.

Ocorre que em novembro de 2010, no Orçamento Geral do Estado elaborado para a execução em 2011 o Estado tenta demonstrar a sua preocupação para o desenvolvimento do meio rural, investindo, no total das despesas estimadas, 10,70% do total geral das despesas correntes. Para este ano, foi atribuído ao Ministério da Agricultura uma verba de 4.410 milhões de Fcfa para a realização de investimentos, sendo que deste montante foram destinados 401 milhões de Fcfa para as despesas com o pessoal, representando 7,44% das despesas correntes desta instituição. Este aumento resulta da existência no setor de projetos de grande envergadura, tais como o Programa de Reabilitação do Setor Agrário e Rural (PRESAR), o Projeto de Reabilitação Rural e Desenvolvimento Comunitário (PRRDC), o Programa Especial de Apoio a Segurança Alimentar (PEASA) e a inclusão de novo Projeto de Apoio a Segurança Alimentar (PASA).

Também, em 18 de janeiro de 2011 a República da Guiné-Bissau assinou e comprometeu-se a respeitar a declaração de Maputo e o princípio global da ECOWAP/PDDAA (Programa de Investimento Regional Agrícola e Programa Detalhado de Desenvolvimento da Agricultura Africana respectivamente) assumindo a responsabilidade de destinar no mínimo 10% do seu orçamento ao desenvolvimento do setor agrícola, influenciando diretamente na qualidade de vida das camadas mais numerosas e vulneráveis da população da Guiné-Bissau (PACTO ECOWAP/PDDAA, 2011).

Deve-se referir que todos os projetos do setor de Desenvolvimento Rural inscritos no Programa dos investimentos públicos são financiados por donativos, com exceção do PASA que utiliza-se de empréstimos do BOAD (Banco de



Desenvolvimento do Oeste Africano). No entanto, os projetos de desenvolvimento rural não tem se beneficiado nos últimos anos de grandes somas, em função de não conseguirem fundos para a contrapartida do Estado. A contrapartida exigida pelos doadores é realizada através de concessão de isenções pelo Governo, quer às organizações não estatais, da iniciativa privada, quer às ONG's, no sentido de promover o desenvolvimento rural. Vale a pena salientar que estas isenções, ao serem contabilizadas, demonstram uma elevada contribuição em termos de contrapartida nacional.

No ano de 2012 na Guiné-Bissau, as previsões iniciais indicavam que a atividade econômica iria decorrer num ambiente favorável marcado, sobretudo, pelo dinamismo no setor da construção civil, nomeadamente na reabilitação das infra-estruturas económicas de base (vias rodoviárias, edifícios) incluindo as energéticas.

No entanto, acontecimentos diversos colaboraram para que se modificasse o panorama sócioeconômico nacional: a realização das eleições presidenciais foi antecipada para Março de 2012, em consequência da morte prematura do Presidente da República Malam Bacai Sanha, o Golpe de Estado pelo exército durante o processo eleitoral acontecido em 12 de abril do corrente ano, e a baixa de preços previstos para a fileira (cadeia produtiva) de castanha de caju, a qual corresponde de 30 a 40% da produção nacional. Estes acontecimentos refletiram na baixa de 1,9 pontos percentuais no crescimento do PIB, ficando em torno de 2.5%, nível muito abaixo dos 5,3% conseguidos em 2011.

Após o Golpe de Estado, o governo de transição executou um novo orçamento, chamado Orçamento Retificativo 2012, que é o orçamento de funcionamento previsto para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e corresponde a 0,87% do total geral da despesa corrente do Estado e 1,15% do PIB. O investimento previsto para o mencionado Ministério representa 17,2% do total de PIP - Programa de Investimento Público.

Para o ano 2013, o orçamento de funcionamento previsto para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural corresponde a 0,97% do total geral do funcionamento normal da despesa corrente do Estado. A despesa total do referido Ministério corresponde a 1,74% do PIB. O investimento previsto para o mencionado Ministério representa 20,56% do total de PIP.

A diminuição expressiva do investimento do Estado no setor agrícola se deve às consequências do Golpe de Estado de 12 de abril de 2012 que afastou os principais doadores externos, que efetivamente muito contribuem no OGE de Guiné-Bissau, sendo que estes doadores financiam o déficit deste orçamento. Este afastamento e quebra de relações internacionais refletem a não compactuação destes países com um governo transitório, que não fora legitimado pela participação popular.

Estes dados comprovam que os sucessivos governos do país têm pouco investido no Ministério da Agricultura (com exceção do ano de 2011, quando se tentou um maior investimento neste setor, 10,70% das despesas públicas do Estado), o que reflete em uma política pública pouco clara e consistente para o setor agrícola, ou seja, apesar deste setor abranger significativa parcela da população, e, conseqüentemente, da produção do país, e apesar de ser concebido como prioridade para os investimentos governamentais, na concretização destes investimentos isso não ocorre, uma vez que, outros setores da economia são beneficiados de maneira mais efetiva.

Neste contexto, é possível perceber um aprofundamento do fosso entre a agricultura e os outros setores da economia do país, o que pode ser exemplificado pela programação do ano de 2009 por setor de atividades (ver quadro a seguir):

SETOR PRIMÁRIO		SETOR SECUNDÁRIO		SETOR TERCIÁRIO		SETOR QUATERNÁRIO <sup>25</sup>	
VALOR (cfa)	%	VALOR (cfa)	%	VALOR (cfa)	%	VALOR (cfa)	%
12.28	18,10	10.22	15,06	26.44	38,96	18.92	27,88

Quadro 3 - Programações de atividades por setor - 2009, convertidas em bilhões Fcfa.

Fonte: OGE 2009

<sup>25</sup> O conceito de setores da atividade econômica corresponde a uma divisão artificial das atividades econômicas de cada país, de acordo com a essência da tarefa em questão e deve-se originalmente a Colin Clark que divide a economia em cada país em três setores: o primário, que compreende as atividades ligadas à natureza, como sejam a agricultura, a silvicultura, as pescas, a pecuária, a caça ou as indústrias extrativas; o secundário, no qual são englobadas as atividades industriais transformadoras, a construção, a produção de energia; o terciário (ou dos serviços), que engloba o comércio, o turismo, os transportes e as atividades financeiras.

O setor quaternário é a expansão do conceito da Hipótese dos Três Setores da Economia e abrange as atividades intelectuais da tecnologia, como geração e troca de informação, educação, pesquisa e desenvolvimento e as altas tecnologias em si, anteriormente incluídas no setor terciário como serviços (Infopédia, 2014). Na Guiné-Bissau o setor quaternário é uma junção entre setor primário/secundário/terciário e as infraestruturas sociais e também a capacitação das instituições públicas e privadas a fim de melhorar a performance do Estado (OGE, 2009).

Analisando o quadro acima, percebe-se que o setor terciário (que comporta infraestruturas básicas como rodoviárias, hídricas, energéticas, comunicação e urbanismo) beneficiou-se da maior parcela de investimentos, ou seja, 38,96%, enquanto o setor primário (que representa agricultura, indústria e minas) absorveu cerca de 18,10% das despesas totais programadas para o PIP/2009, o que corresponde a mais de 12.28 mil milhões de francos cfa. Ainda, cabe salientar que no setor primário, ao Desenvolvimento Rural coube a maior parte da despesa pública, com mais de 8 mil milhões de francos cfa, equivalentes a 12,08% do envelope do Programa/2009. A razão pela qual, o setor agrícola recebeu maior atenção neste ano, deve-se ao fato de que neste setor previu-se, entre outras, as seguintes intervenções: prosseguir ações com vista a incentivar o aumento da produção e da produtividade; combater as pragas; prosseguir a pesquisa e a vulgarização; garantir a segurança alimentar; promover as exportações agrícolas no meio rural.

A discussão acima apresentada contrapõe com um dos objetivos do DENARP II, que é o de apoiar significativamente os setores de produção (agricultura, pesca e turismo), e conseqüentemente reflete a dificuldade da mudança estrutural e da transferência de recursos para atividades de maior produtividade, indispensáveis ao crescimento econômico, e ainda, pressiona as populações rurais a migrarem para a área urbana em busca de melhores condições de sobrevivência. O que se percebe, no entanto, é a incapacidade urbana em absorver produtivamente essa demanda da força de trabalho advinda da área rural, causando uma concentração marginalizada de pessoas nos arredores dos centros (peri-urbana), vivendo ainda da produção agrícola só que em menor escala, uma vez que grande parte destas pessoas busca outras fontes de renda no centro da cidade (LGDH 2012).

Pode-se neste ponto utilizar-se dos estudos de Corona (2006) sobre o sul do Brasil, mais especificamente a região de Curitiba, capital do Estado do Paraná. A autora discorre sobre a RMC (Região Metropolitana de Curitiba) que tem uma área central da cidade de Curitiba, o chamado 1º anel que contempla os municípios fortemente vinculados a dinâmica da economia metropolitana, com indústrias e

serviços; em que a área periurbana é forte, com uma agricultura vinculada ao abastecimento da região metropolitana e de outras cidades do estado. Mas, no chamado 3º anel, há uma agricultura profunda, com baixa densidade populacional, com agricultura tradicional, contendo práticas e modos de vida vinculados ao campesinato, contendo níveis de pobreza. Essa parcela metropolitana pode ser comparada à região peri-urbana de Guiné-Bissau, que apresenta aspectos de baixa densidade demográfica e de produção agrícola familiar de subsistência, sem instalação intensiva de indústrias como no caso de Curitiba pois em Guiné-Bissau existem poucas indústrias de pequeno porte e se localizam apenas no pólo central (Bissau).

Percebe-se, portanto, dois pontos frágeis no desenvolvimento econômico e social da Guiné-Bissau, um se trata de falta de investimento no que se refere a diversificação na produção agrícola e outro refere-se a demanda pelo desenvolvimento nas pequenas indústrias de processamento das culturas produzidas no campo (indústrias estas localizadas atualmente somente no centro urbano), este último faz-se necessário para que área urbana possa absorver a demanda de trabalhadores emanados da área rural.

Utilizando como exemplo deste fenômeno (migração rural-urbana), pode-se citar que no Brasil, nas décadas de 1960, 70 e 80, houve um grande investimento no desenvolvimento industrial das grandes cidades e ainda a abertura da economia para o capital internacional, as chamadas indústrias multinacionais. Como consequência, ocorreu um grande êxodo das áreas rurais e menos desenvolvidas, como o Nordeste, para as áreas urbanas industrializadas, exemplificando a área Sudeste, o que leva os migrantes a buscarem trabalho e melhores condições de vida. No entanto a região urbana não ofereceu condições sociais aos migrantes e culminou no aumento das favelas e cortiços e ainda, o desemprego, pois muitos migrantes não tinham qualificação profissional para o trabalho na indústria (YAMAWAKI, 2011).

Tanto no Brasil como na Guiné-Bissau, as zonas rurais também acabam sendo afetadas pelo êxodo rural, uma vez que a diminuição da população local diminui também a arrecadação de impostos e a produção agrícola, de forma que

este espaço acaba entrando em crise, e em alguns casos pode até deixar de existir quando todos os habitantes abandonam a região.

Outro fator comparativo entre as condições de ruralidade guineense e brasileira é a desigualdade educacional que também se registra no nível geográfico, isto é, conforme dados obtidos no ano 2012 pela Liga Guineense dos Direitos Humanos – LGDH, na Guiné-Bissau as crianças provenientes do meio urbano têm uma probabilidade de 86% de acesso à escola, contra 65% para aquelas originárias do meio rural. Esta desigualdade aprofunda-se quando se atinge os níveis mais elevados, dado que as do meio urbano têm quatro vezes mais possibilidades de terminar o ensino básico e mais cinco vezes a possibilidade de frequentar o ensino secundário do que as do meio rural.

No caso brasileiro, o meio rural abrange apenas 20% da população brasileira, e é nesse meio onde as dificuldades encontradas para a democratização do acesso ao ensino são bem maiores, pois, no meio rural, a evasão escolar nas famílias de baixa renda é muito mais elevada durante todo o ensino fundamental, e o índice de pessoas que não terminaram o ensino fundamental é de 60,3% (NEY, SOUZA e PONCIANO, 2013).

No que se refere a esses fatos, cabe ressaltar que o Estado guineense com o intuito de melhorar a seu desempenho na área de governação e criação de condições sócio-econômicas de sua população, elaborou um Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza - DENARP, iniciado em 2001 e concluído em 2004. Este documento foi apresentado aos parceiros de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o FMI, para fins de apoio financeiro, mas não teve sucesso. Em 2010, este documento foi revisto e aperfeiçoado e passou a ser denominado DENARP II que teve enquadramento como instrumento orientador do desenvolvimento econômico e sustentável do país para o período de 2011 a 2015, com o propósito de alcançar os sete objetivos do milênio para o desenvolvimento até 2015, traçados pela ONU aos países em desenvolvimento.

Hoje o DENARP II é um documento estratégico normativo que o Estado da Guiné-Bissau pretende usar para executar políticas públicas, criando assim condições para um desenvolvimento sustentável, por meio de quatro eixos, sendo eles: Fortalecer o Estado de Direito e as instituições republicanas; Assegurar um

ambiente macroeconômico estável e incitativo; Promover o desenvolvimento econômico sustentável; e Aumentar o nível de desenvolvimento do capital humano.

A partir destes apontamentos, cabe refletir a respeito do processo de desenvolvimento do Estado da Guiné-Bissau, no sentido de uma verdadeira autonomia deste e do seu comprometimento total com o desenvolvimento do país.

Toma-se a partir de então uma discussão a respeito do conceito de Estado, e, neste sentido, os autores Corbari e Macedo (2012) dizem que o Estado pode ser compreendido como um agrupamento de pessoas em um território definido, que está politicamente organizado e tem soberania nacional. Os autores ainda argumentam que para o Estado realizar suas atividades, é necessário a existência de um governo que defina as prioridades em sua atuação e um aparelhamento, a administração pública, para auxiliá-lo a por em prática.

Dallari (2003) citado por Corbari e Macedo (2012), aponta que existem duas formas de Estado: o unitário e o federal, sendo que o unitário define-se quando há um poder central como núcleo do poder público, e pode ser definido como federal quando coordena vários centros de poder político autônomos.

A forma estatal escolhida pela Guiné Bissau é a República Unitária e organiza-se como forma de governo republicano, pressupondo uma constituição que orienta a ação governamental e um sistema de governo semipresidencial que separa o chefe de Estado e o chefe de Governo.

Neste sentido, de acordo com o DENARP II, o Estado deve prover o país com uma concepção de desenvolvimento e estabelecer alianças políticas e econômicas indispensáveis para pô-la em prática, coordenando as funções do Estado e do Mercado de maneira adequada. O documento acrescenta ainda que o Estado precisa assumir um papel central no processo de construção da estrutura institucional do país, de maneira a contribuir para a definição de um conjunto de instituições reguladoras do intercâmbio entre os agentes, ou seja, uma representação institucional estabilizada, organizada e harmoniosa, que tenha a capacidade de gerir os conflitos gerados nos processos de alocação de recursos, de escolhas setoriais, de transferência de recursos para os setores de produtividade mais elevada e de investimento (DENARP II, 2011).

Baseado nesse documento, os dados apontam que este tipo de política, é coerente com a política hegemônica que tem no crescimento econômico e sua sustentabilidade ao longo do tempo a força orientadora das políticas públicas. No entanto, a crise evidenciada nos países centrais no campo econômico vem enfrentando nas últimas décadas crises socioambientais decorrentes deste modelo que o coloca em fase de falência do mesmo. Neste sentido, o melhor caminho para um desenvolvimento equilibrado do país faz-se através de práticas políticas que não só atendam o crescimento econômico, mas também, contemplem a justiça social e o equilíbrio ambiental.

Neste contexto, pode-se inferir que a globalização econômica que interfere na organização dos estados nacionais e o aumento da democratização das sociedades refletem diretamente sobre os processos de criação e gestão de políticas públicas pelo Estado. Este fato incide num intenso processo de descentralização político-administrativa do poder central (Estado) em direção às esferas governamentais e não governamentais mais próximas das populações.

De acordo com Queiroz é possível “enxergar a descentralização das políticas públicas como um ajuste institucional entre o Estado e a sociedade, o qual transfere à sociedade civil tantas funções e competências quanto lhe é possível absorver, sem perda do bem estar para a população” (QUEIROZ, 2011, p. 72).

Na Guiné-Bissau a Constituição da República de 1996 assegurou como princípio administrativo a descentralização dos serviços sociais e de infraestrutura.

O artigo 105º da Carta Magna de Guiné-Bissau ressalta que:

1 - A organização do poder político do Estado compreende a existência das autarquias locais, que gozam de autonomia administrativa e financeira.

2 - As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais, de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das comunidades locais, não se subtraindo à estrutura unitária do Estado (GUINÉ-BISSAU, 1996).

Com base nos dois incisos do artigo acima citado da lei magna da Guiné-Bissau, constata-se que, teoricamente, o poder está descentralizado, entretanto, na prática isso não se verifica, pois, o ciclo democrático ainda não se concretizou, na medida em que, até então, não foram tomadas ações efetivas para tal, como por

exemplo, a realização de eleições das autarquias locais (equivalentes aos municípios brasileiros), trazendo consigo a vantagem da participação da sociedade civil – atores locais - no processo decisório e a construção de um Estado democrático. Este quadro retarda a adoção da dimensão democrática do poder, e enquanto isso, as nomeações são feitas de acordo com os interesses do poder central, instalado na capital Bissau, que acaba exercendo hegemonia sobre as demais cidades.

O sociólogo guineense Carlos Cardoso relata que o novo Estado da Guiné-Bissau cometeu um erro grave por ter ignorado o projeto político idealizado por Amílcar Cabral, agravando a concentração de poderes, através do unanimismo político e mantendo a hegemonia de Bissau sobre as demais regiões, contrapondo-se, portanto ao referido projeto de Cabral.

Este preconizava um papel menos centralizador daquele que foi o último reduto do poder colonial e, numa perspectiva de descentralização político-administrativa, punha inclusive em dúvida a necessidade da existência de uma capital num país como a Guiné-Bissau. Estas reflexões de Cabral sobre a configuração do Estado pós-colonial, tal como muitas outras por ele iniciadas, não foram conduzidas até ao fim, mas pareciam anunciar uma vontade de afastar os perigos de um desenvolvimento macrocéfalo que pudesse abafar as energias das regiões administrativas ou comunidades locais (CARDOSO, 2012, p.1).

Cardoso acrescenta ainda que o independente Estado da Guiné-Bissau não só sufocou a vitalidade das estruturas não-centrais, como impediu o desenvolvimento de todas as iniciativas do espaço não-estatal. Concluiu-se, deste modo, que o Estado não permitiu que a sociedade evoluísse no sentido da pluralização do espaço público. Este cenário não ampara Guiné-Bissau em seu suposto desenvolvimento democrático, tendo em conta que a descentralização do poder seria um caminho mais viável para o desenvolvimento regional sustentável.

Queiroz entende o conceito de descentralização como um processo dinâmico de médio e longo prazo que permite aumentar a legitimidade dos sistemas políticos, sendo concebida como a adequação e a modernização do aparelho do estado em virtude das necessidades emergentes do desenvolvimento regional e local. O autor acrescenta que a descentralização leva à otimização dos recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis, em prol das populações e mesmo de uma maior eficácia na ação governamental, pois os moradores de determinada



região têm maior conhecimento dos problemas e das potencialidades desta localidade (QUEIROZ, 2011).

De acordo com o Banco Internacional de Desarrollo (2006), citado por Queiroz (2011), a descentralização ocorre envolvendo instâncias político institucionais e administrativas e incluindo o repasse total de atividades do nível central de governo a outro de menor hierarquia. Ela resulta ainda no reconhecimento de outros mecanismos para a realização de atribuições antes reservadas a um nível central de governo. Procede na autonomia jurídica, funcional e financeira dos órgãos que assumirão as funções transferidas.

Neste sentido, cabe ressaltar que a descentralização do estado permite o aumento da governabilidade e da democracia, favorecendo assim a competitividade econômica e a preservação da cultura local (QUEIROZ, 2011).

Queiroz (2011) citando Adolf Rodriguez (1993) aponta alguns benefícios que a descentralização ocasiona, como por exemplo: descongestionamento administrativo do governo central; aproximação da administração pública do cidadão; fortalecimento de outras instâncias do Estado e limitação do poder do governo central; envolvimento de outros setores antes a cargo do governo; valorização das peculiaridades territoriais facilitando assim, o desenvolvimento regional sustentável; incorporação de regiões marginalizadas no processo de desenvolvimento; neutralizar movimentos separatistas; evitar as migrações para as grandes cidades promovendo ações que possam manter o jovem em suas comunidades; privatização de organizações estatais.

Outrossim, para problematizar a dinâmica de interação entre governo e sociedade, torna-se pertinente introduzir nesta discussão o termo “governança” que, segundo Santos Junior, Azevedo e Ribeiro (2004), pode ser definida como padrões de interação entre o governo e suas instituições, o mercado e os atores sociais que coordenam esta interação e, ao mesmo tempo promovem a inclusão social assegurando uma participação social mais ampla nos processos de decisões das políticas públicas.

Corbari (2012) complementa que a fim de minimizar ou eliminar as práticas de malversação dos recursos públicos um dos caminhos que vêm se delineando é a transparência governamental, que constitui-se num mecanismo indispensável no

controle do governo pela sociedade civil, contribuindo neste sentido para a boa governança que por sua vez apoia-se nos princípios da relação ética, da conformidade, da transparência e da prestação responsáveis de contas. Assim pode-se inferir que a boa governança pública fortalece o sistema democrático na medida em que oportuniza o gerenciamento transparente e responsável de recursos públicos. A autora cita que o International Federation of Accountants – IFAC (2001) publicou o estudo *Governança no setor público*, que estabeleceu os princípios de governança no setor público apresentado no quadro a seguir:

Openness (transparence)	Ação necessária para assegurar a confiança na tomada de decisões e ações das entidades no setor público, na gestão de suas atividades e nos indivíduos que a gerenciam.
Integrity (Integridade)	Baseia-se na honestidade, na objetividade e nos elevados padrões de decouro e de probidade na administração e na gestão dos recursos públicos.
Accountability	É o processo pelo qual as entidades do setor público e os indivíduos dentro delas são responsáveis pelas decisões e ações submetendo-se ao escrutínio externo adequado.

Quadro 4 - Quadro sobre princípios de Governança no setor público.

Fonte: elaborado por Corbari (2012) com base em Villagelim et al., 2011.

Desta maneira, o debate referente à descentralização estatal e à governança pública traz à luz o entendimento de que ambos revelam-se como condição essencial e de certa forma prioritária para a construção e/ou o aperfeiçoamento de uma vivência democrática em sociedade, fazendo com que a sociedade civil seja protagonista nas ações e formulações das políticas públicas para o desenvolvimento do país.

Neste sentido, cabe aqui apontar que, no contexto das políticas públicas para o rural da Guiné-Bissau, ou seja, a partir da análise do quadro dos projetos constantes na CPDA, o DENARP II, a legislação guineense e o OGE, percebe-se claramente uma legislação inadaptada às condições do mundo rural e ainda a carência de informações claras sobre as atuais políticas públicas governamentais da Guiné-Bissau para o enquadramento analítico deste estudo. Mais ainda, observa-se a carência de informações a partir das experiências das comunidades camponesas e como elas acessam e se acessam de fato tais políticas públicas.

### 3.3 A PRODUÇÃO NO MEIO RURAL DA GUINÉ-BISSAU: O CAMPESINATO E AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE

A partir destas premissas, para introduzir as discussões à respeito da categoria “campesinato”, é preciso ressaltar a diversidade existente de conceituações do mundo camponês, que, retratam a coexistência do campesinato em formações socioeconômicas e culturais diversas, mas com características comuns, uma vez que o campesinato só pode ser compreendido como conceito, quando seus significados definem princípios gerais abstratos que trazem à tona a compreensão de tantos casos particulares.

Como salientado anteriormente, o universo rural contempla uma multiplicidade de conceitos e definições que resultam da sua heterogeneidade social, cultural e econômica, que acabam por dificultar uma definição rígida do campesinato. No entanto, esta multiplicidade, as transformações sociais e a historicidade do mundo camponês não são impedimentos às teorizações segundo Seyferth (2011). Wolf (1955) citado por Seyferth (2011) em suas pesquisas sobre campesinato reforça a dificuldade de se estabelecer uma definição única para camponês, apontando que uma definição é uma ferramenta do pensamento e não uma verdade eterna, imutável.

Os termos “camponês” e “campesinato” são palavras que carregam consigo uma grande e diversa significação, e segundo Seyferth (2011, p. 395) “...imprecisas e de árdua definição diante da diversidade do universo empírico ao qual estão referidas”. A autora argumenta que ao tentar delimitar a definição de campesinato, faz-se necessário considerar os diferentes, e nem sempre relacionados, contextos nos quais a palavra campesinato é utilizada num alto grau de abstração.

A priori, as considerações teóricas referentes ao campesinato e à sociedade camponesa podem-se citar, segundo a autora, várias abstrações de significação para estes termos, a primeira de Kroeber (1923), que afirma os camponeses como constituintes de sociedades e culturas parciais, trazendo especificidades à interação entre o campo e a cidade, essa definição é corroborada por Redfield (1956). Outra

definição corre por conta de uma síntese minimalista do verbete *peasantry*, da *Enciclopaedia of the social sciences*, subscrito por Dietze (1934), definindo o *camponês* como um cultivador do solo, e que este cultivador, sua família e a terra constituem-se em um lar e um modo de vida, essa segunda definição perpassa por uma maior abrangência assumida por Raymond Firth (1952), cuja definição para estes termos seria a produção de pequena escala, com a inclusão de cultivadores, pescadores e artesãos (SEYFERTH, 2011).

Colaborando com essa multiplicidade de definições, Barros (2008) citado por Barata (2002) afirma que há dois sistemas de organização da economia agrícola, fundamentados em duas lógicas: uma, a preocupação de produzir para o consumo próprio, e a outra, a preocupação de produzir excedentes para colocação no exterior.

Nesta análise, Barata (2002) apresenta sete modalidades fundamentais de organização econômica da agricultura: a) agricultura de subsistência é o regime de produção mais precário, com práticas de cultura simples, voltadas para a subsistência familiar, embora possa utilizar eventuais excedentes para troca com outros bens; b) agricultura de tráfico é a expansão do círculo da agricultura de subsistência, que procura vender certos artigos trazidos de fora, por exemplo, panos, ornamentos, ferramentas, aceitando pagamento por produtos agrícolas, e também vende o excedente da sua própria produção; c) agricultura de dependência fundiária é aquela que o agricultor cultiva terra pertencente a outrem, numa relação de subordinação pessoal. Do produto obtido, o agricultor é obrigado a entregar uma parte ao dono da terra; d) agricultura camponesa caracteriza-se por uma produção de base familiar e técnica tradicional, mas também, na sua forma mais avançada, tem forte motivação para a produção de excedentes para a venda. e) agricultura a tempo parcial é a atividade agrícola que representa a fonte de apenas parte dos rendimentos do agricultor. É o caso do assalariado rural, agricultor ou criador, o artesão – camponês, o operário - camponês e o funcionário público camponês ou pastor; f) agricultura capitalista ou empresarial visa a maximização do rendimento e do lucro e usa, geralmente, trabalhadores assalariados e meios mecânicos e químicos para fazer altas produções; g) agricultura coletiva é aquela que inclui as associações e cooperativas.

Acrescentando a estes apontamentos, apresenta-se outro termo utilizado na Guiné-Bissau, o de “lavrador”, que pode ser entendido como aquele que trabalha na lavoura, como proprietário ou como empregado, o agricultor (FERREIRA, 2004). Evidenciando a relação do termo “lavrador” com o meio rural da Guiné-Bissau pode-se evidenciar que o mesmo pode ser compreendido como uma modalidade de campesinato ou agricultura camponesa, uma vez que suas características se aproximam.

A categoria “lavrador” caracteriza quem vive da lavoura no campo agrícola guineense, embora também sejam utilizados os termos “camponês” e “agricultor” em menor escala. Neste caso, pode-se afirmar que o lavrador, como categoria analítica e histórica, define-se como um sujeito que produz diversos produtos com a força da família no trabalho, e, mesmo esse modo de produção tendo características singulares, está de certa forma integrada aos embates do mundo contemporâneo.

A construção da história social do lavrador na Guiné-Bissau está associada ao surgimento das primeiras tribos que habitaram este país, tribos estas que viviam a base da produção familiar, organizadas de maneira rudimentar e arcaica, utilizando-se de ferramentas de produção fabricadas pelo próprio lavrador e beneficiando-se dos elementos oferecidos pela natureza como a força dos animais, a madeira e substâncias das plantas, as chuvas, etc. A base da produção era o arroz, o milho e o feijão, produzidos comumente para a subsistência da família e raramente havia excedentes da produção, que eram utilizados para trocas de outros produtos em falta e também servia para pagar as dívidas com outras pessoas da comunidade (SABOURIN, 2011).

Mas essa categoria modificou-se a partir da chegada dos colonos europeus, particularmente os portugueses que transformaram o modo de produção dos indígenas autóctones. Os colonialistas portugueses introduziram um novo modo de produção no meio rural: o modo de produção de monoculturas (amendoim e arroz) em detrimento da cultura de poliprodutores (entendidos nesta pesquisa como os lavradores que produziam uma variedade de produtos) para, através destas monoculturas, abastecer a metrópole. Situação essa que, ao invés de melhorar a condição de vida dos pequenos produtores, acabou agravando o problema.

Na Guiné-Bissau, o problema agrário pode ser compreendido como o reflexo da manutenção de estruturas agrárias relativamente inalteradas ao longo dos períodos colonial e pós-colonial, em outras palavras, nas *tabancas* guineenses, nada tem mudado e tudo se passa como sempre se passou, mesmo que algumas modificações radicais não deixaram de acontecer ao longo do tempo, como, por exemplo, a generalização da produção de caju por todo o país a partir da década de 1980 destinada ao mercado, em substituição do predomínio da produção para autoconsumo, principalmente o arroz (Lynn e Jaeger, 2004 apud ABREU, 2012).

Desta feita, a estrutura fundiária e as relações sociais de produção, não sofreram alterações ao longo da história da Guiné-Bissau, especificamente no período pós-colonial. No novo Estado da Guiné-Bissau, o governo buscou espelhar-se no modelo do Estado desenvolvimentista e no ajustamento estrutural “pró-mercado”, neste período o incentivo do governo a projetos industriais de grande escala, financiados com empréstimos no longo prazo para a modernização de equipamentos, não foi acompanhado no momento da utilização destes na produção, ou seja, esta iniciativa desarticulou as estruturas tradicionais de produção agrícola, tentando as substituir pela produção moderna, porém isso causou a diminuição da produção de alimentos, estimulou o êxodo rural, a dependência externa incontrolada e a ameaça permanente de colapso econômico.

A partir daí o governo precisou buscar a estabilização monetária e financeira em meados 1983, com a liberalização do comércio, a racionalização da ajuda externa e o controle da economia. Em 1986, com a criação do Programa de ajustamento estrutural, buscou-se a adoção de um sistema de câmbio flutuante, com créditos de ajustamento estrutural com o Banco Mundial e com o Fundo Monetário Internacional, o que acabou resultando em uma taxa elevada de inflação e aumento da dívida externa (CARDOSO, 1995).

Essa situação se traduz apenas no investimento por parte do governo, a produção dos agricultores modernos (ponteiros) que tem suas produções voltadas especificamente para o mercado, enquanto que os pequenos agricultores permanecem à margem destes investimentos desestimulando-os à produzir, o que se agrava como o conseqüente envelhecimento dos agricultores tradicionais sem ter

como passar a cultura de produção à seus filhos e netos que emigram do meio rural para o centro das cidades em busca de outras atividades laborativas mais rentáveis.

Na Guiné-Bissau atualmente, o campesinato se traduz em um elevado número de *tabancas* de extensão variável por todo o país, sendo que significativa parcela da população usufrui diretamente do uso agrícola da terra. É uma população composta em sua grande maioria por pessoas definidas como camponeses ou lavradores, relacionados com o predomínio da produção agropecuária e com o acesso direto aos meios de produção. Assim, o lavrador na Guiné-Bissau é o produtor que lavra a terra no meio rural, usando força de trabalho familiar a fim de produzir consumo próprio para a subsistência da família (ABREU, 2012).

Aponta-se neste sentido, que a agricultura guineense está mais inclinada para um camponês em busca de alternativas de produção agrícola que venha de encontro com as necessidades da comunidade, enfocando um tipo específico de atividade econômica que vem sendo chamada de “agricultura familiar”, uma categoria que define os pequenos produtores rurais através de uma exploração familiar da terra.

A agricultura familiar é uma categoria que vem ganhando espaço nas discussões atuais a cerca da ruralidade, estas discussões não tiveram início recentemente, mas sim ganharam corpo na década de 80 na Europa, expandindo-se para o Brasil na década de 90. No Brasil, de acordo com Wanderley (2012), o debate da categoria de Agricultor Familiar espelha-se em duas discussões: a normativa e a analítica.

Como discussão normativa aponta-se aqui, TODIN (2013) que cita a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, instituída pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define Agricultor Familiar como aquele indivíduo que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos de não possuir área maior do que quatro módulos fiscais, de utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento, de ele próprio dirigir seu estabelecimento e de que sua renda familiar seja predominantemente originada destas atividades (BRASIL, 2006).

Na discussão analítica, a agricultura familiar pode ser considerada o modo de produção do tipo familiar que se pratica no meio rural. De acordo com

Wanderley (2012), agricultura familiar é uma categoria diferente do camponês tradicional que adotou a condição de produtor moderno, mas sim uma categoria em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

LAMARCHE (1997, p. 15) afirma que “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Já para ABRAMOVAY (1992) e também para o Estudo FAO/INCRA (2000), agricultura familiar pode ser definida como aquela agricultura em que a maior parcela do trabalho em uma propriedade é executada pela família.

A partir destes apontamentos levanta-se nesta pesquisa a possibilidade de estímulo e investimento na agricultura de base familiar guineense, de forma a viabilizar uma agricultura ao mesmo tempo rentável e que dê qualidade de vida ao lavrador. Desta feita, considerando que na Guiné-Bissau a família é numerosamente composta, o elevado número de filhos (5,5 filhos por família) serve como forma de aumentar a produção através da força de trabalho. Para melhor compreender a dinâmica do modo de produção familiar, faz-se necessário trazer para este debate a conceituação de família. Aurélio (2004) define família como pessoas aparentadas que vivem geralmente na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. O autor ainda aponta que uma família compõe-se pessoas de mesmo sangue, origem e ascendência. Embora aparentemente no Brasil prevaleça a concepção de família (pai, mãe e filhos) definida por Aurélio, apresentam-se neste estudo algumas considerações de Antuniassi (1998) sobre família e trabalho em núcleos de reforma agrária, quando a autora utilizando-se do caso da família Pereira introduz o conceito de parentela através dos estudos de Fukui (1980). Este autor define parentela no Brasil como um grupo de parentesco sanguíneo formado por algumas famílias que vivem cada qual em sua moradia e são, em sua maioria, independentes economicamente uma das outras, no entanto, mantendo certa dependência de obrigações recíprocas.

Da mesma forma na Guiné-Bissau o conceito de família extrapola o núcleo pai/mãe/filhos, aproximando-se do conceito de parentela. No entanto, na Guiné-Bissau, em uma casa pode residir o pai, a mãe, os filhos e também tios, tias, primos



avós, entre outros, podendo ser denominada por “família alargada” (PINTO, 2009). Normalmente, nesta estrutura familiar, o homem mais velho da casa é responsável primário pela subsistência da família, não eximindo os outros homens da casa do trabalho e do sustento, sendo que as mulheres também tem tarefas inerentes a organização familiar (alimentação, limpeza, e no caso da agricultura tarefas de sementeira e colheita).

Ainda existem famílias (parentela) que não residem na mesma moradia e sim numa mesma região, como uma aldeia (ou como se fosse um condomínio mais conhecido no Brasil), esse tipo de parentela é chamada *morança*. Ainda poderiam ser citadas inúmeras organizações familiares na Guiné-Bissau, devido ao grande número de grupos étnicos existentes. No entanto, este assunto não será aprofundado neste estudo uma vez que o foco do mesmo se concentra na questão da ruralidade.

Esta dinâmica permite que a família guineense (parentela ou morança) conviva com maiores laços de ajuda mútua e compartilhamento, uma vez que existe uma maior dependência entre os núcleos familiares (pai/mãe/filhos) de uma mesma família ou origem, o que evidencia a importância de abordar neste ponto a questão das relações de reciprocidade, acrescentando a possibilidade de estimular e revitalizar estas relações no modo de produção rural e no escoamento da produção.

Sabourin afirma que a reciprocidade começa a ser concebida pelos teóricos, a partir do século 20, como uma condição das relações humanas, e, nas palavras de Marcel Mauss, a reciprocidade tem tríplice obrigação de *dar, receber e retribuir*, ele ainda enfatiza que um dos alicerces humanos que embasam a construção das sociedades é a reciprocidade (MAUSS apud SABOURIN, 2011 p. 25)

Nesta ordem de ideia Sabourin (2011) aponta Georges Simmel como o primeiro sociólogo a tratar da reciprocidade como fundamento das relações humanas. Diante desse pensamento, acrescentou ainda que Christian Papilloud (2002, p.86) também apoia a definição de Simmel a cerca da reciprocidade como uma relação intersubjetiva, uma vez que relaciona a reciprocidade à um lugar: “o “entre” os homens e tudo que é um “entre” as entidades sociais”. Papilloud orienta a significação desse “entre” abstraindo dois sentidos: “a) o de ser uma relação entre dois elementos, embora única, sendo apenas um movimento ou mudança que se

produz de maneira imanente em um e em outro, e b) entre eles, no sentido da interposição no espaço” (SIMMEL apud SABOURIN, 2011 p. 25).

A partir destes apontamentos Sabourin (2011) enfatiza:

Entretanto, mesmo se a reciprocidade é postulada como uma regra social universal é no sentido da interação. Reagimos ao outro conforme nossas próprias motivações em função que percebemos do outro e de nós mesmos em uma dada situação. A totalidade dessas ações de reciprocidade em contínuo movimento constitui o conjunto das atividades sociais formando a sociedade global (SABOURIN, 2011 p. 26).

Papilloud (2003, p. 193) relatando a reciprocidade como norma social, confirma que para Simmel reciprocidade e troca são bem diferentes de um ponto de vista epistemológico. “O efeito de reciprocidade é o conceito mais amplo, enquanto que a troca é o conceito mais restrito; nos comportamentos humanos, o primeiro dos dois aparece sob diferentes formas” (PAPILLOUD 2003).

Em termos econômicos, Karl Polanyi, citado por Sabourin (2011) tratou a reciprocidade e a redistribuição como categorias econômicas específicas e diferentes da troca. Ele propôs uma tipologia dos sistemas econômicos considerando diferentes modos de institucionalização do processo econômico na sociedade, através de três formas de integração social: a) a reciprocidade é definida como os movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos; b) a redistribuição corresponde aos movimentos de apropriação em direção de um centro e, em seguida, desce em direção ao exterior; e c) a troca é assimilada aos movimentos de vai e vem tais como a passagem de ‘uma mão para outra’ dos objetos em um sistema mercantil.

Para Polanyi as três formas de integração social não podem ser concebidas como lineares ou exclusivas e, ainda, são integrações que não relacionam-se à estágios de desenvolvimento. O autor afirma que, embora uma entre elas possa ser predominante em uma determinada sociedade, todas as três coexistem em praticamente todos os sistemas econômicos. O autor ainda anuncia uma oposição entre sistema de reciprocidade e sistema de troca.

A possibilidade de coexistência destas integrações levantada por Polanyi em uma mesma sociedade, faz com que sejam reconhecidas duas formas de coexistência preferenciais, a primeira entre reciprocidade e redistribuição como por

exemplo, nas sociedades tribais e nos impérios onde domina a redistribuição e a outra entre troca e redistribuição tendo por exemplo os estados industriais modernos. A troca mercantil no mundo ocidental se torna dominante a partir do século XIX; pois antes era subordinada à reciprocidade (sociedades primitivas, arcaicas e tribais) e à redistribuição (sociedades feudais e impérios).

O autor, de acordo com as idéias de Temple (1995) aponta o colonialismo como fator de destruição dos sistemas de reciprocidade africanos, assim como a generalização do controle do mercado capitalista leva ao etnicídio, ao “economicídio” e ao genocídio. Essa modificação do sistema de produção ao invés de levar ao progresso e desenvolvimento como queriam os colonialistas, levou à alienação, ao vazio e ao caos.

De acordo com os estudos de Sabourin sobre reciprocidade, especificamente no interior da Guiné-Bissau (Balantas e Manjacos) entre os anos de 1990 e 1992, o autor aponta que no caso dos Balantas eles oferecem um exemplo de reciprocidade comunitária horizontal, típicas das sociedades igualitárias, e os Manjacos opostamente, através de uma sociedade de castas, dependem hoje da migração (periódica) e do artesanato – atividades não agrícolas, constituindo um caso de reciprocidade comunitária e vertical ou semitributária.

Estes estudos dão uma noção de outras práticas de reciprocidade existentes nas sociedades camponesas contemporâneas, como por exemplo, os Jivaros na Amazônia peruana, os Kanak da Nova Caledônia, Poitou na França e o Nordeste do Brasil. Em todas estas sociedades a organização da economia e da sociedade é construída ao redor da comunidade geralmente pela reciprocidade, embora as práticas de troca não estejam totalmente ausentes.

Segundo Sabourin (2011, p.113):

[...] a lógica de ajuda mútua ou de solidariedade do sistema de reciprocidade não procura exclusivamente a produção de valores de uso ou de bens comuns a serem partilhados, mas a criação “de ser”, de um laço social. Obviamente para ser considerado é preciso possuir; mas trata-se de possuir para dar, para redistribuir, dentro da família ou de uma família para outra (convites, enxovais e dotações)...Então a lógica da reciprocidade busca de fato a ampliação das relações sociais e afetivas através da redistribuição, quer dizer pela reprodução da dádiva (mesmo que deferida) ou pela partilha dos recursos.

Baseando-se nestes aspectos de convivência social, política, econômica e cultural, aponta-se para o desenvolvimento rural guineense na perspectiva da reciprocidade, como uma alternativa de modo de produção e distribuição dos produtos entre a própria comunidade, além de afirmação social e cultural de identidades baseados em compartilhamentos.

Neste contexto, segundo Abreu (2012) o “desenvolvimento” na Guiné-Bissau é definido como um processo de conflitos e com diferenças geográficas de recomposição socioeconômica tendo incutido a expansão do modo de produção capitalista. O país apresenta seu modo de produção pelo predomínio da mercadorização, que é uma das características do modo de produção capitalista, porém, é ainda incipiente e percebe-se uma homogeneidade da população rural em suas relações de produção. Desta maneira, ao definir o termo desenvolvimento, segundo o autor, faz-se imprescindível concebê-lo como um processo conflitual de transição e aprofundamento do modo de produção capitalista, pela crescente mercadorização da produção e subsistência e da distinção de um campesinato praticamente homogêneo em classes sociais distintas.

Embora a mercantilização esteja em fase de expansão nas cidades e processualmente avançando para a zona rural, o sistema de reciprocidade é um dos instrumentos utilizados na dinâmica de trocas comerciais ou não de maior parte da população rural da Guiné-Bissau. O comércio é feito pelos camponeses à base da permuta, ou seja, os lavradores pegam parte de sua produção e oferecem a seus vizinhos que, reciprocamente retribuem a generosidade com outra cultura.

Essa prática é realizada primeiramente na vizinhança, e em segundo plano em algumas *tabancas* nas feiras chamadas “*lumus*”<sup>26</sup>, local em que diferentes agricultores trazem o excedente de sua cultura em busca de permuta com outro agricultor. Ainda, se faz necessário que cada agricultor separe uma parte de sua produção para ir vender em um centro comercial próximo que funcione com o sistema de troca mercantil, a fim de ter uma reserva de dinheiro para eventuais

---

<sup>26</sup> *Lumus* é um tipo de feira que acontece geralmente uma ou duas vezes ao mês com alternância entre as cidades.

situações em que a troca não seja possível, como casos de tratamentos de saúde, viagens, aquisição de produtos industrializados (açúcar, sabão e tecidos etc).

Há que se ressaltar que não se constitui em troca pura e simples, uma vez que essa relação é permeada pela dádiva, quando um agricultor não consegue ter uma boa colheita ou encontra-se em dificuldade os outros agricultores que conseguiram uma boa safra se solidarizam e oferecem generosamente parte de sua produção a esse camponês.

### 3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A RELAÇÃO COM OS CONFLITOS SOCIAIS

O atual Estado da Guiné-Bissau é uma consequência de onze anos de luta armada, que conquistou sua independência a partir de agrupamentos de vários camponeses de diferentes grupos étnicos, então mobilizados em torno de um objetivo comum mesmo tendo ideologias divergentes em alguns pontos. Depois da independência, concretamente nos anos 90, a partir da abertura política, os interesses particulares de cada grupo étnico deram início a novos pequenos conflitos, agora entre os grupos que antes estavam unidos. O tecido social guineense, desta maneira, explicita-se através de uma diversidade sociocultural e religiosa diferenciada, que tem como efeitos negativos desta pluralidade os vários conflitos, alguns deles violentos. Mesmo antes da independência, a desarmonização entre a estrutura social e étnica era evidente, porém, o objetivo comum da independência fazia com que estas divergências ficassem ocultas.

Com base nos dados do relatório da ONG - Organização Não Governamental “Voz de Paz” (2010)<sup>27</sup> apresentam-se quatro categorias de conflitos

---

<sup>27</sup> Entre 2007 e 2009, o Programa Voz Di Paz efetuou em todas as regiões da Guiné-Bissau uma ampla auscultação sobre as causas profundas de conflitos, esta auscultação tornou-se um exercício inédito para a identificação dos grandes desafios à paz no país. Foram mais de 3000 pessoas ouvidas, desde representantes locais da sociedade civil, do Estado, de instituições privadas, tradicionais e religiosas, até os representantes das mídias locais e comunitárias, numa pesquisa em que a palavra foi totalmente livre. Nas forças de defesa e segurança mais de 1000 pessoas exprimiram-se através de painéis que exploravam os obstáculos à paz. Ainda, na diáspora guineense em Portugal, cerca de 200 pessoas participaram do processo de escuta.

sociais, sendo elas: o enfraquecimento do Estado e má governação, a pobreza, a má administração da justiça e a instabilidade política e institucional.

O enfraquecimento do estado pode ser explicitado como matriz de muitos problemas que se apresentam transversalmente em todas as classes sociais e regiões do país, o documento salienta que suas manifestações variam de região para região e são percebidas de diferentes maneiras de acordo com cada camada social. O relatório afirma ainda que para a maioria das pessoas pesquisadas, a estrutura do Estado está ausente, principalmente no nível local, onde os serviços administrativos não funcionam, criando em todos os setores administrativos, um vazio do poder, que acaba por favorecer a prevalência da desordem e outras consequências nefastas.

Nos primeiros anos da independência, o Comitê de Tabanca, que pode ser compreendido como a representação do Estado a nível da base, tentou levar a este nível a presença do Estado, aproximando-o do cidadão das regiões mais afastadas, no entanto, enfraqueceu e quase extinguiu-se devido à escassez de meios suficientes aos administradores locais para desempenharem sua função, mostrando-se como o definhamento das estruturas do Estado na base. Este definhamento pode ser exemplificado pela degradação dos prédios da administração local que são apontados pela crítica dos próprios populares auscultados na pesquisa “ Voz de Paz”, pois, os mesmos questionam a controvérsia de que, com todo o imposto pago pela população, os edifícios da Administração estejam totalmente degradados.

Esta ausência progressiva do Estado nas regiões, setores e seções do país, foi sentida de maneira muito negativa por estas populações, uma vez que aumentou o sentimento de isolamento (Voz Di Paz, 2010).

Essa conjuntura favoreceu a organização de pequenos grupos ditos “elites” da cidade de Bissau, que capturaram o Estado da Guiné-Bissau fazendo da política uma profissão, sempre orquestrando engenharias de derrube dos governos constitucionais para poderem chegar ao poder, o que lhes garante estatus relevante na sociedade. Atualmente o governo tornou-se o empregador mais atraente do país, pois muitas pessoas lutam para lá estar, ter um familiar ou um amigo no Executivo. Nesse contexto, Paula Pinto diz:

Um guineense numa posição relevante é pressionado pela sua rede de relações sociais para redistribuir parcialmente os rendimentos que consiga obter, em benefício coletivo (não sendo, frequentemente, relevante se a forma de obtenção desses rendimentos é mais ou menos lícita, sobretudo quando se trata do desempenho de funções públicas). Todos os que possam fazer fortuna são pressionados para que realizem visíveis manifestações de generosidade, numa atitude a que alguns guineenses chamam “*sociedade de cacre*” (PINTO 2009, p. 10).

Perante essa situação, evidencia-se a fragilidade da administração pública dos sucessivos governos do país, confrontando com a impunidade, estimulando a corrupção que está destruindo todo o tesouro nacional, que não consegue cumprir suas obrigações no que diz respeito ao pagamento de salários dos servidores públicos que às vezes somam dois a três meses sem o recebimento, como também, de investimentos nas áreas sociais (educação, saúde e infraestrutura).

O relatório “Voz Di Paz” (2010) ainda afirma que outra consequência do definhamento das estruturas estatais a nível local é o isolamento de seções, setores e regiões do Estado central. Tomando como exemplo, o Setor de Boé, considerado o berço da independência da Guiné-Bissau, vivenciou o desaparecimento do Estado que confinou as populações a uma situação de pobreza e “marginalização” crescente, causando revolta desta população pela ausência do Estado, levando-se em conta seu forte papel histórico. Essa revolta leva os populares a rejeitar o Estado da Guiné-Bissau, buscando trabalho e melhores condições de vida em outro país (nesse caso, a Guiné Conacri) e ainda, o fato de que grande parte desta população não possui sequer registros de nascimento, deixando de identificá-los como cidadãos guineenses.

A pobreza, segunda categoria de conflitos sociais, apresenta-se no relatório como sendo um dos problemas mais referidos como fator de desarmonia na Guiné-Bissau. O modo como as pessoas a interpretam varia em função das regiões, mas recorrentes referências à pobreza fazem deste fenômeno uma das mais estruturantes fontes de conflitos no país. O maior número de pessoas ouvidas na pesquisa acima referida, indicou a fome como uma inquietante causa de mal-estar social (VOZ DE PAZ e INTERPEACE, 2010).

Nesta ordem de ideia Amartya Sen (2001) salienta que a pobreza é um fenômeno polissêmico, que está sendo transversal e preocupante para o mundo

tendo em conta os seus efeitos para sociedade. Ela não só afeta os pobres, mas seus efeitos também atingem a camada da população considerada rica, cria não só problemas das necessidades biológicas, no que concerne a nutrição, a casa, e o vestuário, mas cria também a desigualdade social.

A conceituação da pobreza é algo extremamente complexo, tendo a sua relatividade ou abrangência, no ponto de vista econômico ou social. Nesse sentido, os pobres são aquelas pessoas cujos padrões de consumo ficam aquém das normas, ou cujos rendimentos ficam abaixo dessa linha. Mas de acordo com Sen (1981), o problema da pobreza não deve ficar restrito só aos pobres, mas sim, deveria preocupar-se também com os que não são pobres. É importante ainda considerar a definição de pobres e a vinculação às formas de se medir a pobreza, por indicadores globais que não são eficientes para dar conta da complexidade dos elementos que envolvem os agentes no contexto atual da sociedade.

Hoje a pobreza não deve ser tratada da forma que os economistas olham, ou seja, através de indicadores globais da pobreza, como afirma Sen (1981), os indicadores baseados em sistemas “per capita” têm pelo menos dois inconvenientes. O primeiro inconveniente refere-se a não levar em conta a extensão do déficit dos rendimentos dos pobres em relação ao limiar de pobreza: uma redução dos rendimentos de todos os pobres sem afetar os rendimentos dos ricos deixará este indicador de contagem completamente inalterado. Segundo, é insensível à distribuição do rendimento entre os pobres; em particular, nenhuma transferência de rendimento de uma pessoa pobre para uma pessoa que seja mais rica consegue aumentar este indicador.

Mesmo considerando os alertas de Sen, pode-se dizer que a Guiné Bissau é um dos países mais pobres do mundo, com mais de dois terços da população vivendo com menos de 2 dólares por dia e mais de 21% com menos de 1 dólar. Baixo nível de aderência escolar dos jovens em idade escolar, rondando entre 55% e 65%. Estima-se que só um terço da população é alfabetizado e com uma esperança de vida média de 45 anos, uma das mais baixas do mundo, ocupando assim a 175ª posição num total de 177 no Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2011). Esses dados apresentam-se de forma mais latente no meio rural. Boubacar-Sid et al. (2007) citado no relatório do estudo “Para além da Castanha de



Caju: Diversificação através do comércio na Guiné-Bissau” (UNIÃO EUROPEIA, 2010) afirmou que a maioria das populações mais pobres vivem nas zonas rurais. Acrescentou que cerca de três quartos da população mais pobre da Guiné-Bissau (75%) têm a agricultura como sua principal fonte de renda, ou seja, ganhos de subsistência, e quase todo o restante desse grupo apontam a agricultura como sendo a sua segunda mais importante fonte de rendimento.

A terceira categoria, má administração da justiça, conforme o documento Voz di Paz (2010) relata que a má gestão do sistema judicial acrescida à corrupção e à impunidade generalizada, tem sido obstáculos ao desempenho de uma administração concebida como alicerce da paz. Neste sentido, Pinto (2009) afirma que esses obstáculos são decorrentes do sistema colonial, pois a legislação guineense encontra-se num ponto ambíguo de legitimidade, dado que a sua elaboração é baseada na legislação colonial portuguesa, que era incompatível ao sistema de justiça (tribunais do povo) até então praticado pelo PAIGC, nos anos de 1968/1969. Esses tribunais do povo eram constituídos por três membros eleitos da *tabanca*. Amílcar Cabral então líder do PAIGC, confiava que essa forma de justiça, permitiria melhor acesso do povo à administração da justiça, tanto quanto possível, pelos aldeãos, de forma independente do Partido. Esta autora acrescenta ainda que hierarquicamente, havia tribunais instituídos por zona e por região, no entanto, a implantação desse sistema judicial, não era completa, pois a luta armada da independência estava em andamento, por isso o PAIGC começa a recorrer à lei costumeira, que continua a vigorar, particularmente a nível local até hoje (PINTO, 2009).

Depois da independência, no dizer de Pinto (2009) a Assembléia Nacional Popular produziu e aprovou uma legislação alicerçada no Direito positivo, que é de difícil identificação por parte da população. Isto porque têm considerações diferentes não só sobre os atos puníveis, como sobre as penas aplicáveis. “Esta situação conduz à procura de diferentes alternativas, sobretudo ao nível dos usos e costumes” (PINTO, 2009, p. 25).

Paula Pinto (2009, p.25) afirma que fica evidente no Código Penal da Guiné-Bissau o “caráter paternalista e repressivo em relação a tudo o que diz respeito à cultura das comunidades locais”. A autora ainda ressalta que o código penal

guineense é inspirado no código penal de Portugal, antigo país colonizador, e que este código é uma fonte de conflitos, uma vez que não vai de encontro com as tradições culturais guineenses, pois, os atos praticados com base nas tradições além de não serem atenuados são severamente punidos justamente por seguirem as tradições.

Outro conflito existente se dá pela diversidade étnica da Guiné-Bissau, pois existem várias interpretações sobre o que se define por propriedade, roubo, ou até ser humano. Neste sentido, seria tarefa difícil e até mesmo impossível considerar todas as diferentes interpretações e definições no momento da formação das leis. Mas ao mesmo tempo, ao aplicar a lei, seria desaconselhável desconsiderar os conceitos e leis costumeiras, uma vez que ao desconsiderá-las, alguns atos serão punidos mesmo que não reconhecidos como ilegais pela população ou então, outros atos serão desconsiderados, mesmo que a população os defina como criminosos (PINTO, 2009).

Ainda, a problemática da má administração da justiça, no relatório “Voz di Paz” foi mencionada pelos pesquisados em todas as sessões de auscultação e, segundo os mesmos o país “está doente pelo mau funcionamento da justiça. A justiça, que deveria ser o alicerce da paz entre os cidadãos, tornou-se a pedra de tropeça de toda a sociedade” (VOZ DI PAZ, 2010, p.41)

Os auscultados, em sua maioria, alegaram que a justiça protege apenas os mais fortes, ricos, influentes e de maior hierarquia social, enquanto a grande maioria da população, mais pobre, ou seja, o lado mais fraco, sofre com um aparelho judicial manipulado pelos mais fortes, e desta maneira, o rigor da justiça acontece apenas para quem é pobre e está na última instância de hierarquia social. O relatório ainda acrescenta que esta constatação é corroborada por outros exemplos da fraca cobertura do país por instâncias judiciais, a fraca dotação orçamental, a ausência de prisões para deter os infratores da lei e a morosidade dos processos.

Como se pôde constatar no relatório “Voz di Paz” (2010), a situação da justiça guineense revela dificuldade na implantação de um sistema eficiente, e a população têm a impressão de que o país está tomado pela impunidade, pois são numerosos os casos de crimes, muitas vezes hediondos, que não são punidos no

plano judicial, o que leva ao descrédito do sistema de justiça e acaba por reabilitar a justiça tradicional (costumeira) como uma opção para manter a ordem social.

Em suma, de acordo com a conclusão de uma interveniente em Quinhamel neste relatório “a Guiné é uma mulher sem marido. Cada um faz com ela o que lhe apetece, pois nada acontece uma vez feito o mal” (VOZ DI PAZ, 2009, p.46).

A última categoria de conflitos sociais, a instabilidade política e institucional, foi apontada como fator de instabilidade do país, uma vez que a má compreensão do sistema pluralista que a Guiné-Bissau utilizou no início dos anos 90, aponta a propagação de partidos políticos cujas ações distorcem negativamente o sistema político e fomentam o seu funcionamento deficiente, de modo que a maior parte dos auscultados estabelecem uma correlação entre a instabilidade política e institucional, e o desenvolvimento da corrupção e gestão danosa do bem público (VOZ DE PAZ e INTERPEACE, 2010).

Neste contexto, importa salientar os estudos feitos pelo sociólogo guineense Carlos Cardoso, que abordou o tema sobre transição democrática na Guiné-Bissau. Este estudo mostrou que o então sistema de partido único imposto pelo PAIGC, apresentava crises, restringia as liberdades de expressão e livre escolha dos seus representantes entre outros aspectos.

Segundo o autor, os anos finais da década de oitenta foram marcados por acontecimentos que mexeram profundamente com as estruturas políticas de quase todos os países, particularmente com as do Leste europeu. Como a maioria dos países africanos foram apoiados pelos países socialistas, estes sentiram também essa crise econômica, razão pela qual, países como a Guiné-Bissau, o Ghana, a Costa de Marfim e o Senegal solicitaram apoios dos organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial – BM) para tentar ultrapassar essa crise. No entanto, esses organismos referenciados assumiram apoiar esses países, mas em contra partida exigiram que fossem criadas condições internas e externas para que a África pudesse embarcar na mudança que, entre outras, ergueria a bandeira do liberalismo econômico, da democracia multipartidária e da defesa dos direitos do homem. Interpreta-se desta maneira, que os países ocidentais pretendiam propagar a ideologia liberal como não só a única digna de crédito, como também o único modelo a seguir.

O autor acrescentou ainda que a Guiné-Bissau, sendo um dos países mais pobres do mundo, tendo praticado ao longo dos primeiros quinze anos da sua independência uma política econômica desastrosa, sob um regime autoritário de partido único e tendo por diversas vezes violado os direitos elementares da pessoa humana, não podia escapar à regra (CARDOSO, 1995).

Cardoso (1995, p. 272) afirma que:

[...] o disfuncionamento do aparelho de Estado fazia-se igualmente sentir a nível da administração da justiça. Durante toda a governação do PAIGC a administração da justiça não só foi deficiente como também permitiu que em muitas ocasiões fossem violados flagrantemente os direitos elementares do homem. Seria fastidioso enumerar exemplos de assassinatos de cidadãos sem culpa formada, prisões arbitrárias de cidadãos desprotegidos, perseguição de cidadãos por terem ideias contrárias ou mesmo diferentes aos dos membros do governo e do partido.

Todo esse sistema de funcionamento da justiça na Guiné-Bissau criou desconfiança, medo e descontentamento para a população que começou a buscar outras formas de resolver conflitos, através das crenças religiosas como o Irã ou através de grupos sindicais. A classe pobre e os camponeses recorriam ao justiceiro *irã* e a classe média e assalariada agrupavam-se em movimentos sindicais para poderem reivindicar os seus direitos. O *irã* é como se fosse um Deus ou espírito sagrado que a tradição africana usa para resolver seus problemas. Conforme os estudos de Augel (2007), o termo *Irã* tem varias definições, mas ela utilizou as conceituações do Joop de Jong (1986) que diz “a palavra *irã* indica a representação simbólica da residência do espírito”. Teresa Montenegro (1995) definiu o termo *irã* como designação genérica da divindade, espírito sagrado que protege ou que pune objeto de culto e de consulta das populações animistas da Guiné-Bissau.

Analisando o tecido político e social da Guiné-Bissau, urge uma transformação de mentalidades e uma reorganização política em todo o território nacional, uma vez que os indicadores sociais, intensamente correlacionados à política do país, apontam para uma redefinição do papel do Estado junto à sua população. A má administração a nível local, por exemplo, gera conflitos e certa desordem nas regras de convivência, o que faz ver a necessidade de uma maior atenção do governo para a questão da descentralização do poder, a fim de que maior parcela da população possa se fazer presente nas decisões e organização local.

Os indicadores anteriormente abordados neste estudo revelam além da iminente necessidade de aumentar as atenções e investimentos no acesso à educação, saúde e justiça social, fazem também alusão à precariedade do setor agrícola, que segundo a pesquisa, é a maior fonte de rendimento e subsistência destas populações. Nesse sentido, a agricultura apoiada pelo Estado, no que se refere à implementação de técnicas agrícolas, incentivo financeiro aos pequenos lavradores familiares, construção de escolas nas comunidades rurais para ampliar o acesso aos estudos, pode, além de minimizar o problema da pobreza, ser um vetor para o desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau.

### 3.5 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: LIMITES E POTENCIALIDADES

Atualmente um dos maiores problemas do mundo está ligado com a questão ambiental, que se tornou tema do presente debate, desde os países mais ricos até os menos ricos têm-se percebido a gravidade desse fenômeno para a sociedade planetária. Para Leff (2002) a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico e negaram a questão ambiental. Para o autor, a visão mecanicista da razão cartesiana se converteu no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos de vida, validando uma falsa ideia de progresso. Leff considera que a degradação ambiental é resultado da globalização da economia e esse processo gerou uma escassez generalizada, não apenas na degradação das bases de sustentabilidade ecológica do processo econômico, mas também como uma crise de civilização (LEFF, 2001 p. 56).

Outrossim, abordar a questão de desenvolvimento sustentável implica no debate a cerca do enfrentamento aos desafios postos pelas questões sócio ambientais. Neste sentido, Corona (2006) ao analisar a problemática do desenvolvimento e do meio ambiente faz frente à necessidade imediata de compreender as interações que se estabelecem entre sociedade e natureza. Para a autora:

Tratar da questão do desenvolvimento é reconhecer, da mesma forma, a existência da ambivalência e da complexidade que permeia essa noção. Se a noção do meio ambiente busca compreender a natureza na relação com os seres humanos, a de desenvolvimento busca evidenciar o movimento no sentido inverso, ou seja, a questão ambiental como parte do processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea (CORONA, 2006, p. 17).

A partir desta afirmação é possível compreender que o reconhecimento da intrínseca relação entre a questão ambiental e a questão social é base para a construção de um desenvolvimento efetivamente sustentável, uma vez que essa compreensão e as ações concretas que possam dela emanar, ultrapassam uma visão limitada do termo sustentabilidade, em que a tomada de decisões está centrada não apenas em um, mas em todos os aspectos que influenciam, positiva ou negativamente, o desenvolvimento sustentável de uma nação.

Nigro (2007, p.22) ao analisar a insustentabilidade do mundo moderno afirma que “o homem é o agente modificador dos aspectos naturais do sistema ambiental, desequilibrando-o e destruindo-o”. A partir deste apontamento da ação negativa do homem, questiona-se como seria possível corrigir as distorções, causadas pela humanidade ao longo do tempo e das sociedades por todo o mundo, com soluções e práticas que venham a beneficiar tanto o meio ambiente como o desenvolvimento sócio-econômico. O autor aponta para a postura de uma visão sistêmica da realidade, apresentando o termo “sistema” como um conjunto articulado entre partes que constituem um todo orgânico, ou seja, para Nigro (2007) a sociedade é produzida pelas interações dos sujeitos que a constituem, ao mesmo tempo em que produz estes sujeitos, o que, na visão do autor, constitui um sistema fechado. Porém, por ter a característica de se dimensionar para fora, constituindo uma teia de interdependência como o meio circundante (mundo global) pode ser considerada também um sistema aberto, que se doa e recebe.

É neste sentido que cita-se novamente os estudos de Corona (2006) pois, para a autora, o debate em torno das questões da reprodução social pelas vias da sustentabilidade requer a compreensão de que:

As questões sociais estão imbricadas com as questões ambientais, e que para compreendê-las, é necessário observar tanto as macro-orientações que dominam a criação de sentidos no campo ambiental como as especificidades das populações que vivenciam determinados espaços físicos e sociais. A diversidade das características da estrutura física, biológica e fundiária de um determinado espaço físico está imbricada com

diferentes espaços de sociabilidade, os quais revelam, além de diferentes modos de vida, representações, aspirações, lógicas produtivas e trajetórias familiares, também necessidades econômicas sócio-culturais (CORONA, 2006, p. 22).

Desse modo, cabe aqui, desenhar um panorama sócio-ambiental do país em estudo nesta pesquisa, qual seja, a Guiné-Bissau. Comparando a outros países da sub-região<sup>28</sup>, a Guiné-Bissau parece ter preservado melhor o seu ambiente natural, uma vez que Portugal durante a colonização limitou-se por um grande período quase que exclusivamente à se servir da região como ponto de apoio para o comércio escravagista e às exportações de arroz e amendoim ao longo da costa ocidental africana, vendo-a como base comercial e não uma colônia de assentamento própria para a agricultura, como o foram Angola e Moçambique (Augel, 2007).

No entanto, após a independência, a intensificação das atividades econômicas em certas áreas (agricultura, pesca e particularmente as indústrias extrativas) tornou-se uma verdadeira ameaça para o ecossistema e a sustentabilidade dos recursos naturais deste país. Na Guiné-Bissau, a exploração dos recursos naturais deve-se a riqueza de sua biodiversidade, a qual constitui a base da sua economia. Dos recursos florestais é produzida basicamente a energia utilizada na Guiné-Bissau, os materiais de construção e os medicamentos. Da exploração dos recursos da fauna terrestre e marítima garante-se o consumo de proteínas pelas populações do país. No entanto, a maior parte destes recursos naturais é destinada às exportações, porque a economia desse país, muito depende das exportações de produtos oriundos da agricultura e florestas como o caju e a madeira, e dos produtos da pesca. Igualmente importante e com um potencial de desenvolvimento considerável, está o setor do turismo com base no ecoturismo, nas atividades cinérgicas, e na pesca esportiva (DENARP<sup>29</sup> II, 2011).

---

<sup>28</sup> É uma parte da África que se localiza na costa oeste deste continente, e é formado pelos países: Burkina Faso, Benin, Cabo Verde, Gâmbia, Costa de Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Guiné Conacri, Libéria, Mali, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

<sup>29</sup> Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.



Figura 6 - Imagem sobre Mato do Buduco, região sul da Guiné-Bissau.  
Fonte Voz de Paz, INTERFAECE

Conforme o DENARP II (2011) a problemática da conservação da biodiversidade, ainda que recente, tem preocupado já há algum tempo as sociedades tradicionais, pois a sua economia baseia-se em grande medida na exploração dos recursos naturais, especialmente da biodiversidade.

O documento ainda aponta que várias práticas envolvendo a exploração dos recursos do solo, da água e das florestas estão entre as principais causas de ampliação das formas de degradação dos solos, da fragmentação dos habitats, da erosão dos solos, da diminuição da disponibilidade de recursos hídricos, da perda de serviços de ecossistema e da diminuição rápida de diversidade biológica. Entre essas ameaças, citam-se a agricultura itinerante, a caça de subsistência, a produção de carvão e pequena pecuária, as práticas extensivas de gestão do gado, o abate indiscriminado dos recursos florestais para a extração dos últimos povoamentos de madeira, a rápida expansão das plantações da castanha de caju e ainda, a caça insustentável e as queimadas (o fogo é frequentemente utilizado como uma técnica de caça). Estas ações são particularmente preocupantes no contexto de alterações climáticas, sendo que seus impactos podem agravar progressivamente os efeitos negativos da perda da floresta sobre a biodiversidade e comprometer a capacidade de subsistência e sobrevivência das comunidades rurais da Guiné-Bissau.



Existem soluções que estão explicitadas nos documentos nacionais de gestão de recursos naturais (NBSAP, NAPA, PAN, LCD, Comunicações Nacionais entre outros) e baseiam-se em cinco pilares: (a) reforço das capacidades institucionais, técnicas e financeiras para a gestão dos recursos naturais; (b) reforço do quadro regulamentar; (c) integração da gestão ambiental e dos recursos naturais nas políticas de desenvolvimento econômico; d) sensibilização das populações rurais sobre o papel dos serviços de ecossistemas de desenvolvimento; e, e) participação das partes interessadas, incluindo as comunidades na gestão de ecossistemas (DENARP II, 2011).

O DENARP II ainda aponta para o PNGA – Plano Nacional de Gestão Ambiental, no qual as medidas a serem tomadas são as seguintes: i) revisão do PNGA, ii) desenvolvimento de instrumentos coerentes de gestão de espaços físicos nacionais e os recursos naturais (Plano Nacional de Ordenamento do Território), iii) concepção de uma estratégia nacional para assegurar uma gestão dos recursos hídricos e garantir o acesso a todos os usuários de uma forma racional, iv) promoção das energias renováveis para garantir a satisfação durável das necessidades energéticas, reduzindo pressão sobre os recursos florestais (lenha), v) estabelecimento de um sistema fiável de informação acessível a todos os utilizadores para uma melhor gestão do ambiente, vi) desenvolvimento da investigação no domínio do ambiente, vii) implementação de um programa de reflorestamento para reduzir ou reverter a degradação dos recursos naturais, viii) aplicação das convenções e protocolos relacionados direta ou indiretamente com o ambiente e assinatura de outros considerados pertinentes, ix) modernização das atividades económicas, nomeadamente através da intensificação da agricultura para a segurança alimentar com a exploração sustentável dos recursos naturais, x) desenvolvimento do plano nacional de mitigação de gases com efeito estufa (NAMA), Estratégia de Desenvolvimento Carbono Zero do país e do Plano de investimento estratégico de gestão durável das terras; xi) reforço da capacidade operacional das instituições encarregues de seguimento, avaliação e proteção do ambiente; e, xii) mobilização dos recursos financeiros para a implementação dos planos estratégicos acima citados (DENARP II, 2011, p. 91).

Não obstante, baseando nos estudos de Leff, a problemática ambiental levou a um processo de transformação do conhecimento, fazendo emergir a necessidade de um método para pensar de forma integrada os problemas globais e complexos. Ele prossegue dizendo que a questão ambiental não se esgota ao se dar bases ecológicas no processo de produção, nem apenas pela inovação de tecnologias para reciclar os rejeitos contaminantes, ou pela incorporação de normas ecológicas aos agentes econômicos, e de valorizar o patrimônio de recursos naturais e ou culturais, mas responde também a necessidade de preservar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade. Entretanto para Leff, o desenvolvimento se deve a um projeto social e político que objetiva o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, bem como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida da população mundial (LEFF, 2001).

A partir destas premissas, o autor propõe a discussão em torno do termo “Racionalidade Ambiental” como sendo um novo paradigma produtivo, com base na utilização de técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável. De acordo com Leff, isso significa libertar a terra e os seus recursos das formas limitadas de significação do natural submetido à racionalidade econômica, que levaram a desnaturalizar a natureza de sua organização ecossistêmica para convertê-la em recurso natural, em matéria-prima para a apropriação produtiva da natureza, desterritorializando a terra para poder estabelecer seu valor como uma renda, produto das fertilidades diferentes dos solos (LEFF, 2002). A racionalidade econômica imposta pelos países capitalistas, que só pensam no menor custo econômico e maior lucro através de super exploração dos recursos naturais, não só cria escassez para a futura geração, mas também influencia os países do terceiro mundo que pensam que o progresso só pode ser alcançado por essa via. Isso levou muitos desses países a contrair dívidas junto aos países do primeiro mundo para investimento em tecnologias que pudessem permitir menor custo e maior lucro.

Hoje essa dívida está gerando mais problemas para o planeta, pois, não conseguiu diminuir a pobreza dos países considerados pobres, porém, Leff, critica os países do primeiro mundo pela forma que colocam pressão sobre os países do terceiro mundo, utilizando uma armadilha de que a dívida financeira poderá ser

perdoada; porém, uma vez saldadas as contas, satisfeitas as demandas e reivindicações, ainda ficam seus devedores à mercê de uma ordem homogeneizante, unipolar, que dita as regras do comércio, do intercâmbio, da justiça e da equidade (LEFF, 2001).

Entretanto, os países devedores estavam fascinados pelo possível e tão sonhado progresso e perderam o jogo, e então pedem o perdão da dívida. Para Leff, não é a dívida financeira do Terceiro Mundo que está em jogo, mas a dívida oculta do Primeiro e Segundo Mundos, pelo hiper-consumo do Norte (potências mundiais, primeiro mundo) e a superexploração ecológica do Sul (países subdesenvolvidos, terceiro mundo), a pilhagem e a devastação dos recursos dos países subdesenvolvidos que alimentou o desenvolvimento industrial. Daí que, no entanto, os devedores desta dívida pedem para escapar desta armadilha, objetivam cortar o cordão umbilical da dependência e da opressão, desvinculando-se assim, da globalização (LEFF, 2001).

Aliado a esta dívida financeira há, segundo Leff (2001) a dívida da razão que está subjugando os países de terceiro mundo, no que diz respeito as suas estratégias rumo ao desenvolvimento sustentável.

Os debates sobre desenvolvimento sustentável estão articulados com uma série de conceitos formulados a partir dos anos 1970, marcados pelos defensores do crescimento zero e por aqueles que reivindicavam o direito ao desenvolvimento. As condições sociais do aparecimento das problemáticas sobre a exploração dos recursos naturais, sobre a orientação dos investimentos e a necessidade de se preservar para as gerações presentes e futuras os padrões de qualidade de vida, determinados como ideais, estão ligados ao momento histórico da falência do Estado como motor do desenvolvimento em prol de uma possível descentralização do poder econômico, social e político e da participação coletiva dos vários segmentos da sociedade, impulsionados pelas organizações sociais.

Os temas expostos até o presente momento trazem à tona a pertinência da discussão sobre a democracia como meio de promover a participação das comunidades na gestão de seus recursos. Nesse sentido, não há como aprofundar análises qualificadas acerca do desenvolvimento sustentável como dinâmica complexa senão de modo a incorporar ao debate a participação. Para Leff (2001) a

democracia participativa propõe a necessária transformação dos Estados nacionais e da ordem internacional para uma convergência dos interesses em conflito e dos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza. Além disso, está propondo não só a oportunidade de reverter os custos ecológicos e sociais da crise econômica, a possibilidade de integrar a população marginalizada num processo de produção para satisfazer suas necessidades fundamentais, aproveitando o potencial ecológico de seus recursos ambientais e respeitando suas identidades coletivas.

A democracia é a única forma que considera o conflito legal e legítimo, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade. Significa que os cidadãos são sujeitos de direitos, e que onde eles não estejam garantidos, tem-se o dever de lutar por eles e exigi-los (CHAUÍ, 2003).

Para Sen (2000), nas democracias não ocorrem fomes coletivas, pois as fomes coletivas são fáceis de evitar se o governo tentar evitá-las, e um governo em uma democracia multipartidária com eleições e liberdade para os meios de comunicação, tem fortes incentivos políticos para empenhar-se na prevenção dessas catástrofes. Isso indicaria que a liberdade política na forma de disposições democráticas ajuda a salvaguardar a liberdade econômica e a liberdade de sobreviver.

Face às abordagens do debate acima disposto, salienta-se que a república da Guiné-Bissau é um país que tem-se confrontado com problemas de políticas públicas, no que diz respeito a participação cívica, diálogo e reconciliação nacional, desde o conflito armado que decorreu em junho de 1988, motivado pela falta de diálogo, tolerância e entendimento. Segundo o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - DENARP, 2011, entre as forças vivas da nação, têm resultado em convulsões sociais que desembocam muitas das vezes em conflitos violentos. Igualmente, a divulgação de informações para o desenvolvimento relativo à governação reveste de uma particular importância.

Embora essas restrições para a democracia no país existam, há políticas públicas do governo da Guiné-Bissau que visam: (i) promoção dos espaços, mecanismos e oportunidades para o diálogo ao nível comunitário, permitindo a criação de consenso a volta das grandes questões nacionais (ii) promoção de boas

práticas de diálogo e concertação entre os políticos, empregadores, sociedade, sindicatos, sociedade civil e meios de comunicação social na promoção do diálogo social e liberdade de expressão responsável e construtiva; (iii) reforço das capacidades nacionais para a gestão e monitorização dos processos eleitorais e para a participação da sociedade civil na formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento; (iv) promoção da participação das mulheres em todos os níveis e instâncias de tomada de decisões relativas às negociações de paz, prevenção e resolução de conflitos (DENARP II, 2011).

As preocupações com a democratização estão aliadas ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, que Leff considera como um dos assuntos recorrentes das pautas dos debates mundiais trazendo um novo paradigma de desenvolvimento baseado no equilíbrio mundial, nos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais.

A conscientização sobre os problemas ambientais, não só melhorou a consciência ambiental da camada intelectual, mas também do cidadão comum, embora ainda pouco tenha sido colocado em prática, tem permitido chegar a conclusão de que o caminho andado pelos países industrializados não é o melhor caminho a seguir, porque ele é insustentável.

Perante as críticas dos novos movimentos sociais, no que diz respeito ao tradicional modelo de produção, que está a esgotar os recursos limitados do planeta, se propõe uma nova ordem econômica baseada na racionalidade ambiental e na economia ecológica.

Desta maneira, Leff afirma, para que a economia seja ecológica para o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades rurais é necessário o fortalecimento da capacidade organizativa das próprias comunidades a fim de desenvolver alternativas produtivas que permitam melhorar suas condições de vida e aproveitar seus recursos de forma sustentável. Daí os moradores das áreas rurais dos países do Terceiro Mundo poderão aliviar sua pobreza e conservar sua base de recursos como um potencial produtivo que lhes permita satisfazer suas necessidades atuais e construir seu futuro de forma sustentável (LEF, 1993).

De acordo com Leff (2002, p. 46) a degradação sócio-ambiental está exigindo a impossível necessidade de transformar os princípios da racionalidade

econômica, de seu caráter desigual e depredador, para construir uma racionalidade produtiva capaz de gerar um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro. Este debate teórico e político geraram um amplo movimento social, através do qual os princípios do desenvolvimento sustentável se vão arraigando nas lutas populares e nas organizações das comunidades rurais, em defesa de autogestão de suas terras e de seus recursos naturais.

Neste sentido, surgiram diversas organizações, em diferentes regiões do mundo, entre as quais se destacam o Movimento Chipko, contra a privatização dos bosques do Himalaia (Guaha), e o Movimento dos Seringueiros da Amazônia, em defesa das reservas extrativas (ALLEGRETTI, 1987, GONSALVES, 2001). No Brasil, o MST – Movimento Sem Terra, se incorporou a este processo de ambientalização, afirmando seus direitos de autonomia e autogestão, de suas riquezas florestais e da biodiversidade de suas matas.

Na Guiné-Bissau, surgiram vários movimentos sociais<sup>30</sup>, entre os quais; Movimento Associativismo Rural, Ação para o Desenvolvimento (AD); Movimento Nacional da Sociedade Civil (MNSCPDD); União Nacional para a Conservação da Natureza (UICN) e TINIGUENA<sup>31</sup>. Esses movimentos da “sociedade civil” estão tentando articular políticas públicas entre as comunidades e os governos locais do país, embora ainda não conseguissem garantir o seu espaço próprio, porque, como diz Teixeira (2008), não há interface entre os problemas sociais com as questões da governação. O autor ainda afirma que, durante a democratização, foi conseguida uma aparente sintonia entre a sociedade civil e os interesses nacionais, no entanto, essa sintonia não foi mantida pelos sucessivos governos que, em diferentes momentos, assumiram a responsabilidade de ter a sociedade civil como um parceiro de desenvolvimento social e político. Mas acontece que, culturalmente, a classe política não está preparada para isso (TEIXEIRA, 2008).

Atualmente na Guiné-Bissau, estão surgindo movimentos sociais das populações tradicionais, através de iniciativas próprias em forma de “conselho de comunidades”. A aldeia se mobiliza para proteção da floresta que a envolve, tendo em conta que o próprio Estado através do ministério que tutela a área de agricultura

---

<sup>30</sup> Como o trabalho é mais ligado a economia socioambiental, trabalhei mais com dados que estão ligados a natureza.

<sup>31</sup> Tiniguena significa “esta terra é nossa” em dialeto bijagós, que é uma das etnias da Guiné-Bissau.

e floresta, emite licenças para que as pessoas fora da comunidade explorem recursos florestais, que são utilizados para vários fins comerciais.

Conforme Touraine (2009), o movimento social é um ator coletivo para se apossar dos “valores”, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder. Entretanto, o autor mostra que o movimento social, não deve ser visto como a consciência de classe, ou uma luta de reivindicação isolada, ou uma simples luta sindical para autonomia operária, mais sim um conflito social e um projeto cultural, que visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo em que deseja a vitória sobre um adversário social. Ou seja, o movimento social deve ser uma organização que luta não só pelas as questões sociais, mas também para a preservação do meio ambiente e a valorização da cultura das comunidades.

Seguindo com as ideias de Touraine (2009), a história dos movimentos sociais começou desde os finais da idade média e o começo da idade moderna, época do Renascimento, mas ganhou a sua notoriedade a partir da Revolução Francesa quando a sociedade começa a perceber que o sujeito não é mais o indivíduo, mas a humanidade, passando pela fase em que a burguesia se considera como autora da autonomia da sociedade civil em relação ao Estado, seguindo pelos movimentos operários nas lutas de melhores condições salariais e de trabalho e até o atual movimento social.

Um movimento social não é uma corrente de opinião, uma vez que questiona uma relação de poder que se inscreve muito concretamente nas instituições e organizações, mas ele é o alvo de orientações culturais através das relações de poder e das relações de desigualdade (TOURAINÉ 2009).

Os movimentos sociais associados ao desenvolvimento do novo paradigma apontam para práticas produtivas no meio rural que são parte de um movimento mais amplo e complexo orientado em defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominante. O movimento para um desenvolvimento sustentável é parte de novas lutas pela democracia direta e participação; pela autonomia dos povos indígenas e camponeses, abrindo a perspectiva para uma nova ordem econômica e política mundial (LEFF, 2002).

Assim, considera-se que, se o mundo continuar por esse caminho haverá uma catástrofe para humanidade com consequências para degradação ambiental, desmatamento, aquecimento global, agravamento da pobreza e desigualdade social. Porém, a racionalidade ambiental, proposta por Leff (2002) pode ser considerada o caminho efetivo para um desenvolvimento sustentável. Mas para materializar isso, é necessário que haja a participação das comunidades por via democrática na gestão dos recursos ambientais do planeta, e também na definição de estratégias para o desenvolvimento.

Os ensinamentos de Leff podem servir como uma das estratégias a seguir pela Guiné-Bissau, na busca de um desenvolvimento equilibrado e sustentável por meio de parceria com os países desenvolvidos no sentido de poder utilizar os recursos energéticos de uma forma racional, onde vão poder beneficiar não só a população atual como também a futura geração, evitando assim uma subjugação aos acordos internacionais e as estratégias dos grandes países que exploram os recursos do país.

Diante do exposto no presente trabalho, podem-se evidenciar limites e potencialidades para o desenvolvimento em bases sustentáveis para a Guiné-Bissau. O quadro a seguir procura apresentar de forma sintética algumas destas evidências:

<b>Limites</b>	<b>Potencialidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Falta de investimento e estímulo a diversificação na produção agrícola;</li> <li>✓ A monocultura do caju que limita as estratégias de desenvolvimento rural, causa desmatamento, e deixa a economia do país vulnerável pela dependência do mercado externo;</li> <li>✓ Falta de apoio às pequenas indústrias de processamento da produção rural (seja para absorver a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conceber o desenvolvimento do país como um processo influenciado não apenas pelo fator econômico, mas também pelas dimensões: culturais, ambientais, sociais e políticas;</li> <li>✓ Implementar ações para fomentar a produção dos pequenos produtores rurais que atualmente não tem as condições necessárias – financeiras e técnicas - para ampliar e</li> </ul>



<p>força de trabalho ou para a geração de renda e permanência no campo);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O Colonialismo como fator de destruição ou desestruturação dos sistemas de reciprocidade africanos (Sabourin, 2011);</li> <li>✓ A instabilidade política que afeta o país até a data presente;</li> <li>✓ A falta de acesso à informação, educação, cultura, saúde pela maioria da população do país;</li> <li>✓ A não participação da sociedade civil nas políticas públicas.</li> </ul>	<p>desenvolver as suas atividades enquanto lavrador;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolver e estimular as práticas agropecuárias através de ações coletivas voltadas para a assistência técnica, o financiamento e a normatização das práticas rurais sustentáveis;</li> <li>✓ Aumentar as atenções e investimentos no acesso à educação, saúde e justiça social;</li> <li>✓ Manter a perspectiva da reciprocidade, como alternativa para produzir e distribuir os produtos entre as comunidades e na própria comunidade;</li> <li>✓ Levar em conta no estabelecimento das políticas públicas as interações entre desenvolvimento e meio ambiente (Corona, 2006);</li> <li>✓ Efetivar a participação social para a construção de um país justo e democrático, calcado na cultura do país e não na herança colonial;</li> <li>✓ Valorizar e fortalecer a agricultura camponesa ou familiar;</li> <li>✓ Diversificar as fontes de renda com a pluriatividade e o estímulo ao empreendedorismo local (VEIGA et al. 2001, <i>apud</i> SCHNEIDER, 2004).</li> </ul>
---	---

Quadro 5 - Limites e Potencialidades do Desenvolvimento rural da Guiné-Bissau.  
 Fonte: Grifo do autor.

A partir do quadro ora apresentado podem ser observadas propostas que evidenciam potencialidades, a despeito dos limites existentes em prol de um desenvolvimento sustentável que traga bem estar para a população rural da Guiné-Bissau e também a busca de sínteses históricas mais profundas, ou seja, algo de que ainda carece de produção historiográfica atual, uma vez que o conhecimento sobre o modelo de um desenvolvimento adequado para o meio rural requer uma infraestrutura social de equidade, acesso à informação, educação, saúde e lazer. As potencialidades aqui propostas podem servir de instrumentos para uma discussão teórica no meio acadêmico e atores sociais interessados neste campo de estudo, e ainda oportunizar a disseminação de importantes estudos locais para apreensões mais amplas, abrindo diálogo do local e do nacional com o global.

## 4 CONCLUSÃO

Ao longo da presente dissertação buscou-se construir a compreensão dos entrelaces que compõem o contexto do desenvolvimento rural da Guiné-Bissau na tentativa de evidenciar e trazer à luz a concepção de um novo modelo de desenvolvimento, pautado na sustentabilidade econômica, social, política, cultural e ambiental em detrimento à hegemonia de um mundo capitalista e globalizado.

Levando em conta que a economia da Guiné-Bissau fundamenta-se na produção agrícola, e conseqüentemente a maioria significativa da população reside na zona rural e sobrevive da agricultura (mesmo com precariedade e insuficiência na qualidade de vida no que se refere à infraestrutura de produção, à saúde, à educação, ao acesso à informação e à justiça social) evidencia-se a urgente necessidade de redimensionar e ressignificar as políticas públicas capazes de fazer frente a esse quadro.

O estudo desdobrou-se através da análise da complexidade existente ao pensar e ao conceber a ruralidade, o campesinato, as políticas públicas e o Estado, os conflitos sociais, o desenvolvimento econômico, a herança colonialista e o pós-colonialismo, as práticas de reciprocidade e os aspectos de um desenvolvimento sustentável. Neste arcabouço de concepções foram averiguadas, no contexto da Guiné-Bissau, as possibilidades, os limites e entraves para a construção de um novo caminho para o desenvolvimento harmônico, integrado e sustentável deste país.

Diante de tal cenário, cabe referenciar as informações e características de um país de larga cultura e tradição, mesmo que a história não o evidencie, um país que, a partir de sua luta, sua ânsia de viver e fazer manter seus costumes envolveu-se profundamente em lutas armadas, em conflitos violentos e em debates acirrados sobre seu desenvolvimento e autonomia na construção de sua identidade nacional e cultural aliadas a um sentimento de pertença. Nesse sentido, cabe inferir que uma sociedade é imaginada por seus sujeitos através de um conjunto social, que tem uma história própria vivenciada, carregada de lembranças e esquecimentos, de dramas, tensões e contradições. Uma sociedade ainda é portadora de uma estrutura de valores, símbolos, tradições, costumes que dão sentido à história humana em todos os seus conflitos. A colonização na Guiné-Bissau foi marcada não apenas por

confrontos armados entre portugueses e indígenas, confrontos estes que desembocaram em brutalidades e uma completa falta de atenção aos direitos humanos mais primários dos indígenas africanos, mas também por uma ilimitada exclusão política, econômica, social e cultural da população guineense em nome de uma “missão civilizadora” (AUGEL, 2007).

O estudo aqui apresentado procurou analisar na dinâmica colonialista, a introdução de uma visão centrada no lucro e no capital e a herança deixada pelos colonizadores no modo de viver, conviver e produzir do povo guineense e desse modo perceber como essa história se reflete na ambição por um novo modelo de convivência, produção e desenvolvimento.

Ainda há que se considerar que apesar de ter conquistado a independência do país, a libertação dos colonizadores portugueses deu-se no aspecto físico, com a saída dos portugueses do território africano, mas, Guiné-Bissau ainda conserva como herança a dominação ideológica, dito em outras palavras, ainda se mantém uma subordinação moral e intelectual da cultura guineense-africana à cultura eurocentrista (AUGEL, 2007). Neste sentido, o resgate, a reconstrução e a valorização de uma identidade cultural e nacional é elemento fomentador para um plano social, cultural e político mais amplo, pois está interligado aos aspectos de uma sustentabilidade cultural e social.

Se na época do colonialismo a cultura e as tradições indígenas foram desprezadas e marginalizadas, após a independência e mesmo nos dias atuais, a globalização nada mais é que uma mascarada maneira de reprimir tudo aquilo que não segue os modelos globalizantes. Isso se expressa, segundo Augel (2007) como uma dependência moral e psicológica do sujeito dominado pela hegemonia identitária capitalista das grandes potências mundiais.

Partindo dessa questão identitária, buscou-se ao longo deste trabalho averiguar as variáveis que interferem no surgimento e constituição dos conflitos sociais e sua relação com a ruralidade na Guiné-Bissau, assim, no que tange aos aspectos sociais a presente dissertação segue pelos ensinamentos de Leff (2001) quando concebe os movimentos sociais como elementos de construção de uma sociedade democrática e justa.

Outrossim, a emergência de uma sociedade participativa e crítica no momento da elaboração de políticas públicas se faz presente neste debate, uma vez que, a organização civil pela democracia de um país é elemento que constitui a estrutura para seu modelo de desenvolvimento. Na Guiné-Bissau é aparente a inexistência de políticas públicas de desenvolvimento sistemáticas e contínuas, que venham de encontro às reais necessidades da população deste país, e que, tenham em sua construção, a parcela colaborativa da sociedade civil em diálogo com o Estado.

De acordo com os estudos de Teixeira (2002), a participação política da sociedade civil no processo decisório do poder público é meio essencial para a construção de uma nação realmente democrática e esta participação precisa estar calcada em ações concretas como a implementação de diagnósticos junto à população, diagnósticos estes, que se aplicados ao caso da Guiné-Bissau, podem auxiliar o governo a conhecer as reais necessidades e anseios de determinada parcela populacional. Também, para que sejam experimentadas políticas públicas que venham de encontro à necessidade de toda a população guineense, podem ser pesquisadas algumas experiências bem-sucedidas, algumas destas sugeridas no corpo deste trabalho; além de que, a Guiné-Bissau necessita de oportunidade para experienciar o debate público, oportunidades do povo tomar parte de decisões e definições em torno de alternativas para o desenvolvimento de seu país, essas oportunidades podem gerar uma parceria positiva entre Estado e atores locais, com diretrizes e estratégias e a identificação das fontes de recursos e acompanhamento do processo pelas vias da coletividade.

Estes aspectos apresentam-se mais claramente ao longo desta pesquisa através da abordagem realizada a respeito da descentralização das políticas públicas e o empoderamento dos atores locais (DELGADO e LEITE, 2011). Ainda, esta dissertação levantou o termo “governança” como alicerce para a construção da democracia, uma vez que leva o Estado a um gerenciamento dos recursos públicos mais transparente e responsável.

De acordo com o DENARP II (2011) existem políticas públicas do governo da Guiné-Bissau que visam o diálogo em volta das grandes questões nacionais. O que se pode verificar é que aos poucos estão surgindo no país pusilânimes

movimentos sociais em algumas comunidades guineenses, movimentos estes que, somados à outras nações, vem reunindo força para a efetivação de uma nova ordem econômica e política mundial (LEFF, 2002).

As discussões acerca da participação social na elaboração e implementação de políticas públicas remetem ao questionamento inicial deste estudo, ou seja, leva a refletir sobre quais são os limites e as potencialidades das políticas públicas para o desenvolvimento rural da Guiné-Bissau.

Diante dessa interlocução, é cabível destacar que o aprofundamento do debate sobre a relação econômica e social que se estabelece entre o espaço rural e o espaço urbano, é permeado pela compreensão de características essenciais no modo rural de se viver, uma é a relação que o homem do campo tem com a natureza e como ele se organiza na vida cotidiana e na sua maneira de produzir e a outra reside na questão do espaço natural e o espaço construído, o rural, mutável e histórico, onde se trabalha e se vive (WANDERLEY, 2000).

Assim, ao conceber uma nova “ruralidade”, que se propaga de diferentes maneiras nas diferentes regiões, e se modifica conforme a sociedade como um todo também se transforma, percebe-se que nas relações do meio rural de um país como a Guiné-Bissau, a dimensão coletiva, cooperativa e recíproca apresentam-se como uma forte resistência à um modo de produzir versado no individualismo e na competitividade pelo lucro capital.

Baseando-se nestes aspectos aponta-se para a perspectiva da reciprocidade, concebida nesta pesquisa como uma alternativa do modo de produzir e distribuir a produção de toda a comunidade, ou seja, uma ação baseada na cooperação, na troca, na dádiva e no compartilhamento (SABOURIN, 2011).

Na tentativa de demonstrar, ao mesmo tempo, a relevância e as diferenças entre os dois modos de produzir acima citados, apontam-se neste estudo alguns elementos fundamentais para o processo de construção de um desenvolvimento rural sustentável, quais sejam: a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar; a diversificação das economias ou seja, a pluriatividade e o estímulo ao empreendedorismo local (VEIGA et al. 2001, apud SCHNEIDER, 2004). Ainda há que se retomar a questão do protagonismo social do indivíduo que mora no campo como elemento fundamental para esse processo, uma vez que na elaboração de

políticas públicas há que se ouvir a voz do sujeito que vive da terra, que conhece os entraves da produção e direciona possibilidades de manejo na produção agrícola.

No que concerne ao meio rural, foi explicitado no estudo aqui exposto, que o governo construiu a CPDA voltada exclusivamente aos assuntos pertinentes ao meio rural. O documento em sua essência visava garantir a segurança alimentar; aumentar e diversificar as exportações agrícolas para evitar dependência excessiva ao mercado do caju; assegurar a gestão racional e a produção dos recursos agro-silvo-pastoris e melhorar o quadro de vida das populações rurais. No entanto, essa iniciativa não foi suficiente para o alcance dos objetivos propostos uma vez que a organização política orçamentária precisa estar ordenada de forma a favorecer o desenvolvimento rural em suas reais carências, e ainda, que os investimentos públicos estejam de acordo com a importância que o meio rural tem para a Guiné-Bissau, reforçando novamente que a agricultura é o carro chefe da economia do país e a grande maioria da população depende desta força de trabalho.

Outro documento elaborado pelo governo com vistas a fazer frente à instabilidade e fragilidade econômica da Guiné-Bissau é o DENARP II, que aponta, além das iniciativas para a preservação ambiental, ainda outra necessidade, a do desenvolvimento do setor industrial do país, a fim de que, dentro do próprio país sejam processadas as culturas produzidas no campo, o que poderia em tese, ampliar os rendimentos econômicos do país advindos da exportação de produção e transformação agroindustrial. Atualmente o país está dependente da fileira (cadeia) de caju o que contrapõe um dos objetivos do DENARP II que é a diversificação da economia, no entanto o que urge são ações para fomentar a produção dos pequenos produtores rurais (que são a maioria em contraposição aos ponteiros) que atualmente não tem as mínimas condições – financeiras e técnicas - para ampliar e desenvolver a lavoura.

Assim, cabe inferir nesta pesquisa que o melhor caminho para um desenvolvimento equilibrado e sustentável perpassa por práticas políticas que não visem exclusivamente o crescimento econômico, o lucro, o capital, mas que também, reflitam na justiça social e no equilíbrio ambiental.

O desenvolvimento concebido aqui como um processo complexo de mudanças e transformações, contempla as dimensões sociais, econômicas,

políticas, culturais e ambientais. Essa conjuntura na concepção de desenvolvimento fomenta crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, ou seja, o modelo eurocêntrico, capitalista e globalizado que entra em claro conflito com essa nova maneira de encarar a questão sustentável de desenvolvimento de uma nação ou sociedade. Leff (2001) aponta para o antagonismo entre a “racionalidade econômica”, que fundamenta-se no lucro a todo custo e a “Racionalidade Ambiental” que baseia-se em práticas para uma produção ecologicamente sustentável.

Não obstante, o debate que rodeia a questão do desenvolvimento sustentável está imbricado pelas questões sócioambientais, ou seja, a problemática do desenvolvimento se elucida pelas interrelações que se estabelecem entre a organização social e o meio ambiente (CORONA, 2006).

Ao analisar os limites e potencialidades para o desenvolvimento rural na Guiné-Bissau, elucidados na extensão deste estudo, os apontamentos para responder a indagação inicial do mesmo levam a depreender que é incompreensível e inconcebível que um país como a Guiné-Bissau, dito “pobre” e “subdesenvolvido” mas com uma biodiversidade muito rica e ampla, possa seguir no mesmo caminho dos países desenvolvidos, as ditas “grandes potências mundiais”, pois estes países apresentam um crescente desenvolvimento econômico aliado à uma desenfreada degradação ambiental.

Propõem-se aqui o desenvolvimento e estímulo à práticas agropecuárias que relevem os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais através de ações coletivas voltadas para a assistência técnica, o financiamento e a normatização das práticas rurais sustentáveis.

Finalmente, espera-se que esta dissertação seja inspiração para um novo cenário no processo de desenvolvimento das atividades agrícolas, florestais e pecuárias da Guiné-Bissau, mesmo que incipiente e necessitando de um aprofundamento teórico e prático por parte do Estado guineense e dos atores da sociedade civil. Sugere-se para este país do continente africano um modelo de desenvolvimento que seja capaz de suprir as necessidades de toda uma nação carente e sem recursos, e ainda, garantir que essa geração não comprometa os recursos naturais para as gerações vindouras, pois, desenvolvimento com



sustentabilidade implica em desenvolvimento econômico, social, respeito à natureza, revigoração da cultura nativa e relações de reciprocidade e democracia.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. **Guiné-Bissau: Subdesenvolvimento por omissão e acção**. Revista Le monde Diplomatique. Agosto/2009. Disponível em <https://www.academia.edu>. Acesso em 19 de dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural**. Revista e-cardernos CES. 2012. 25 páginas.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Os núcleos de reforma agrária como espaço de integração social: o caso da família Pereira**. In: Para pensar: outra agricultura / Organizadores: Angela Duarte Damasceno Ferreira, Alofio Brandenburg. 20. ed. Curitiba: UTFPR, 1998.

AUGEL, M. P. **1939 – O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau** / Moema Parente Augel. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARBOSA, R. D. **Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional na CPLP**. In: Fórum Global sobre segurança alimentar e nutricional (relatório). Portugal: 2012. 15 páginas.

BERNARDI, Jorge Luiz. **A organização Municipal e a política urbana**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BOISIER, S. **El Vuelo de una cometa. Una metáfora para una teoría de desarrollo territorial**. *Estudios Regionales*, n. 48, p. 41-79, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Ato2004-2006/Lei/L11326.htm>>. Acesso em: 23 de nov. de 2013.

CÁ. T. **Determinantes das diferenças de mortalidade infantil entre as etnias da Guiné-Bissau, 1990-1995**. Dissertação Rio de Janeiro, 1999.

CABECINHAS, R.; NHAGA, N. **“Comunicação intelectual: perspectivas, dilemas e desafios: atas da Conferência Internacional. Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal, Braga, Portugal 2008”**. 1. ed. Porto: Campo das Letras, 2008. ISBN 978-989-625-350-9. p. 117.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CARDOSO e RIBEIRO. Considerações sobre as estruturas socioeconômicas das sociedades agrárias e sua evolução histórica: **um estudo de caso da Guiné-Bissau pós-colonial**. In: Soronda, revista semestral do INEP. 1993, p. 7-10.

CARDOSO, C. **Transição democrática na Guiné-Bissau: Um parto difícil**, revista INEP. 1995, p. 259-282.

CARVALHO, A. M. P. **A luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Revista de Ciências Sociais, v. 39, p. 16-26, 2008.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. *In* CAZELLA, A. A., BONNAL, P. e MALUF, R. (Ed.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 25-46.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAYANOV, A.V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: J. GRAZIANO DA SILVA; V. STOLCKE, V. (org.), A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHAUÍ, M. A **sociedade democrática**. *In*: MOLINA, M. C.; SOUZA JUNIOR; J. G.; TOURINHO, F. (org). **Introdução crítica ao direito agrário**. Brasília: Editora UnB, 2003 p. 33-38.

CORBARI, E. C. **Controle Interno e Externo na Administração Pública** / Ely Célia Corbari, Joel de Jesus Macedo – Curitiba: InterSaberes, 2012.

CORONA, H. M. P. **As multidimensões da reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

DELGADO, N., BONNAL, P., LEITE, S., KATO, K. (2008). **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas e atores sociais. OPPA/CPDA/UFRRJ-IICA/Fórum DRS. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Relatório de Pesquisa). In: Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil / Sérgio Pereira Leite... [et. al] (autores); Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores). Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14).

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

DJALÓ, M. **Interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: A dimensão da educação básica – 1980-2005: uma pesquisa documental sobre a Guiné-Bissau no período de 1980 a 2005**. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.

Perspectivas latino-americanas. LANDER, Edgardo (organizador). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p.133-168. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander.html>>. acesso em 21 de out. 2013.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Programa de Capacitação Regional sobre Regime de Propriedade e Gestão da Terra e aspectos legais associados**. CPLP, 2008-2009.

FEREIRA, A. B. H. **Miniaurélio**: da o minidicionário da língua portuguesa. 6. ed. rev. atualiz. – Curitiba: Positivo, 2004, p. 896.

FERNANDEZ, B. P. M. **Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica**: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 23, jan./jun. Editora UFPR, 2011. p. 109-120.

FURTADO, C. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIL, A. C. **Metodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010

GUIMARÃES, R. P. **O desafio político do desenvolvimento sustentado**: texto apresentado no foro sobre el desarrollo sostenible y la reforma del Estado em America Latina y el Caribe”, Colegio de México e PUMA/ONU, abril de 1994.

GRISA, C. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós – Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), 2012.

HANDEM, D. L. **A Guiné-Bissau: adaptar-se à crise**. In: Soronda, revista de estudos guineenses, n. 3, jan. 1987, p. 77-100.

JOLLIVET, M.; MENDRAS, H. (dir.) **Les collectivités rurales françaises**; 1. Étude comparative de changement social. Paris: Armand Colin, 1971. 223 p.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: CONCEITO E MEDIDA**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAYSER, B. **Le villager composé**. In: Programme Observation Du Changement Social. L'esprit des lieux. Paris: CNRS, 1986, p. 41-67.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia e desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, artigo v. 3, n, jan. / mar. 2002.

LOPES, C. África terá a maior disponibilidade de mão de obra do mundo em 2040. 14/05/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/africa>. In: Edição Talita Cavalcante. Acessado em abril de 2013.

LUCIDI e MILANO et al. **Guiné-Bissau da terra à mesa produtos e pratos tradicionais**. Editora La Stamperia, Carrù, 2010.

MENDRAS, H. **Sociologie de la campagne française**. Paris: PUF, 1959. (Que sais-je?).

MIRANDA, C.; LEITE, S. P. *et al.* **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (orgs). Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v. 14).

MULLER, M. **Les politiques publiques**. 5. ed. Paris: 2004, PUF.

NEY, M. G., SOUZA, P. M. e PONCIANO, N. J. **A distribuição dos Contratos de Crédito do Pronaf entre as unidades da Federação no período de 1999 a 2010**. Revista Documentos Técnicos Científicos. Volume 44, número 01 de janeiro a março/2013. 18 páginas.

NIGRO, C. D. **(In) sustentabilidade urbana**. 20. ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

OLIVEIRA, G. B. de. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, mai. / ago. 2002.

OWUSU, M. **A agropecuária e o desenvolvimento rural**. In: História Geral da África – Volume VIII. África desde 1935. editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.

PEREIRA, J. D. **Pontas e Ponteiros na Guiné-Bissau**. 1996, II RIHA Disponível em: <<http://www.casadasafricanas.org.br/wp/wp-content/uploads/Pontas-e-onteiros-na-Guine-Bissau.pdf>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2014.

PINTO, P. **Tradição e modernidade na Guiné-Bissau: Uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento**. Dissertação de Mestrado. Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 2009.

PLOEG, J. D. van der. **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano: Desenvolvimento Sustentável**. Tricontinental, Lisboa, 2011.

PONTE, C. F. **(Re) Pensando o Conceito Rural**. Revista NERA, Ano 7, N. 4– an/jul. 2004. 9 pág.

PORTUGAL. Ministério do Ultramar. **Decreto Lei n.º 43893**. Relator: Gabinete do Ministro. Quarta feira 6 de setembro de 1961. In: Diário da República Eletrónico. Disponível em: <http://www.dre.pt>. Acessado em: 19 de out. 2013.

QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 3. Ed. Ver. e atual - Curitiba: Ibpex, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Assembleia Nacional Popular: Constituição da República da Guiné-Bissau**, 1996, p. 22.

\_\_\_\_\_. Assembleia Nacional Popular: **História da Guiné-Bissau**, 2013, p. 1. Disponível em: <[www.anp.org](http://www.anp.org)>. Acesso em: 15 de abril 2013.

\_\_\_\_\_. **Carta de Política de Desenvolvimento Agrário – CPDA**, do Ministério da Agricultura, das Florestas, da Caça e da Pecuária. Bissau, abril, 2002, p. 32.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Rural Agrário – MDRA/ Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD/ Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO. In: **Plano de Ação da CPDA**. Bissau, abril, 2002, p. 32.

\_\_\_\_\_. **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP II**, 2011, p. 12 e 79.

\_\_\_\_\_. Guiné-Bissau em números. **Instituto Nacional de Estatística e Censo – INEC**, Bissau, 2005.

\_\_\_\_\_. Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza – ILAP. In: **Instituto Nacional de Estatística e Censo – INEC**, Bissau, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5/98, Abril de 1998 – aprova Lei da Terra** – Suplemento ao Boletim Oficial nº 17, 28 de abril de 1998 p. 718 – 735. Disponível em: <[http://www.fdbissau.org/files/cod\[1\]-leg-ultimaversao.pdf](http://www.fdbissau.org/files/cod[1]-leg-ultimaversao.pdf)>. Acesso em: 20 de nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Liga Guineense dos Direitos Humanos. **Relatório Sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau** - LGDH, Bissau, 2010-2012, p. 145.

\_\_\_\_\_. Orçamento Geral do Estado - OGE. **Proposta do Orçamento geral do Estado**. Ministério das Finanças. Bissau, 2009, p. 27.

\_\_\_\_\_. Orçamento Geral do Estado - OGE. **Proposta do Orçamento geral do Estado**. Ministério das Finanças. Bissau, 2011, p. 54.

\_\_\_\_\_. Orçamento Geral do Estado - OGE. **Proposta do Orçamento geral do Estado**. Ministério das Finanças. Bissau, 2012.

\_\_\_\_\_. III Recenseamento Geral da População e Habitação – III RGPH, **Características econômicas da população**. Bissau, 2009, p. 110.

\_\_\_\_\_. UNIÃO EUROPEIA. Estudo do Diagnóstico da Integração do Comércio: **Para além de castanha de caju: diversificação através do comércio: assistência técnica para assuntos do comércio internacional**. (org.) EZEKWESILI, O. K.; FETINI, H.; BASSANI, A.; ENGLISH, P. União Europeia, 2010

\_\_\_\_\_. “VOZ DI PAZ” e Interpeace. **As causas profundas de conflitos: a voz do povo – resultados da auscultação nacional realizada entre 2007 e 2009**. Voz di Paz e Interpeace, 2010, 113 f. Disponível em: <<http://www.vozdipaz/interpeace.org>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI** – Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

\_\_\_\_\_. Estratégias de transição para o século XXI, trad. Ariane Breyton. *In*: Raynaut, C. e Zanoni, (org). **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**, n. 1, Curitiba, Editora da UTFPR, 1994, p. 47-62.

SANTOS, B. V. de S. **Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004.

SANTOS, G. e ZECARIAS, I. **Pesquisa sobre Diferendos e Conflitos de Terras e as Formas da sua Resolução**: qual é a situação atual dos conflitos de terra nos meios peri-urbano e rural? quem são os principais atores, mecanismos e procedimentos de resolução de conflitos que têm sido adoptados? relatório, Angola, Luanda, 2010.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Revista Sociologias, n. 11, Porto Alegre jan./jun. 2004.

SEMEDO, M. O. da C. S. **As Mandjuandadi**: cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura. Belo Horizonte 2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada**. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford University Press, 1981.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Revista de sociologias. Porto Alegre, jul/dez, 2006. p. 20-45.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, D. **Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau**: 1940 a 2006. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofias e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

TEIXEIRA, E. C. **Políticas públicas**: O papel das políticas públicas. Revista AATR-BA, 2002.

TODIN, C. F. **Políticas Públicas para os/as Agricultores/as Familiares: Um diálogo entre FETRAF-SUL/CUT e o Estado**. 2013. 229 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2013.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

UNICEF-SOWC. Estado das crianças no mundo. **Relatório Estado Mundial da Infância**, 2008. Disponível em: <<http://www.unicef.org>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

VIEIRA, R. O. C. **Os programas de desenvolvimento integrado e sustentável das mesorregiões diferenciadas**: a materialização de um novo paradigma no desenvolvimento regional brasileiro. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, p. 7-11, oct. 2002, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://unpan1.un.org>>. Acesso em: abr. 2013.

WANDERLEY, M. de N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, out. 2000, p. 87-145.

YAMAWAKI, Y. **Introdução à gestão do meio urbano**. Curitiba: Ibpex, 2011.

ZANONI, M. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 101-110, jul./dez. 2004, Curitiba. Editora UFPR.